



Relatório Anual Societário 2015

**CERES - Cooperativa de Eletrificação Rural de
Resende Ltda.**

Rua Agulhas Negras 85, Montese

Resende- RJ CEP 27.541-040

CNPJ 31.465.487/0001-01

Inscrição Estadual 85.512.854

www.ceres.coop.br

presidência@ceres.coop.br

Índice

Relatório da Administração Societário	03
Balanco Patrimonial Societário.....	17
Demonstração do Resultado do Exercício Societário	21
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Societário	25
Demonstração do Fluxo de Caixa Societário	26
Notas Explicativas Societárias	28
Parecer do Conselho Fiscal Societário	63
Parecer dos Auditores Independentes Societário	64
Relatório da Administração Regulatório	66
Balanco Patrimonial Regulatório	84
Demonstração do Resultado do Exercício Regulatório	87
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Regulatório	91
Demonstração do Fluxo de Caixa Regulatório	92
Notas Explicativas Regulatório	94
Parecer do Conselho Fiscal Regulatório.....	154
Parecer dos Auditores Independentes Regulatório	155

Relatório da Administração 2015

(Societário)

Relatório da Administração

Senhoras e Senhores Acionistas/Associados,

Apresentamos a seguir, relatório das principais atividades no exercício de 2015, em conjunto com as Demonstrações Contábeis elaboradas de acordo com a legislação societária brasileira e com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, os quais consideramos importantes para divulgar o desempenho da CERES - Cooperativa de Eletrificação Rural de Resende Ltda. para a sociedade, parceiros, investidores, associados e consumidores.

Carta do Presidente

A Permissionária CERES, fundada em 30 de agosto de 1968 por um grupo de fazendeiros para levar a energia elétrica a suas propriedades, tornou-se ao longo desses 47 anos, uma instituição forte e comprometida com a excelência no atendimento a seus consumidores. Presta serviços de distribuição de energia em seis áreas nos municípios de Resende e Itatiaia e ainda em pequenos trechos dos Estados de Minas Gerais e São Paulo, levando energia e desenvolvimento às áreas onde atua.

Com espírito de continuidade e preservação do desenvolvimento contínuo, completamos o ano de 2015 na busca por melhores resultados na entrega do serviço ao consumidor, primando diuturnamente por uma gestão moderna e transparente, seguindo as normas e regulamentações da ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica.

Dentro do aspecto Regulatório, as tarifas da CERES tiveram reajuste médio de 45,8% a partir de 02 de Setembro de 2015, influenciado principalmente pela crise hídrica com impacto significativo no custo do suprimento e nos encargos setoriais, e também pela recomposição de outros componentes financeiros. É importante destacar que os custos operacionais da empresa impactaram o reajuste tarifário em apenas 3,4%, o que traduz e reflete nossos esforços na superação das dificuldades frente à regularização e manutenção dos certificados de adimplemento, exigidos no enquadramento legal e nos procedimentos regulamentares da Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel.

Para o ano de 2016 é fato que enfrentaremos um cenário de obstáculos, no qual a CERES assume o compromisso de que não poupará esforços para permanecer fiel ao seu legado de empresa comprometida com a sociedade bem como com adequada observância ao que determina o Órgão Regulador.

Vander Leite Gomes

Presidente

Cenário

CERES - Cooperativa de Eletrificação Rural de Resende Ltda. atua no segmento de distribuição de energia elétrica, aproveitando seu acervo de conhecimentos técnicos e gerenciais acumulados ao longo de 47 anos de existência.

Em 2015, o mau desempenho da economia na área da concessão teve um reflexo neutro sobre a demanda por energia elétrica, com destaque para o setor industrial com um incremento de 10,85% com relação à 2014. O consumo do setor comercial também foi representativo, atingindo o patamar de 7,26 GWh (6,69 GWh em 2014). Somada, a demanda dos dois setores representa 39,73% de toda a energia comercializada pela Outorgada em 2015 (39,58% em 2014).

Geração, Transmissão e Distribuição de energia elétrica

Distribuição

A Permissionária distribui energia elétrica em pequenas áreas pertencentes a 05 municípios, sendo 03 no Estado do Rio de Janeiro, 01 no Estado de Minas Gerais e 01 no Estado de São Paulo, atendendo 4.558 unidades consumidoras.

Atualmente não atendemos a nenhum Associado/Consumidor que já detenha o Status de “Consumidor Livre”.

Ligação de consumidores - foram realizadas, no ano, 106 novas ligações com destaque 3.707 residenciais, 548 comerciais, 273 rurais e 4 industriais, totalizando 4.558 consumidores atendidos pela Outorgada, número 2,36% superior ao de 2014.

Número de Consumidores

Consumidores	2011	2012	2013	2014	2015
Residencial	3.181	3.335	3.436	3.601	3.707
Comercial	500	502	529	548	548
Industrial	5	5	5	4	4
Rural	265	267	271	275	273
Poderes Públicos	14	14	14	16	17
Iluminação Pública	13	8	8	8	8
Serviço Público	1	1	1	1	1
Total	3.979	4.132	4.264	4.453	4.558
Varição	5,18%	3,85%	3,19%	4,43%	2,36%

Comportamento do mercado - A distribuição de energia da Outorgada no período de janeiro a dezembro de 2015 foi de 18,79 GWh (17,37 GWh em 2014).

Os segmentos do mercado que mais contribuíram para esse resultado foram o Residencial e Industrial, com aumentos de 11,50% e 10,85% respectivamente.

A seguir são apresentados resultados sobre o consumo e sua variação no período:

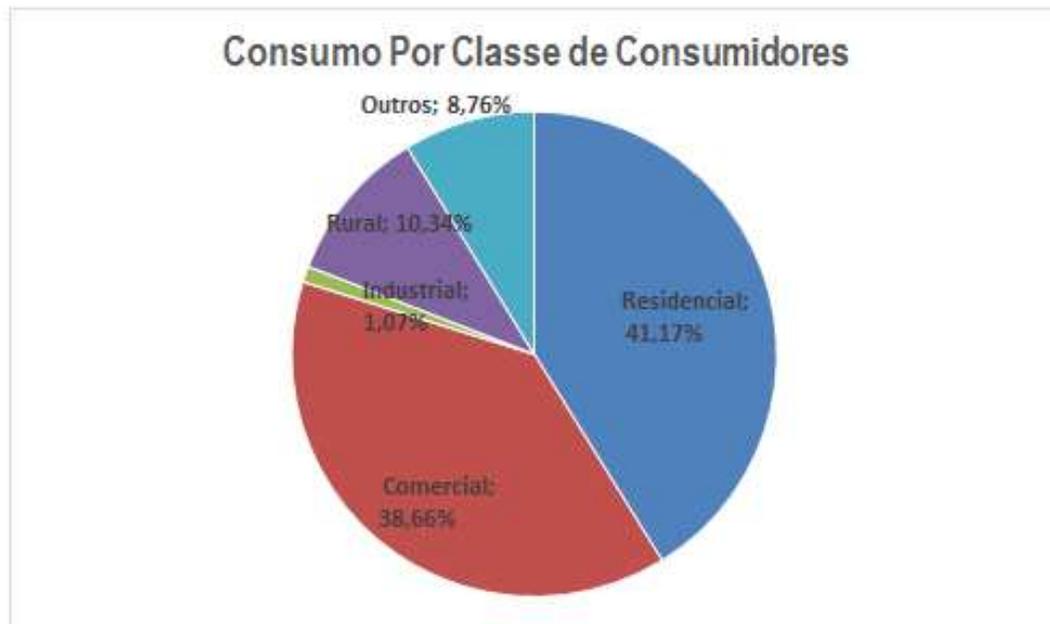
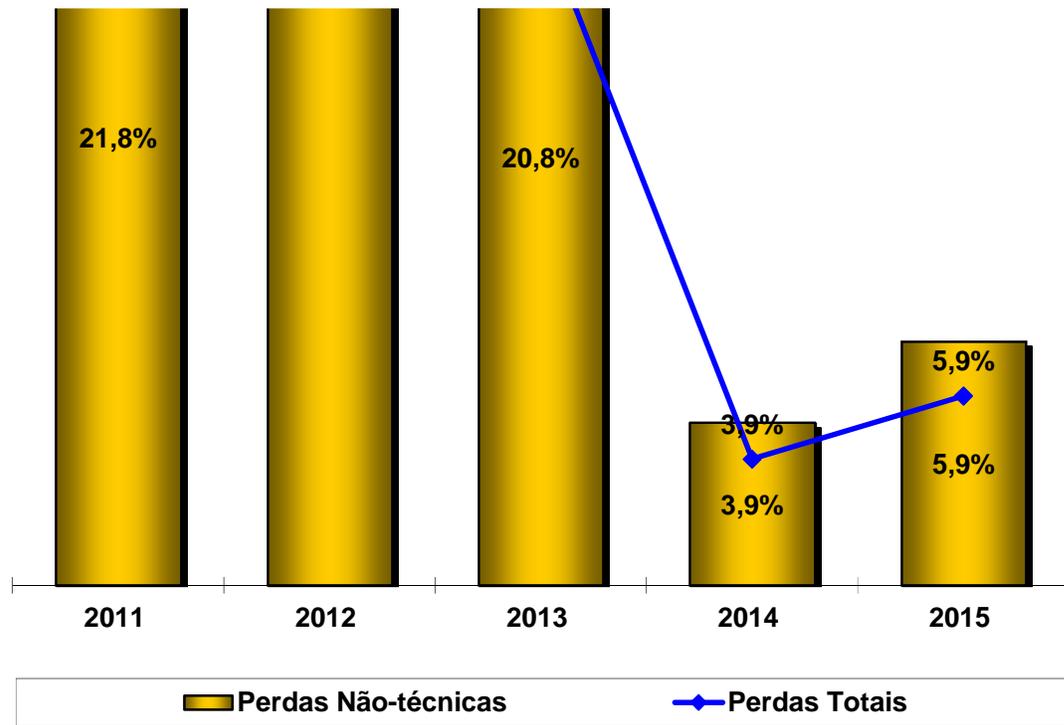
Mercado Atendido - GWh	2011	2012	2013	2014	2015
Energia Faturada	14	15	16	17	19
Fornecimento	14	15	16	17	19
Residencial	5	6	6	7	8
Comercial	6	6	0	0	7
Industrial	0	0	6	7	0
Rural	2	2	2	2	2
Poderes Públicos	0	0	0	0	0
Iluminação Pública	1	1	1	2	2
Serviço Público	0	0	0	0	0
Suprimento p/ agentes de distribuição	-	-	-	-	-
Uso da Rede de Distribuição	-	-	-	-	-
Consumidores Livres/Dist./Ger.	-	-	-	-	-
Consumidores Rede Básica	-	-	-	-	-
Total	14	15	16	17	19
Variação	8,00%	5,29%	3,83%	10,34%	8,17%

As perdas totais de energia sobre a energia requerida (comprada) apresentou uma evolução negativa de 5,66% em 2014 para 2015.

Balanço Energético

Energia Requerida - GWh	2011	2012	2013	2014	2015
Venda de Energia	14	15	15	16	16
- Fornecimento	14	15	15	16	16
- Suprimento p/ agentes de distribuição	-	-	-	-	-
Consumidores Livres/Dist./Ger.	-	-	-	-	-
Consumidores Rede Básica	-	-	-	-	-
Mercado Atendido	14	15	15	16	16
Perdas na Rede Básica					
Perdas na Distribuição	4	8	4	1	1
Perdas Técnicas					
Perdas não Técnicas - PNT	4	8	4	1	1
PNT / Energia Requerida %	21,8%	33,9%	20,8%	3,9%	5,9%
Perdas Totais - PT	4	8	4	1	1
PT / Energia Requerida %	21,8%	33,9%	20,8%	3,9%	5,9%

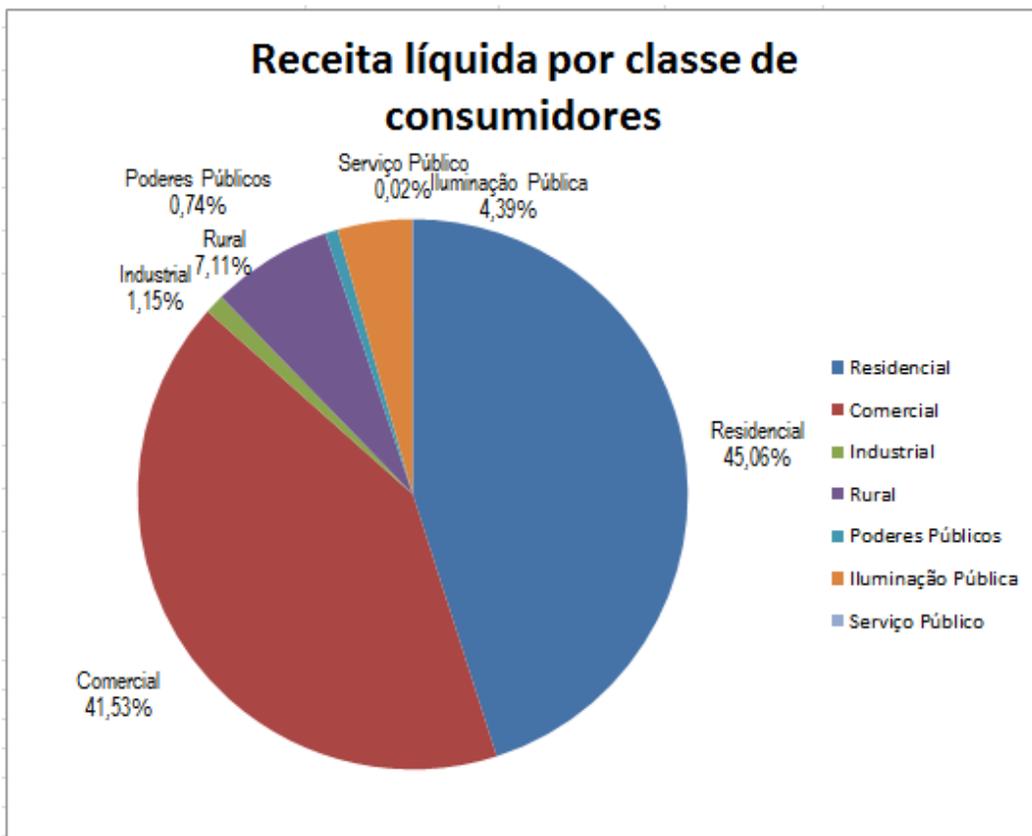
Total	18	23	20	17	17
-------	----	----	----	----	----



Receita - A receita decorrente do fornecimento de energia elétrica no exercício, líquida do ICMS, importou em R\$ 7.228,53 mil, conforme quadro a seguir:

Receita líquida em R\$ Mil

Classe	2015	2014	%
Residencial	3.257,25	2.509,32	29,81%
Comercial	3.001,95	2.290,30	31,07%
Industrial	83,23	65,51	27,05%
Rural	513,97	422,93	21,53%
Outros	372,12	317,03	35,07%
Poderes Públicos	53,55	48,50	10,42%
Iluminação Pública	317,15	267,19	18,70%
Serviço Público	1,42	1,34	5,95%
Total	7.228,53	5.605,08	28,96%



Número de consumidores - O número de consumidores faturados em dezembro de 2015 apresentou um crescimento de 2,36 % sobre o mesmo mês do ano anterior, como se pode observar no quadro a seguir:

Número de Consumidores

Classe	2015	2014	Var %
Residencial	3.707	3.601	2,94%
Comercial	548	548	0,00%
Industrial	4	4	0,00%
Rural	273	275	-0,73%
Outros	26	25	6,25%
Poderes Públicos	17	16	6,25%
Iluminação Pública	8	8	0,00%
Serviço Público	1	1	0,00%
Total	4.558	4.453	2,36%

Tarifas - A tarifa média de fornecimento de energia elétrica em dezembro de 2015, atingiu R\$ 371,16/MWh, com aumento de 26,77% em relação a dezembro de 2014. Por meio da Resolução ANEEL nº 1.946 de 01/09/15, a Cooperativa de Eletrificação Rural de Resende Ltda.- CERES foi autorizada a aplicar sobre a venda de Energia Elétrica, reajuste médio da ordem de 45,77%.

Classe	Tarifa média de Fornecimento em R\$/MWh
Residencial	421,19
Comercial	391,41
Industrial	413,66
Rural	258,39

Tarifa por faixa de Consumo	KWh	KWh	KWh	KWh
Tarifas Brutas	0,45748	0,45149	0,45193	0,29015

Qualidade do fornecimento - Os dois principais indicadores da qualidade do fornecimento de energia elétrica são o DEC (duração equivalente de interrupções por consumidor) e o FEC (frequência equivalente de interrupções por consumidor). A evolução desses indicadores é apresentada no quadro a seguir:

Ano	DEC (Horas)	FEC (Interrupções)	Tempo de Espera (horas)
2011	17,50	9,18	4,09
2012	38,78	16,24	2,14
2013	59,19	19,17	1,91
2014	14,48	7,73	1,87
2015	25,95	9,49	1,94

Atendimento ao consumidor - Dando sequência ao intenso processo de melhoria e modernização dos processos relacionados ao atendimento ao consumidor, a CERES, no ano de 2012, inaugurou o SAC – Serviço de Atendimento ao Consumidor, que poderá realizar reclamações, críticas, elogios etc, através de nosso sistema telefônico de tarifação reversa (0800), o que logicamente diminui os custos do cooperado/consumidor e aproxima a comunidade de nossa organização.

Tecnologia da informação

O desenvolvimento das diversas áreas de negócios de uma Outorgada de energia depende substancialmente de soluções adequadas de Tecnologia da Informação, a qual permeia e dá suporte a praticamente tudo o que a Outorgada faz, mediante sistemas de informação (*software*), redes de computadores (comunicação lógica) e atendimento ao consumidor (processamento, suporte e infraestrutura).

Durante o ano de 2015, a Área de Tecnologia da Informação atuou em iniciativas internas e externas à Empresa.

Externamente, buscou aprimorar a transparência da Empresa perante seus consumidores e sociedade, divulgando certificados de obrigatoriedade municipal, estadual e federal através do seu Site Institucional, além disso, investiu em uma nova ferramenta para emissão de segunda via de faturas, utilizada diretamente pelos cooperados. Este novo módulo, totalmente integrado com o Sistema de Informação utilizado para sua gestão, gerou benefícios no acompanhamento de baixas dessas faturas.

Internamente, foi estabelecida a padronização das estações de trabalho dos colaboradores, a evolução de mecanismos de proteção aos dados e computadores, ampliação do armazenamento de dados e por consequência backups de todas as informações.

Desempenho econômico-financeiro

Em 2015, as perdas líquidas foram de R\$ (1.004,48) mil, contra R\$ (339,00) mil em 2014, um aumento de 196,31%. Por questões Setoriais, a Empresa realiza concomitantemente à sua Contabilidade Societária, a Contabilidade Regulatória e Fiscal. A Contabilidade Regulatória é realizada a partir de determinações da ANEEL que não reconhece efeitos de vários procedimentos da Contabilidade Internacional, bem como inclui, para fins de gerência Setorial, a Reavaliação Regulatória Compulsória. Já com relação à Contabilidade Fiscal, a mesma contempla os efeitos de adição ou subtração de despesas e receitas não permitidas no cálculo da base dos impostos. Adicionalmente, é realizado o estorno dos efeitos da Contabilidade Internacional, pois, a Receita Federal determinou que sua base de cálculo deve seguir os conceitos contábeis vigentes até dezembro de 2007 (BRGAAP e USGAAP). Para melhor visualização, segue abaixo demonstração e comparação do resultado da Contabilidade Societária, Regulatória e Fiscal:

RESULTADO SOCIETÁRIO: R\$ (1004,48) mil

RESULTADO REGULATÓRIO: R\$ (987,47) mil

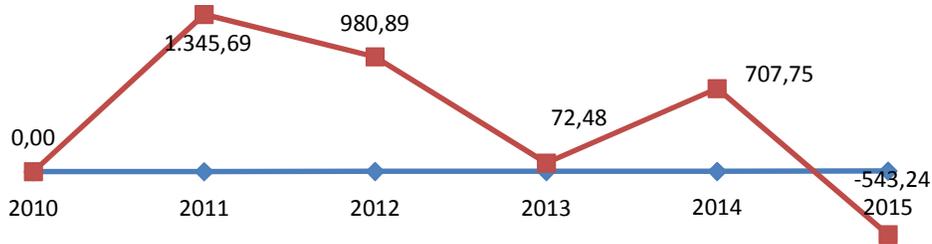
RESULTADO FISCAL (BASE PARA IMPOSTOS): R\$ (742,35) mil

A receita operacional líquida atingiu R\$ 7.251,79 mil, enquanto em 2014 situou-se em R\$ 5.325,82 mil.

As despesas operacionais totalizaram em 2015 R\$ 7.538,78 mil, 47,43% superiores em relação à 2014, destacando-se os custos com: total das taxas regulamentares que tiveram um crescimento de 703,59% no ano. A rentabilidade do Patrimônio Líquido do exercício foi de (3,35)% contra (17,33)% em 2014.

O EBITDA ou LAJIDA, lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização foi de R\$ (543,24) mil, inferior em 130,28% a 2014, que foi de R\$ 707,75 mil, conforme evolução abaixo:

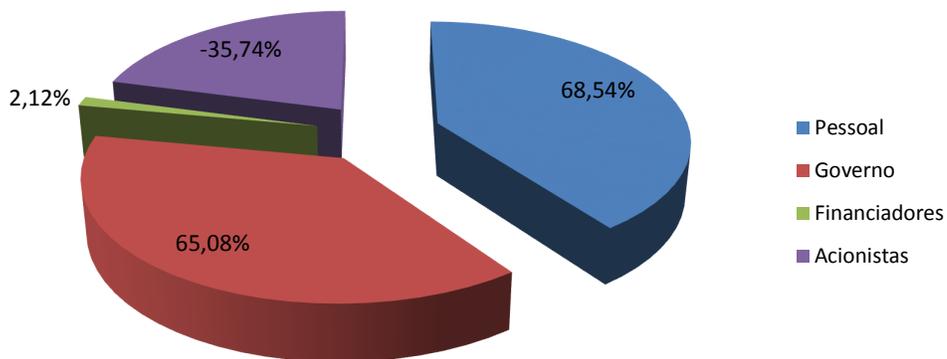
EBTIDA ou LAJIDA (Legislação Societária)



Investimentos: Em 2015, os investimentos da Companhia, importaram em R\$ 1.204,20 mil, 245,04% superiores em relação à 2014, dos quais R\$ 1.204,20 mil foram realizados em Máquinas e Equipamentos da Atividade de Distribuição.

Valor adicionado regulatório: Em 2015, o valor adicionado líquido gerado como riqueza pela Outorgada foi de R\$ 3.761,06 mil, representando 44,28% da Receita operacional bruta, com a seguinte distribuição:

Dezembro 2015 - Legislação Societária



Política de reinvestimento e distribuição de dividendos: Sendo a entidade uma Cooperativa seu objetivo é o de aplicar todas as sobras na melhoria de seus serviços aos seus Cooperados e Consumidores mediante aprovação da AGO de cada exercício.

Além disso, a Outorgada com base na Lei 5764/71 e no seu Estatuto Social constituiu Reservas sobre as suas sobras líquidas no montante de: 10% para Reserva Legal e 5% de FATES.

Composição acionária: Em 31 de dezembro de 2015 o capital social da Outorgada ou permissionária era de R\$ 63,81 mil, composto por 63.812 mil de quotas, com valor nominal R\$ 1,00.

Atendimento a associados: Coerente com a filosofia de postar-se diante do mercado como uma empresa transparente, moderna e aberta, a Outorgada coloca à disposição dos seus cooperados, colaboradores capacitados a esclarecer suas dúvidas e solicitações de forma presencial ou telefone da empresa.

Gestão

Administração: Durante o ano de 2015 a permissionária manteve o franco processo de adaptação e reestruturação organizacional em conformidade com os parâmetros do novo modelo institucional do setor elétrico e os novos cenários da economia brasileira, sem esquecer-se de manter a essência Cooperativista. Medida que atende às exigências da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, que por sua vez, visa assegurar total clareza e transparência nas relações comerciais entre os agentes que atuam nas diferentes etapas do processo de produção e venda de energia elétrica para garantir ao consumidor que as tarifas cobradas espelhem com fidelidade toda a cadeia de custos.

Planejamento empresarial: O êxito que a Outorgada vem obtendo em seu processo de adaptação às mudanças aceleradas no setor elétrico se deve em grande parte à qualidade de seu planejamento empresarial.

Essa nova concepção de planejamento proporcionou o desenvolvimento do pensamento estratégico no âmbito gerencial das unidades e, ao mesmo tempo, criou um conjunto de estratégias adequadas aos diferentes cenários, possibilitando antecipar ações de reação às mudanças ambientais.

As tendências identificadas, juntamente com os resultados dos cenários empresariais, serviram de base para a definição das recomendações, metas e ações estratégicas das Unidades de Negócios para os horizontes de curto e médio prazos.

Gestão pela qualidade total: Em 2015, as atividades relacionadas com a Gestão da Qualidade compreenderam o desenvolvimento de estudos e projetos, implantação do manual da qualidade, preparação para certificações de qualidade de gestão.

Recursos humanos: Em 2015 implantou-se e executaram-se diversos programas de capacitação, treinamento e desenvolvimento do corpo funcional da permissionária, que já inicialmente apresentou melhora das práticas laborativas e técnicas.

Responsabilidade social: Cada vez mais, a Outorgada vem reforçando seu papel de empresa cidadã. Ciente de sua responsabilidade social tem atuado por meio de políticas, programas e práticas voltadas para o meio ambiente, o desenvolvimento econômico, social e cultural junto à comunidade.

Outorgada em números	2015	2014	%
Atendimento			
Número de consumidores	4.558	4.453	2,36%
Número de empregados	47	42	11,90%
Número de consumidores por empregado	97	106	-8,52%
Número de localidades atendidas	5	5	0,00%
Número de agências	1	2	0,00%
Número de postos de atendimento	1	2	0,00%
Número de postos de arrecadação	0	0	0,00%
Mercado			
Área de Permissão (Km ²)	274,00	274,00	0,00%
Geração própria (GWh)	0	0	0,00%
Demanda máxima (MWh/h)	5,22	3,93	32,82%
Distribuição direta (GWh)	18,80	17,38	0,00%
Consumo residencial médio (kWh/ano)	644.743	578.258	11,50%
Tarifas médias de fornecimento (R\$ por MWh)	350,46	292,78	19,70%
Total (exceto curto prazo)	0	0	0,00%
Residencial	421,19	337,64	24,75%

Comercial	391,41	292,57	33,78%
Industrial	413,66	415,73	-0,50%
Rural	258,39	182,17	41,84%
Suprimento	34,72	24,54	0,00%
DEC (horas)	25,95	14,48	79,21%
População atendida - Urbana Atendida (em milhares de habitantes)	14,39	14,23	1,12%
População atendida - Rural (em milhares de habitantes)	3,85	3,58	7,54%
FEC (número de interrupções)	9,49	7,73	22,77%
Número de reclamações por 1.000 consumidores	2,61	2,09	24,88%
Operacionais			
Número de usinas em operação	0,00	0,00	0,00%
Número de subestações	0,00	0,00	0,00%
Linhas de transmissão (Km)	0,00	0,00	0,00%
Linhas de distribuição (Km)	405,16	329,74	22,87%
Capacidade instalada (MW)	16,41	16,27	0,84%
Financeiros			
Receita operacional bruta (R\$ mil)	8.565,33	5.493,62	55,91%
Receita operacional líquida (R\$ mil)	7.251,79	5.325,82	36,16%
Margem operacional do serviço líquida (%)	18,11%	3,15%	474,90%
EBITDA OU LAJIDA	707,75	(543,24)	-230,28%
Lucro líquido (R\$ mil)	-1.004,48	339,00	-396,31%
Lucro líquido por mil cotas	-1.004,48	339,00	-396,31%
Patrimônio líquido (R\$ mil)	-18,53	1.182,36	-101,57%
Valor patrimonial por cota R\$	-18,53	1.182,36	-101,57%
Rentabilidade do patrimônio líquido (%)	54,21	0,29	18806,71%
Endividamento do patrimônio líquido (%)	-573,02	7,15	-8110,63%
Em moeda nacional (%)	-573,02	7,15	-8110,63%
Em moeda estrangeira (%)	0,00	0,00	0,00%
Indicadores de Performance			
Sálario Médio dos Funcionários	1.934,19	1.862,48	0,00%
Energia Gerada/Comprada por Funcionário	396,10	433,44	0,00%
Energia Gerada/Comprada por Consumidor	4,08	4,09	0,00%
Retorno de ativos por unidade	-0,02	0,06	0,00%

Agradecimentos

Registramos nossos agradecimentos aos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da Outorgada. Nossos reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional, extensivamente a todos os demais que direta ou indiretamente contribuíram para o cumprimento da missão da Outorgada.

Resende (RJ), 22 de abril de 2016.

A Administração

Cooperativa de Eletrificação Rural de Resende Ltda
CNPJ no 31.465.487/0001-01
Balanco Patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Valores expressos em milhares de reais)

Balanco Patrimonial

	Consolidado	
	2015	2014
Ativos		
Ativo Circulante	2.707,53	1.974,28
Caixa e equivalentes de caixa	23,04	83,23
Consumidores	1.589,61	947,45
Concessionárias e permissionárias	-	-
Serviços em curso	58,38	69,29
Tributos compensáveis	117,61	116,95
Depósitos judiciais e cauções	494,91	-
Almoxarifado operacional	87,72	83,32
Investimentos temporários	3,99	-
Empréstimos	-	-
Ativos financeiros setoriais	-	-
Despesas pagas antecipadamente	20,00	20,92
Instrumentos financeiros derivativos	-	-
Outros ativos circulantes	312,27	653,12
Ativos de operações descontinuadas	-	-
Bens destinados à alienação	-	-
Ativo Não-Circulante	7.891,98	7.665,78
Consumidores	-	-
Concessionárias e permissionárias	-	-
Serviços em curso	-	-
Tributos compensáveis	-	-
Depósitos judiciais e cauções	153,97	153,00
Investimentos temporários	-	-
Empréstimos	-	-
Tributos diferidos	-	-
Ativos financeiros setoriais	-	-

Despesas pagas antecipadamente	-	-
Bens e direitos para uso futuro	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-
Outros ativos não circulantes	4.371,45	4.024,37
Bens e atividades não vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	0,21	-
Imobilizado	552,38	626,11
Intangível	2.813,97	2.862,30

Total do ativo	10.599,51	9.640,06
-----------------------	------------------	-----------------

Passivo

Passivo Circulante	4.737,54	3.333,32
Fornecedores	1.328,94	1.394,12
Empréstimos, financiamentos e debêntures	1.220,80	208,45
Obrigações sociais e trabalhistas	442,49	386,26
Benefício pós-emprego	-	-
Tributos	525,86	517,22
Provisão para litígios	-	-
Dividendos declarados e juros sobre capital próprio	-	-
Encargos setoriais	434,03	174,62
Provisão para descomissionamento	-	-
Passivos financeiros setoriais	-	-
Provisão para uso do bem público	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-
Obrigações com associados	-	-
Outros passivos circulantes	785,42	652,65
	-	-
Passivos de operações descontinuadas	-	-

Passivo Não-Circulante	5.880,51	5.124,38
Fornecedores	487,26	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	864,36	173,56
Benefício pós-emprego	-	-
Tributos	3.675,61	4.184,80
Provisão para litígios	97,61	84,33
Encargos setoriais	-	-
Provisão para descomissionamento	-	-

Tributos diferidos	-	-
Passivos financeiros setoriais	-	-
Provisão para uso do bem público	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-
Obrigações com associados	-	-
Outros passivos não circulantes	451,81	456,93
Obrigações vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	303,86	224,76

Total do passivo	10.618,05	8.457,70
-------------------------	------------------	-----------------

Patrimônio líquido	(18,54)	1.182,36
Capital social	63,81	63,81
Reservas de capital	-	-
Outros resultados abrangentes	-	-
Reservas de lucros	-	915,15
Recursos destinados a aumento de capital	-	-
Lucros ou prejuízos acumulados	-	203,40
Ações em tesouraria	-	-
Proposta para distribuição de dividendos adicionais	-	-
Participação de não controladores	-	-
Reserva de sobras	922,13	-
Sobras à disposição da Assembleia	(1.004,48)	-
Perdas não cobertas pelos cooperados	-	-

Total do patrimônio líquido	(18,54)	1.182,36
------------------------------------	----------------	-----------------

Total do passivo e do patrimônio líquido	10.599,51	9.640,06
---	------------------	-----------------

Cooperativa de Eletrificação Rural de Resende Ltda

CNPJ no 31.465.487/0001-01

Demonstrações do resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais)

Demonstração do Resultado do Exercício

	Consolidado	
	2015	2014
Operações em continuidade		
Receita / Ingresso	8.565,32	5.493,61
Fornecimento de energia elétrica	619,71	(2.156,28)
Suprimento de energia elétrica	-	-
Energia Elétrica de Curto Prazo	-	-
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição	6.923,31	4.934,96
Ativos e Passivos Financeiros Setoriais	257,73	308,23
Serviços cobráveis	38,45	24,96
Doações, contribuições e subvenções vinculadas ao serviço concedido	353,89	324,98
Outras receitas	372,23	2.056,76
Tributos	(62,99)	(41,28)
ICMS	-	-
PIS-PASEP	(11,17)	(7,31)
Cofins	(51,82)	(33,97)
ISS	-	-
Encargos - Parcela "A"	(1.250,53)	(155,61)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(38,19)	(29,06)
Programa de Eficiência Energética - PEE	(38,19)	(29,06)
Reserva Global de Reversão - RGR	-	-
Conta de Desenvolvimento Econômico - CDE	(726,03)	(68,38)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH	-	-
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica – TFSEE	(28,43)	(29,11)
Outros encargos	(419,69)	-
Receita líquida / Ingresso líquido	7.251,80	5.296,72

Custos não gerenciáveis - Parcela "A"	(2.691,57)	(1.789,51)
Energia elétrica comprada para revenda	(2.691,57)	(1.789,51)
Encargo de transmissão, conexão e distribuição	-	-
Encargos e demais despesas setoriais	-	-
Perdas pelo valor de indenização / renovação	-	-
Provisão de baixa ou Baixa de RTP diferida	-	-
Provisão de baixa ou Baixa de CVA Ativa e Demais ativos regulatórios	-	-
(-) Reversão de devolução tarifária	-	-
(-) Reversão de CVA Passiva e Demais passivos regulatórios	-	-
Outros	-	-
Matéria-prima e Insumos para produção de energia elétrica	-	-
Reembolso de CCC/CDE de combustível para produção de energia elétrica	-	-

Resultado antes dos custos gerenciáveis	4.560,23	3.507,21
--	-----------------	-----------------

Custos gerenciáveis - Parcela "B"	(4.614,20)	(3.294,62)
Pessoal e administradores	(3.051,76)	(2.965,70)
Material	(191,34)	(196,36)
Serviços de terceiros	(830,89)	(835,78)
Arrendamento e aluguéis	(59,69)	(67,33)
Seguros	(3,63)	(3,90)
Doações, contribuições e subvenções	(17,22)	(17,42)
Provisões	(31,65)	18,75
Perdas na alienação de bens e direitos	-	-
(-) Recuperação de despesas	73,36	334,34
Tributos	(27,28)	(27,61)
Depreciação e amortização	(253,78)	(249,72)
Gastos diversos	(453,34)	716,11
Outras Receitas Operacionais	298,41	-
Outras Despesas Operacionais	(65,39)	-

Resultado da Atividade	(53,97)	212,59
-------------------------------	----------------	---------------

Equivalência patrimonial	-	-
Resultado Financeiro	(950,51)	126,41
Despesas financeiras	287,70	(2.049,98)
Receitas financeiras	(1.238,21)	2.176,39
Resultado antes dos impostos sobre os lucros	(1.004,48)	339,00
Despesa com impostos sobre os lucros	-	-
Resultado líquido das operações em continuidade	(1.004,48)	339,00
Operações descontinuadas	-	-
Lucro (prejuízo) após o imposto do exercício resultante de operações descontinuadas	-	-
Resultado líquido do exercício	-	-
Atribuível aos:		
Acionistas controladores	-	-
Acionistas não controladores	-	-
Lucro por ação	(15,74)	5,31
básico - lucro do exercício atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias	(15,74)	5,31
diluído - lucro do exercício atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias	-	-
Lucro por ação originado das operações em continuidade	-	-
básico - lucro de operações continuadas atribuíveis a acionistas controladores detentores de ações ordinárias	-	-
diluído - lucro de operações continuadas atribuíveis a acionistas controladores detentores de ações ordinárias	-	-

**Demonstrações do resultado abrangente dos exercícios findos em 31 de
dezembro de 2015 e 2014
(Valores expressos em milhares de reais)**

Demonstração do Resultado Abrangente do Exercício

	Consolidado	
	2015	2014
Resultado do exercício		
Outros resultados abrangentes	-	-
Reserva de reavaliação	-	-
Efeito de imposto de renda	-	-
Ganho líquido sobre instrumentos financeiros	-	-
Efeito de imposto de renda	-	-
Equivalência sobre ganhos abrangentes de coligadas	-	-
Efeito de imposto de renda	-	-
Diferenças cambiais sobre conversão de operações estrangeiras	-	-
Efeito de imposto de renda	-	-
Previdência Privada – Superávit (Déficit) Atuarial	-	-
Diferenças atuariais	-	-
Efeito de imposto de renda	-	-
Outros resultados abrangentes	-	-
Efeito de imposto de renda	-	-
Outros resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos	-	-
Total de resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos	-	-
Atribuível a:		
Acionistas Controladores	-	-
Acionistas Não Controladores	-	-

Observação: O modelo apresentado acima demonstra os efeitos tributários de forma individual, de forma que nenhuma divulgação adicional em nota explicativa é requerida.

Cooperativa de Eletrificação Rural de Resende Ltda
 CNPJ no 31.465.487/0001-01
 Demonstração das mutações do patrimônio líquido dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
 (Valores expressos em milhares de reais)

DMPL - Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

	Capital Social	Reservas de capital	Reserva de reaval.	Reservas de lucros	Lucros (prejuízos) acumulados	Reservas de Sobras	Sobras/Perdas a disposição da Assembléia	Recursos destinados a aumento de capital	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2013	63,69			780,12		-	-	-	843,81
Remuneração das imobilizações em curso	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital social	0,12	-	-	-	-	-	-	-	0,12
Incentivos fiscais	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realização de reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Destinações	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Proventos excedentes da contabilidade societária	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	-	-	-	-	-	-	339,00	-	339,00
Destinação proposta à A.G.O.:	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	-	-	-	-	-	-	-	-
FATES	-	-	-	67,24	-	-	(67,80)	-	(0,56)
Reservas de Lucros	-	-	-	67,79	-	-	(67,80)	-	(0,01)
Reserva de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva para Fundos de Investimentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2014	63,81	-	-	915,15	-	-	203,40	-	1.182,36
Remuneração das imobilizações em curso	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital social	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realização de reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Destinações	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	-	-	-	-	-	-	(1.004,48)	-	(1.004,48)
Destinação proposta à A.G.O.:	-	-	-	-	-	-	(203,40)	-	(203,40)
Reserva legal	-	-	-	(395,12)	-	402,10	-	-	6,98
FATES	-	-	-	(520,03)	-	520,03	-	-	-
Reserva de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendo	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva para Equalização	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva para Fundos de Investimentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2015	63,81	-	-	-	-	922,13	(1.004,48)	-	(18,54)

Cooperativa de Eletrificação Rural de Resende Ltda
CNPJ no 31.465.487/0001-01
Demonstrações do Fluxo de Caixa dos exercícios findos em 31 de
dezembro de 2015 e 2014
em 31 de dezembro de 20X1 e 20X0
(Valores expressos em milhares de reais)

Demonstração do Fluxo de Caixa

	Consolidado	
	2015	2014
Atividades operacionais		
Recebimentos de clientes	8.041,58	5.659,67
Outros recebimentos	147,63	-
Pagamentos a fornecedores	(1.569,47)	(1.454,84)
Fornecedores Energia Elétrica Comprada	(2.795,57)	(674,42)
Pagamentos a empregados	(2.484,08)	(2.348,29)
Juros pagos	-	-
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-
Imposto de renda na fonte sobre dividendos recebidos	-	-
Tributos Federais	(147,80)	(138,46)
Tributos Estaduais e Municipais	(487,84)	(232,21)
Encargos Setoriais	(905,74)	(115,19)
Outros Pagamentos	(518,33)	(350,20)
Fluxo de caixa líquido originado de atividades operacionais	(719,62)	346,06
Atividades de investimento		
Recebimento (pagamento) de venda de imobilizado	0,61	-
Aquisição de imobilizado	(128,97)	(118,99)
Aquisição de propriedades para investimento	-	-
Aquisição de instrumentos financeiros	-	-
Recebimento (pagamento) da venda de instrumentos financeiros	-	-
Aquisição de intangíveis	-	-
Aquisição de controlada, líquida de caixa adquirido	-	-
Recebimento de incentivos	-	-
Juros recebidos	-	-

Dividendos e juros sobre capital próprio recebidos	-	-
--	---	---

Fluxo de caixa líquido aplicado em atividades de investimento	(128,36)	(118,99)
--	-----------------	-----------------

Atividades de financiamento		
Recebimento (pagamento) do exercício de opções	(5,00)	15,23
Aquisição de participação de não controladores	-	-
Recebimento pela emissão de ações	-	-
Pagamento de passivos de arrendamento	-	-
Captações de empréstimos obtidos	4.063,48	3.215,22
Pagamento de empréstimos	(2.567,88)	(3.148,05)
Outras Despesas Financeiras	(702,81)	(366,49)
Dividendos pagos	-	-

Fluxo de caixa líquido aplicado em atividades de financiamento	787,79	(284,09)
---	---------------	-----------------

Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	(60,19)	(57,02)
---	----------------	----------------

Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	83,23	140,25
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	23,04	83,23

-60,19 -57,02

O modelo de fluxo de caixa apresentado acima se refere ao fluxo de caixa preparado por meio do método direto, sendo que também é permitida a apresentação do fluxo de caixa preparado por meio do método indireto.

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais)

DEFINIÇÕES DE TERMOS UTILIZADOS:

CERES – COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO RURAL DE RESENDE LTDA

ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica

SFF – Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira

1. Contexto Operacional

A CERES é uma sociedade cooperativa, destinada a pesquisar, estudar, planejar, construir e explorar a Distribuição e Comercialização de Energia, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, e pelo Ministério de Minas e Energia. A Permissionária está autorizada a participar de consórcios ou companhias, em conjunto com empresas públicas e/ou privadas, com o objetivo de desenvolver atividades nas áreas de energia, observada a legislação aplicável.

2. Das Permissões

A CERES detém concessão válida até o ano de 2028, para a Distribuição e Comercialização de Energia Elétrica na área de concessão compreendida nos municípios de Itatiaia, Bocaina de Minas, São José do Barreiro, Resende e Barra Mansa, nos Estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, conforme contrato de Concessão No 010/2008 assinado em 20/06/2008. Atualmente, (base Dezembro/2015), 4.458 consumidores divididos em 78,89% de consumidores urbanos e 21,11% de consumidores rurais. Atualmente não atendemos a nenhum “Consumidor Livre”. O prazo concedido neste contrato com o Poder Concedente tem sua vigência do dia 20/06/2008 até o dia 20/06/2028.

3. Apresentação das Demonstrações Contábeis

As Demonstrações Contábeis estão sendo apresentadas de acordo com as disposições da Lei das Sociedades por Ações, conjugadas com a Legislação específica emanada pela Agência Nacional de

Energia Elétrica – ANEEL e instruções da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, observando rigorosamente as exigências contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, instituído pela Resolução ANEEL nº 444, de 26 de outubro de 2001, respeitando também, nossa particularidade como Empresa de Responsabilidade Ltda.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Cooperativa adotou as mudanças nas práticas contábeis adotadas no Brasil introduzidas pelos pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, estando alinhado às Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) emitidas pelo IASB – (International Accounting Standard Board) com vigência para os exercícios sociais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2011, com aplicação retrospectiva a 01 de janeiro de 2010 para fins de comparabilidade.

Conforme determinação da SFF/ANEEL, com o intuito de buscar a harmonização com as normas internacionais de contabilidade, destacamos as transferências do Ativo Imobilizado Vinculado para o Grupo Intangível e Ativo Financeiro conforme ICPC 01 e OCPC 05, determinados pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

Como o ICPC 01 não foi aprovado pela SFF/ANEEL, seus efeitos figuram somente nas Demonstrações Societárias. Em 2011 entrou em vigor a Contabilidade Regulatória, instituída pela Resolução ANEEL 396/2010. Orientações complementares foram expedidas pela SFF/ANEEL através dos Depachos: 4.722/2009, 4.097/2010, 4.991/2011, 155/2013, 4.413/2013, 4786/2014 e 245/2016.

A adoção deste procedimento resultou na reclassificação para o Ativo Intangível de R\$ 2.813,97 mil e para Ativos Financeiros de R\$ 1.783,72 mil.

Para fins dos cálculos Tributários, conforme determinações da Instrução Normativa 1397/2013 da Receita Federal, que estabelece um regime transitório até a entrada em vigor da MP 627 em 2015 (opcionalmente em 2014), utilizamos o regime tributário baseado nos Resultados obtidos pelos critérios utilizados até 2007, convergidos através do RTT - Regime Tributário Transitório.

4. Principais Práticas Contábeis

. Equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

Estão, quando aplicável, demonstrados pelo custo, acrescido das remunerações contratadas, reconhecidas proporcionalmente até a data das demonstrações contábeis (Nota 5).

. Consumidores, Concessionárias e Permissionárias.

Engloba o fornecimento de energia faturada e não faturada até 31 de dezembro de 2015, contabilizado com base no regime de competência.

. **Provisão para créditos de liquidação duvidosa**

Está reconhecida em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir as perdas na realização das contas a receber, de acordo com as Instruções contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE (Nota 6).

. **Estoque (inclusive do ativo imobilizado)**

Os materiais em estoque, classificados no Ativo Circulante, estão registrados ao custo médio de aquisição e, aqueles destinados a investimentos, estão classificados no Ativo Imobilizado em Curso pelo custo de aquisição e, também, controlados pelo custo médio.

. **Imposto de renda diferido.**

A CERES não diferiu nenhum Imposto no exercício de 2014 ou anterior.

. **Plano de complementação de aposentadoria e pensão.**

A CERES não possui Planos Complementares de Aposentadoria e Pensão.

. **Apuração do resultado.**

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência.

. **Outros direitos e obrigações.**

Demais ativos e passivos circulantes e de longo prazo estão atualizados até a data do balanço, quando legal ou contratualmente exigidos.

. **Estrutura das demonstrações contábeis.**

Com referencia às novas implementações na estrutura das demonstrações contábeis, em face a harmonização internacional e, em virtude do atendimento do Ofício de Encerramento nº 2.775/2008 – SFF/ANEEL, nº 4.097/2010 – SFF/ANEEL e Despacho ANEEL 4.722/2009 e 4.991/2011, aplicou-se a mudança nos quadros do Ativo e Passivo, incluindo os sub-grupos Ativo não Circulante e Passivo não Circulante, excluindo-se o grupo de Ativo Permanente, conforme determinação do Órgão Regulador.

Vale salientar que desde o exercício de 2011, a SFF/ANEEL determinou que, no Balanço Regulatório, fossem utilizados modelos diferenciados com a exposição das informações de forma direcionada a

apuração de dados tarifários e que demonstrem o equilíbrio econômico-financeiro da Concessão/Permissão. Adicionalmente, incluiu no rol das Demonstrações Contábeis, as chamadas Notas Conciliatórias que demonstram os ajustes efetuados entre o Balanço Societário e o Balanço Regulatório. Todos os quadros que compõem o Balanço Regulatório, a partir deste exercício, deverão, também, serem auditados pelo mesmo Auditor Independente das Demonstrações Contábeis Societárias, conforme Manual expedido pela ANEEL exclusivamente para esse fim.

Conforme Ofício Circular 364/2012, a ANEEL desobriga as Permissionárias/Concessionárias a publicar as Demonstrações Contábeis Regulatórias e Despacho ANEEL 575/2013 dispensa as Cooperativas Permissionárias de publicarem suas demonstrações contábeis societárias e regulatórias em qualquer tipo de jornal, devendo apenas disponibilizá-las no sítio eletrônico da Permissionária e encaminhá-las à SFF para posterior divulgação na CIEFSE .

Até o presente momento, a apuração da base tributária, conforme Instrução Normativa 1397/2013, é divergente nos quadros do Ativo e Passivo Regulatório e DRER, em função de não possuir a contabilização da Reavaliação Regulatória Compulsória. Neste sentido, e, com o intuito de atender ao disposto na citada Instrução Normativa, demonstraremos ao final, Nota Explicativa contendo os quadros de Ativo Fiscal, Passivo Fiscal e Demonstração de Resultado do Exercício Fiscal.

5. Equivalentes de Caixa, Títulos e Valores Mobiliários

A Permissionária possui o montante de R\$ 3,99 (Reais/mil) em Títulos e Valores Mobiliários, devidamente contabilizados conforme demonstrado a seguir:

Instituição	Tipo de aplicação	Vencimento	Remuneração	<u>Legislação societária</u>	
				2015	2014
			CDI /TR		
Santander S.A.	Título de Capitalização	Indeterminado		3,99	0,00
Total				3,99	0,00

6. Consumidores, Concessionárias e Permissionárias

Os valores referentes a Consumidores, Concessionárias e Permissionárias dos períodos de 2015 e 2014, estão assim elencados, a seguir:

	Legislação societária	
	2015	2014
Consumidores		
Faturados	1.930,54	1.210,47
Não faturados	166,30	299,82
Subtotal	2.096,84	1.510,29
Concessionárias	0,00	0,00
Permissionárias	0,00	0,00
Comercialização no âmbito do MAE		
	0,00	0,00
Subtotal	0,00	0,00
Total	2.096,84	1.510,29

Composição das Contas a Receber

Consumidor / Concessionárias / Permissionárias	Legislação societária							
	Vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total	Provisão para devedores duvidosos		Saldo	
					2015	2014	2015	2014
Residencial	354,93	130,35	58,28	543,57	(58,28)	(70,39)	485,29	234,15
Industrial	9,75	2,60	-	12,36	-	-	12,36	5,61
Comércio, Serviços e Outras Atividades	376,48	128,95	30,39	535,83	(21,65)	(28,20)	514,18	242,59
Rural	58,40	11,35	5,20	74,95	(5,10)	(5,40)	69,85	39,48
Poder Público	5,34	25,26	15,66	46,27	(6,01)	(6,46)	40,26	21,98
Federal	0,00	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	-
Estadual	0,00	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	-
Municipal	5,34	25,26	15,66	46,27	-6,01	-6,46	40,26	21,98
Iluminação Pública	41,34	112,68	562,31	716,33	(464,27)	(529,27)	252,06	26,28
Serviço Público	0,10	0,36	0,77	1,23	-0,18	-0,19	1,05	0,46
Renda não Faturada	166,30	0,00	0,00	166,30	0,00	0,00	166,30	299,81
Atualização Regime Competência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Encargo a Recuperar na Tarifa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subtotal -								
Consumidores	1.012,65	411,57	672,62	2.096,84	(555,49)	(639,91)	1.541,35	870,36
Concessionárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Permissionárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comercialização no MAE:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessionárias/ permissionárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	1.012,65	411,57	672,62	2.096,84	(555,49)	(639,91)	1.541,35	870,36

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída considerando os principais critérios a seguir elencados:

- 1) Análise criteriosa das Contas a Receber para casos específicos;
- 2) Casos Normais, conforme Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, sendo:
 - a) Residenciais vencidos há mais de 90 dias;
 - b) Comerciais vencidos há mais de 180 dias;
 - c) Industrial, Poder Público e Iluminação Pública vencidos há mais de 360 dias.

- A Provisão para Devedores Duvidosos em 2015 (R\$ 555,49/reais mil) diminuiu em 15,14% em relação ao ano de 2014 (R\$ 639,61/ reais mil).

Conforme determinação Regulatória, apropriamos na Conta 1119.1.09, o valor concedido a título de descontos regulatórios, a ser reembolsado pela ELETROBRAS, via Subsídio CDE, bem como o valor de Subsídio Redução Equilibrada de Tarifas publicada pela ANEEL em função da determinação da concessão de descontos gerais aos nossos consumidores implementados pela política governamental.

Tais subsídios à receber, em dezembro/2015, importavam em: 46,90 R\$/MIL.

7. Imobilizado

Segue quadro de conciliação do Ativo Imobilizado Regulatório com o Ativo Imobilizado Societário:

Legislação Societária		
	2015	2014
Em Serviço Societário	552,38	626,10
Em Curso Societário	0	0
Ativo Financeiro da Concessão	1.783,72	1.233,25
Ativo Intangível da Concessão	2.262,74	1.855,95
Ativo Intangível em Curso	551,23	1.006,35
Reavaliação Regulatória Compulsória	3.319,22	3.664,35
Sob Total	8.469,29	8.386,00
Obrigações especiais vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica	-303,86	-224,76
Sub Total	-303,86	-224,76
Total	8.165,43	8.161,24
Ativo Imobilizado Societário	552,38	626,10

Ativo Imobilizado Regulatório	8.165,43	8.161,24
--------------------------------------	-----------------	-----------------

A partir de 2011, foram reclassificados valores do ativo imobilizado que estão em função do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica para

os grupos de Ativo Financeiro e Ativo Intangível, atendendo o OCPC 05. onde:

“De acordo com os contratos de concessão, consideram-se bens vinculados aqueles construídos ou adquiridos pelo concessionário e efetivamente utilizados na prestação

dos serviços públicos.”

• Ativo intangível

Foi reclassificado para o ativo intangível os valores referentes ao imobilizado residual, onde estes têm sua reintegração total realizada dentro da concessão do serviços publico conforme abaixo

	Custo	Depreciação e/ou Amortização Acumulada	Valor Líquido 2015	Valor Líquido 2014
Intangíveis				
Em Serviço	2.434,50	-171,76	2.262,74	1.855,95
Em Curso	551,23	0,00	551,23	1.006,35
Total	2.985,73	-171,76	2.813,97	2.862,30

8. Ativo e Passivo Setorial Financeiro

Os Ativos e Passivos Financeiros Setoriais foram revertidos na contabilidade societária, pois ainda encontra-se em andamento a assinatura do aditivo contratual ao Contrato de Permissão junto ao Poder Concedente.

9. Fornecedores

	Legislação societária	
	2015	2014
Ampla Energia e Serviços S. A.	1.195,73	1.200,58
Sub Total - Fornecedores de E. Elétrica	1.195,73	1.200,58
Fornecedores de Energia Elétrica – CCEE	0,00	0,00
Sub Total	0,00	0,00
Materiais e Serviços	133,21	193,54
Sub Total - Materiais e Serviços	133,21	193,54
Total	1.328,94	1.394,12

10. Empréstimos e Financiamentos

	Legislação societária				
	Longo			Total	Total
	Circulante		Prazo		
	Principal	Encargos	Principal	2015	2014
Moeda estrangeira	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Sub Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Moeda Nacional					
Cheque Especial Banco Santander	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empréstimo Giro Bonificado 6630 - Banco Santander	87,15	0,00	86,41	173,56	63,45
Empréstimo C/ Garantida Banco Santander - 1550	0,00	0,00	0,00	0,00	45,00
Empréstimo Giro Bonificado 6970 - Banco Santander	61,25	0,00	0,00	61,25	100,00
Cheque Especial Banco Santander - C/C 13.000617-4	190,37	0,00	0,00	190,37	0,00
Empréstimo Banco Sicredi Vanguarda Pr/Sp/Rj (B57530161)	460,77	-159,63	777,94	1.079,08	0,00
Cheque Especial Banco Itau	149,94	0,00	0,00	149,94	0,00
Empréstimo C/ Garantida Sicredi (B57530311-3)	100,95	0,00	0,00	100,95	0,00
Empréstimo Capital De Giro 7910 - Banco Santander	150,00	0,00	0,00	150,00	173,56
Empréstimo C/ Garantida Banco Santander - 1700	180,00	0,00	0,00	180,00	0,00
	1.380,43	-159,63	864,36	2.085,15	382,01

11. Taxas Regulamentares

Demonstramos abaixo as Taxas Regulamentares sob responsabilidade de nossa Empresa, referente aos exercícios 2015 e 2014.

	Legislação societária	
	2015	2014
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	0,00	0,00
Quota de Reserva Global de Reversão – RGR	0,00	0,00
Quota da Conta de Consumo de Combustível – CCC	0,00	0,00
Taxa de fiscalização – ANEEL	2,34	2,53
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	78,50	6,52
Bandeiras Tarifárias	146,97	0,00
Pesquisa e Desenvolvimento Energético - PEE	172,19	122,78
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	34,03	42,80
Total	434,03	174,63

12. Tributos e Contribuições Sociais - Longo Prazo

A CERES não possui créditos referentes a tributos e contribuições Sociais no Longo Prazo referente a ICMS sobre compra de ativo imobilizado.

13. Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos.

Não há imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos na CERES no exercício de 2015 e anteriores.

14. Provisões para Contingências

Contingência	Legislação societária					
	2015			2014		
	Valor da provisão		Depósitos judiciais	Valor da provisão		Depósitos Judiciais
	No exercício	Acumulada		No exercício	Acumulada	
Trabalhistas						
Plano Bresser	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Collor	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Periculosidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	60,80	60,80	0,00	60,80	60,80
Subtotal	0,00	60,80	60,80	-	60,8	60,80
Cíveis						
Fornecedores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Consumidores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empreiteiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	13,28	36,82	36,82	14,46	23,54	23,54
Subtotal	13,28	36,82	36,82	14,46	23,54	23,54
Fiscais						
Cofins	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pis/Pasep	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subtotal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	13,28	97,62	97,62	14,46	84,34	84,34

- **Contingências Trabalhistas**

Não ocorreram provisões de contingências trabalhista no exercício de 2015 e manteve-se o saldo de R\$ 60,80 mil.

- **Contingências Fiscais**

Não ocorreu provisão de contingências fiscais no exercício de 2015.

- **Contingências Cíveis**

Ocorreram provisões no exercício de 2015 na ordem de R\$ 13,28 mil, totalizando no passivo R\$ 36,82 mil. Possuímos também o saldo de R\$ 153,97 mil em depósitos judiciais e cauções no ativo não circulante.

15. Patrimônio Líquido

Capital Social

Em 31 de dezembro de 2015, o Capital Social Líquido da CERES era de R\$ 63,81 (Reais/mil), composto conforme quadro a seguir, vejamos:

CONSELHO ADMINISTRATIVO 2015		
NOME	Nº DE QUOTAS	Percentual s/Capital
Vander Leite Gomes	2	0,02%
Carlos Ribeiro da Silva	2	0,02%
Pedro Paulo Landim de Carvalho	2	0,02%
Sérgio de Carvalho Nogueira	2	0,02%
Oscar Loura da Fonseca Júnior	12	0,10%
Ivanil Marques de Almeida	5	0,04%
Moisés Ismael Maciel	2	0,02%
Sub total	27	0,23%
CONSELHO FISCAL 2015		
NOME	Nº DE QUOTAS	Percentual s/Capital
Agnaldo Timóteo da Conceição Santana	2	0,02%
Magno Lopes Pestana	5	0,04%
José Luiz de Almeida	2	0,02%
Walbia Ferreira da Luz	1	0,01%
Luciano Moreira da Silva	3	0,03%
Jorge Vieira Correa	4	0,03%
Sub Total	17	0,14%
DEMAIS COOPERADOS 2015		
Demais Cooperados Totalizando 2.795 Cotistas	11.756	99,63%
Total geral	11.800	100,00%

Reserva de Capital e Reserva de Lucros

A composição das Reservas de Capital e Reserva de Lucros, estão desdobrados de acordo com a tabela a baixo:

Reservas de Capital

	Legislação societária	
	2015	2014
Remuneração do imobilizado em curso até 31/12/2001	0,00	0,00
Doações e subvenções para investimentos	0,00	0,00
Conta de resultados a compensar (CRC)	0,00	0,00
Outras	0,00	0,00
Sub Total	0,00	0,00
Total da Reserva de Capital	0,00	0,00

Reservas de Lucros

	Legislação Societária	
	2015	2014
Reserva legal	0,00	395,12
Lucros a realizar	0,00	0,00
Fundo de Assistência Técnica Educacional e Social - FATES	0,00	520,03
Lucros Acumulados a disposição da AGO	0,00	0,00
Capital social	0,00	
Sub Total	0,00	915,15

Reservas de Sobras

	Legislação Societária	
	2015	2014
Reserva legal	402,10	0,00
Fundo de Assistência Técnica Educacional e Social - FATES	520,03	0,00
Reservas Estatutárias	0,00	0,00
	922,13	0,00
Lucros ou Prejuízos Acumulados	0,00	203,40
Sobras Acumuladas a disposição da AGO	-1.004,48	0,00
Capital social	63,81	63,81
Sub Total	(940,67)	267,21
Total das Reservas	-18,54	1.182,36

Ajustes de Exercícios Anteriores

Durante o exercício de 2015 não houve nenhum ajuste em exercícios anteriores.

16. Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

No exercício de 2015 não houve cálculo e distribuição de juros sobre Capital Próprio e capitalização das sobras.

17. Fornecimento e Suprimento de Energia Elétrica

	Nº de Consumidores		MWh Mil		R\$ Mil	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Receita Bruta						
Fornecimento - Faturado	4.558	4.453	18.790,52	17.371,85	7.717,59	5.645,76
Residencial	3.707	3.601	7.736,91	6.939,10	3.462,62	2.526,54
Industrial	4	4	7.263,92	181,75	89,96	66,86
Comercial	548	548	201,47	6.693,29	3.177,22	2.298,76
Rural	273	275	1.942,07	1.909,81	560,30	424,55
Poder público	17	16	132,24	139,03	59,92	50,34
Iluminação pública	8	8	1.509,65	1.504,31	366,01	277,32
Serviço público	1	1	4,26	4,56	1,56	1,39
Suprimento Faturado	-	-	-	-	-	-
Uso da Rede Elétrica de Distribuição Faturado	-	-	-	-	6.923,31	4.934,96
Consumidores Cativos	-	-	-	-	6.923,31	4.934,96
Consumidores Livres	-	-	-	-	-	-
Encargos de conexão de agentes de geração	-	-	-	-	-	-
Permissionárias	-	-	-	-	-	-
Uso da Rede Elétrica de Transmissão Faturado	-	-	-	-	-	-
(-) Transferências	-	-	-	-	(6.966,14)	(4.948,85)
(-) Trsf p/ Obrig. Espec. do AIC - Ultrapassagem Demanda	-	-	-	-	(40,34)	(13,89)
(-) Trsf p/ Obrig. Espec. do AIC - Excedente de Reativos	-	-	-	-	(2,49)	-
(-) Trsf p/ Obrig. Espec. do AIC - Difer. Perdas Regulatorias	-	-	-	-	-	-
(-) Trsf p/ TUSD - Consumidores Cativos	-	-	-	-	(6.923,31)	(4.934,96)
Fornecimento/Suprimento/Rede Elétrica - Não faturado	-	-	-	-	(131,73)	16,67
Constituição e Amortiz. - CVA Ativa e Passiva	-	-	-	-	-	-
Constituição e Amortiz. - RTP Diferimento ou Devolução	-	-	-	-	372,24	(2.865,67)
Constituição e Amortiz. - Demais Ativos e Passivos Financeiros Setoriais	-	-	-	-	257,73	304,02
Serviços Cobráveis	-	-	-	-	38,45	24,96
Subvenções vinculadas ao serviço concedido	-	-	-	-	321,08	337,01
Total	4.558,00	4.453	18.790,52	17.371,85	8.532,53	3.448,86

OBS: O Valor expresso em R\$/mil foi formado por Consumo+Demanda+Fator de Potência+ICMS.

Salientamos que a classe Consumo Próprio foi contabilizada em grupo específico conforme determinação do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE.

18. Compra e Venda de Energia Elétrica de Curto Prazo no Âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

Nos exercícios de 2015 e 2014 a CERES não efetuou operações na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

19. Energia Elétrica Comprada para Revenda:

	Quantidade MWh		Legislação societária	
			Reais Mil	
	2015	2014	2015	2014
Ampla Energia e Serviços S. A.	18.616,85	17.713,27	2.574,65	1.704,61
PROINFA	478,62	491,12	110,58	84,90
Total	19.095,47	18.204,39	2.685,23	1.789,51

20. Despesas Operacionais

	Legislação societária		Legislação societária		Legislação societária	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014
	Despesas		Despesas		Despesas	
Pessoal	Com vendas		Operacionais		Gerais	
Remunerações	0,00	539,47	1.652,76	1.083,61	0,00	0,00
Encargos Sociais	0,00	217,36	649,95	436,10	0,00	0,00
Auxílio alimentação	0,00	9,24	53,12	20,00	0,00	0,00
Indenizações (Rescisões)	0,00	14,77	3,59	65,85	0,00	0,00
Participação nos resultados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Transferências para imobilização em curso	0,00	-32,43	-125,06	-99,91	0,00	0,00
Auxílio estudante	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Outros benefícios	0,00	90,28	207,45	163,46	0,00	0,00
Total Pessoal	0,00	838,70	2.441,81	1.669,11	0,00	0,00
Material	0,00	31,22	191,34	165,03	0,00	0,00
Serviços de Terceiros	0,00	394,50	830,89	441,28	0,00	0,00
Arrendam. e Aluguéis	0,00	14,02	59,69	53,31	0,00	0,00
Deprec. e Amortização	0,00	17,51	253,78	232,20	0,00	0,00
Provisões	0,00	-33,21	31,65	14,46	0,00	0,00
Provisões (PDD)	0,00	-33,21	3,37	0,00	0,00	0,00
Outras provisões	0,00	0,00	28,28	14,46	0,00	0,00
Outras						
Energia comprada para revenda	0,00	1789,63	2.691,57	0,00	0,00	0,00
Taxa de fiscalização	0,00	10,71	0,00	18,40	0,00	0,00
Tributos	0,00	8,37	27,28	19,23	0,00	0,00
Outras	0,00	-120,16	1.010,77	-451,07	0,00	0,00
Total Outras	0,00	1.688,55	3.729,62	-413,44	0,00	0,00
Total Geral	0,00	2.951,29	7.538,78	2.161,95	0,00	0,00

21. Despesas Financeiras

Os encargos financeiros e as variações monetárias, distribuídos por macro-atividades, estão apropriados no resultado e no imobilizado em curso, quando for o caso, de acordo com a Instrução Contábil nº 6.3.10.4 do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE e a Instrução CVM nº 193, de 11 de julho de 1996, a partir de fev de 2010, com a mudança do MCSE, essa obrigatoriedade foi extinta. A CERES, por ter assinado o contrato de concessão recentemente ainda não obrigatoriedade de aplicar a norma.

	Geração	Transmis.	Distrib.	Comerc.	Atividades não vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	2015	2014
Encargos financeiros totais	0,00	0,00	1.238,21	0,00	0,00	1.238,21	2.049,97
(-) Transferências para imobilizado em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Líquido apropriado no exercício	0,00	0,00	1.238,21	0,00	0,00	1.238,21	2.049,97
Efeitos inflacionários e cambiais totais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Transferências para imobilizado em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Líquido apropriado no exercício	0,00	0,00	1.238,21	0,00	0,00	1.238,21	2.049,97

22. Reconciliação das Taxas Efetivas e Nominais da Provisão para o Imposto de Renda e Contribuição Social

A reconciliação das taxas efetivas e nominais, utilizadas para cálculo da provisão do Imposto de Renda e Contribuição Social não são aplicadas, visto que as operações da CERES foram todas com associados, caracterizando, conforme lei 5.764/71 ato cooperativo, desta forma não havendo incidência da aplicação de IRPJ e CSLL

	Legislação societária	
	2015	2014
Sobras (Perdas) antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	(1.004,48)	339,00
Imposto de renda e contribuição social calculados (15% e 9%)	0,00	0,00
Efeitos Fiscais Sobre:		
Participação nos resultados	0,00	0,00
Juros sobre o capital próprio	0,00	0,00
Incentivos fiscais	0,00	0,00
Encargos capitalizados	0,00	0,00
Compensação da CSLL com a COFINS	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
Imposto de Renda e Contribuição Social no Resultado	0,00	0,00

23. Participação nos Resultados

Não foi implantado o programa de participação dos empregados nos lucros da Empresa, até o exercício de 2015.

24. Plano Previdenciário e Outros Benefícios aos Empregados

Neste exercício, foram concedidos benefícios aos funcionários da CERES como: Faculdade, Seguro de Vida, Planos Médicos e cestas básicas.

25. Transações com Partes Relacionadas

Não houve Transação com partes relacionadas nos exercícios de 2015 e 2014. A título de remuneração da diretoria “chave – administrativa”, foram pagos durante o exercício:

legislação societária

	2015	2014
Remuneração	504,37	375,56
Encargos	100,87	76,69
Total	605,24	452,25

26. Instrumentos Financeiros

Não houve a utilização de Instrumentos Financeiros no exercício contábil de 2015 e 2014.

27. Programa de Recuperação Fiscal – REFIS

A CERES parcelou o ICMS através da Anistia Convênio 128/2013, através dos seguintes requerimentos e saldos em 12/2015:

- E14-010.000.817/2014 – Valor Consolidado da Dívida: R\$ 4.101,99

- E14-010.000.719/2014 – Valor Consolidado da Dívida: R\$ 39,36

A CERES aderiu aos seguintes parcelamentos de INSS:

- Parcelamento Especial RFB/PGFN da Lei 12.996/2014 - Dívida Ativa - Previdenciário

Valor: R\$ 312,42

- Parcelamento Simplificado Previdenciário INSS/RFB

Valor: R\$ 190,84

28. Seguros

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros está demonstrada a seguir:

<u>Riscos</u>	<u>vigência</u>	<u>Vlr segurado</u>	<u>Prêmio</u>
Veículos	05/11/2015 a 05/11/2016	80,00	6,55
Seguro Capital de Giro	18/12/2014 a 18/12/2016	100,00	3,51

Equipamentos nomeados – Na apólice contratada da SUL AMÉRICA CIA NACIONAL DE SEGUROS, foi segurado o veículo abaixo relacionado:

VOLKSWAGEN – 13.180 E WORKER – ANO 2007 – PLACA LPA - 1275

Todos segurados contra danos materiais, danos Corporais, APP por morte e invalidez permanente.

29. Eventos Subseqüentes

Alterações no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - Fato Relevante

A SFF/ANEEL promoveu no período final de 2009 e inicial de 2010, novas atualizações no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, os quais já tiveram reflexo no encerramento deste Exercício e influenciarão o próximo exercício que ora se inicia. Tais alterações foram publicadas através do

Despacho nº 4.815/2008-SFF/ANEEL e Despacho nº. 627/2009-SFF/ANEEL. Podemos destacar, entre outras, normatizações iniciais para a amortização contábil com as regras internacionais, revisando as publicações contábeis, bem como alterações nos prazos de envio dos BMP de dezembro, janeiro e fevereiro e prazo do envio do RIT, 4o, trimestre.

Ainda nesta linha, o Despacho ANEEL No. 4.722/2009, veio:

I – aprovar e tornar obrigatório para todas as concessionárias, permissionárias e autorizadas de serviços e instalações de energia elétrica, assim como, no que for aplicável, ao Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, os seguintes Pronunciamentos Técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC: CPC 11; CPC 15 a 17; CPC 20 a 28; e CPC 30 a 33, já aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

Em 15/03/2010, a ANEEL publicou a Resolução ANEEL 396/2010 que veio, entre outras ações, oficializar a Contabilidade Regulatória, exigindo que, a Concessionária ou Permissionária realizasse controle e contabilização específica das contabilizações regulatórias e, adicionalmente, quando necessário, realizasse os lançamentos societários de forma identificável e que não fizesse parte do balancete, balanço e demonstrações contábeis regulatórios. Tal determinação já é visível em nossa Concessionária, com a edição dos quadros ATIVO/PASSIVO/DRE REGULATÓRIO e ATIVO/PASSIVO/DRE SOCIETÁRIO. Ainda nesta linha, a SFF/ANEEL, para o encerramento do exercício de 2011, determinou, através do Despacho 4991/2011-SFF/ANEEL, a introdução de novos quadros para a publicação do Ativo/Passivo/DRE Regulatórios, bem como determinou a publicação de 13 Notas Conciliatórias, afim de demonstrar os ajustes efetuados entre a Contabilidade Regulatória e a Contabilidade Societária. Nossa Empresa já procedeu a tais implementações. Para o Exercício de 2014, espera-se a imposição de grandes mudanças nesta linha, inclusive, que culminarão na duplicidade dos livros oficiais contábeis, onde teremos livros para os fins regulatórios e livros para os fins societários.

30. Balanço Social

Recursos Humanos

Em 2015, a CERES desenvolveu seu papel social, proporcionando aos seus colaboradores: palestras, cursos e seminários, sempre considerando a especificidade de cada função exercida. Colaborou financeiramente, nos ensinos: fundamental, médio, profissionalizante e superior, diretamente ligados às atividades afins e também, cursos de reciclagem conforme Norma Regulamentadora nº. 10 (Portaria nº. 598/2004).

Responsabilidade Social

CIPA CERES: A CERES não possui CIPA, mas tem 1 (um) técnico especializado na área de segurança.

Alimentação: A CERES distribui mensalmente uma cesta básica para todos os funcionários.

CERES - Cooperativa de Eletrificação Rural de Resende Ltda.
CNPJ no 31.465.487/0001-01
Demonstração do Balanço Social - 2015 e 2014
(Valores expressos em R\$/Mil)

	2015			2014		
	R\$ mil			R\$ mil		
1 - Base de cálculo						
Receita Líquida (RL)	7.251,79			5.325,82		
Lucro Operacional (LO)	(53,97)			212,58		
Folha de Pagamento Bruta (FPB)	3.051,76			2.965,70		
		% sobre			% sobre	
2 - Indicadores sociais internos	R\$ mil	FPB	RL	R\$ mil	FPB	RL
Alimentação - Auxílio alimentação e outros	53,12	1,74%	0,73%	26,63	0,87%	0,37%
Encargos sociais compulsórios	750,82	24,60%	10,35%	722,83	23,69%	9,97%
Entidade de previdência privada	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Saúde - Convênio assistencial e outros benefícios	94,03	3,08%	1,30%	128,09	4,20%	1,77%
Segurança no trabalho - CIPA e exames periódicos	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Educação - Auxílio educação	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Capacitação e desenvolvimento profissional	4,09	0,13%	0,06%	1,93	0,06%	0,03%
Auxílio creche	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Participação nos resultados	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Incentivo à aposentadoria e demissão voluntária	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Vale-transporte - excedente	46,75	1,53%	0,64%	54,86	1,80%	0,76%
Outros Benefícios	61,97	2,03%	0,85%	82,70	2,71%	1,14%
Total	1.010,78	33,12%	13,94%	1.017,04	33,33%	14,02%
		% sobre			% sobre	
3 - Indicadores sociais externos	R\$ mil	LO	RL	R\$ mil	LO	RL
Educação - Programa Luz das Letras	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Cultura	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Saúde e Saneamento - Apoio social aos municípios	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Habitação - Reassentamento de famílias	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Esporte e lazer	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Doações e contribuições	17,22	-31,91%	0,24%	17,42	-32,28%	0,24%
Total de contribuições para a sociedade	17,22	-31,91%	0,24%	17,42	-32,28%	0,24%
Tributos - excluídos encargos sociais	90,27	-167,26%	1,24%	68,90	-127,66%	0,95%
Total	107,49	-199,17%	1,48%	86,32	-159,94%	1,19%
		% sobre			% sobre	
4 - Indicadores ambientais	R\$ mil	LO	RL	R\$ mil	LO	RL
Desapropriações de terras	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Estação ecológica - Fauna / Flora	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Relacionamento com a operação da empresa						
Programa Social de Eletricidade Rural	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Rede Compacta ou Linha Verde	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Programa de Eletrificação para População Carente	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Programa de Desenvolvimento Tecnológico e Industrial	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Museu Ecológico	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Universidade Livre do Meio Ambiente	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Programas especiais / Projetos externos	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%

Total	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
					2015	2014
					em	em
					unidades	unidades
5 - Indicadores do corpo funcional						
Empregados no final do período					47	42
Escolaridade dos empregados						
Superior e extensão universitária					6	6
Ensino médio					32	27
Ensino fundamental					9	9
Faixa etária dos empregados						
Abaixo de 30 anos					12	9
De 30 até 45 anos (exclusive)					21	18
Acima de 45 anos					14	15
Admissões durante o período					8	9
Mulheres que trabalham na empresa					19	19
% de cargos gerenciais ocupados por mulheres em relação ao nº total de mulheres					10,52	5
% de cargos gerenciais ocupados por mulheres em relação ao nº total de gerentes					50,00	25,00
Negros que trabalham na empresa					15	14
% de cargos gerenciais ocupados por negros em relação ao nº total de negros					13,33	7
% de cargos gerenciais ocupados por negros em relação ao nº total de gerentes					50,00	25,00
Portadores de deficiência física					0	0
Dependentes					70	67
Estagiários					0	0
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial						
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa					11,46	11
Maior remuneração					7.675,38	7,07
Menor remuneração					880,00	0,79
Acidentes de trabalho					0	1

Vander Leite Gomes
Presidente

Elias de Oliveira Rodrigues
Contador CRC:RJ094000/O-3

31. Análise Econômico-Financeira

31.1 Informações Gerais

O desempenho Econômico-Financeiro da CERES, refere-se ao período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2015, sendo que, ao término do exercício de 2015, auferimos os seguintes resultados:

Receita Anual – A Receita Operacional de Distribuição Anual decorrente no exercício atingiu um montante de R\$ 7.251,79 (Reais/mil), superior ao ano anterior em 1,57 % que foi de R\$ 7.139,43 (Reais/mil).

Número de Consumidores – O Número de Consumidores faturados em dezembro de 2015 foram de 4.558, já em 2014 foi de 4.454 ocasionando um aumento de 2,36% em relação ao ano anterior.

Despesas com Pessoal – As Despesas com Pessoal anual decorrente do exercício de 2015 importou em R\$ 2.441,80 (Reais/mil) e no exercício anterior foi de R\$ 2.507,81 (Reais/mil), ocasionado uma diminuição de 2,70% em relação ao ano anterior.

Receita (Despesa) Financeira – O Resultado Financeiro no exercício de 2015, importou em R\$ (950,51) (Reais/mil), enquanto que, no exercício de 2014, houve um Resultado Financeiro R\$ 126,42 (Reais/mil).

31.2 Análise Econômico-Financeira

Coeficientes	Fórmula	Unidade	2015	2014
1. Liquidez				
Corrente ou Comum	AC / PC	R\$	0,57	0,59
Seca	(AC - E) / PC	R\$	0,55	0,57
Absoluta	AD / PC	R\$	0,00	0,02
Geral	(AC + RLP) / (PC + ELP)	R\$	1,00	0,73
2. Lucratividade				
Bruta s/ Vendas	(LB / VB) x 100	%	(11,73)	6,17
Operacional s/ Vendas	(LO / VB) x 100	%	(0,63)	3,87
Líquida s/ Vendas	(LL / VB) x 100	%	(11,73)	6,17
Líquida s/ Capital	(LL / CS) x 100	%	(1.574,17)	531,26
Líquida s/ Patrimônio Líquido	(LL / PL) x 100	%	5.420,83	28,67
3. Rentabilidade				
Retorno Líquido s/ Investimentos	(LL / AT) x 100	%	(9,48)	3,52
4. Endividamento				
Recursos de Terceiros no Investimento	[(PC + ELP - ADC) / AT] x 100	%	100,17	87,73
Recursos Próprios no Investimento	[(PL + REF - ADC) / AT] x 100	%	(0,17)	12,27
5. Investimentos				
Capital Fixo Aplicado	(AP / AT) x 100	%	31,76	36,19
Capital de Risco Aplicado	[(AC + RLP) / AT] x 100	%	100,00	63,81
6. Garantias				
Reais s/ Capital	(IM / CS) x 100	%	865,66	5.466,87
Totais s/ Capital	(AP / CS) x 100	%	5.275,58	5.466,87
7. Capital de Giro Próprio				
Capital de Giro	(AC - PC) / 1.000	R\$	(2,03)	(1,36)

Valores Expresso em Reais Mil

* Dados Básicos e Siglas para Análise Acima

AC = Ativo Circulante	PC = Passivo Circulante	LB = Lucro bruto
AD = Ativo Disponível	ELP = Exigível a Longo Prazo	LO = Lucro Operacional
E = Estoque	REF = Result. Exerc. Futuros	LL = Lucro Líquido
RLP = Realizável a Longo Prozo	PL = Patrimônio Líquido	DEP = Desp. Equiv. Patrimonial
AP = Ativo Permanente	CS = Capital Integralizado	REP = Receita Equiv. Patrimonial
AT = Ativo Total	ADC = Adto. p/Aumento de Capital	DD = Despesas Depreciação
IM = Terrenos, Edificações e Obras	VB = Vendas Brutas	CMB = Correção Monet. Balanço

OBS: Os cálculos dos coeficientes acima estão elaborados de acordo com formulas padrão de finanças e análise financeira.

32. Créditos Fiscais

Período Apurado	Histórico	Legislação Societária		
		Curto Prazo	Longo Prazo	Total
31/12/2015	IRF a Compensar	5,45	0,00	5,45
31/12/2015	Contribuição Social Lucro Líquido a Compensar	6,13	0,00	6,13
31/12/2015	Refis a Recuperar	103,43	0,00	103,43
31/12/2015	PIS a Compensar	0,40	0,00	0,40
31/12/2015	COFINS a Compensar	1,83	0,00	1,83
31/12/2015	FGTS a compensar (Pago a Maior)	0,06	0,00	0,06
31/12/2015	INSS a compensar (Pago a Maior)	0,27	0,00	0,27
31/12/2015	ISS a Compensar	0,04	0,00	0,04
31/12/2015	PIS s/ salários a compensar (Pago a Maior)	0,01	0,00	0,01
Total Geral				117,61

A CERES possui os Créditos Fiscais demonstrados no quadro acima e faz compensações mensalmente e anualmente, conforme determinação da Legislação Fiscal.

33. Informações de Natureza Social e Ambiental

As empresas causam grande impacto ao meio ambiente, no entanto, a CERES, vem trabalhando ao máximo para minimizar tal problema.

Uma forma cautelosa que encontramos, tem sido feito o serviço de "Poda de Árvores" que tem como objetivo, fazer a limpeza da faixa e corte de árvores em redes aéreas de distribuição.

Executamos este serviço dentro das características técnicas exigidas, sempre buscando reduzir ao máximo os impactos ambientais.

34. Energia Livre

A CERES, está dispensada de operações obrigatórias no Mercado Livre de Energia Elétrica, em virtude de seu total de Energia Comercializada estar abaixo do mínimo estipulado na legislação de Energia

Livre e, por esse motivo, continua honrando o Contrato de Suprimento que firmou com a Ampla Energia e Serviços S. A., conforme instruções do Órgão Regulador.

35. ICMS sob Subvenção Baixa Renda

Em nosso Estado, não existe pronunciamento do Poder Executivo quanto a Tributação do ICMS sob a subvenção concedida pela União aos Consumidores classificados na classe Residencial Baixa Renda.

36. Diferimento de Tarifa (Reajustes Tarifários)

Não houve Diferimento de Tarifa no exercício de 2015 na CERES

37. Revisão Tarifária Periódica

A CERES deveria passar pela primeira revisão tarifária no ano de 2012, pois teve no ano de 2009, 2010 e 2011 apenas Reajuste Tarifário, que foram homologados pela ANEEL. Contudo, no exercício de 2012 ocorreu congelamento da tarifa de 2011 por atraso na definição das regras para a Primeira Revisão Tarifária Periódica. Em 2013, o congelamento da tarifa de 2011 foi prorrogado por mais um ano, já que, em nossa data contratual (março) as regras estavam em aprovação na Diretoria da ANEEL. Em 2014, as regras já estavam definidas e, foram aplicadas com efeitos retroativos. Como elas determinam uma redução tarifária, foi calculada bolha financeira referente a diferença entre a tarifa praticada e a retroativa publicada. Tal Bolha, originalmente calculada em R\$ 2.791,80 mil, em nosso último Reajuste ainda somava R\$ 2.346,76 mil, dos quais R\$ 372,24 está sendo devolvido no exercício e, o saldo residual, corrigido e diferido para os próximos exercícios.

38. Ganhos Contingentes

A CERES não possuiu, neste exercício Ganhos Contingentes e nem em no exercício anterior.

39. Investimento Remunerável

O Investimento Remunerável, também denominado de Base de Remuneração, constituído pelo Ativo Imobilizado em Serviço – AIS e Almoxarifado de Operação, deduzido do saldo das Obrigações Vinculadas ao Serviço Público de Energia Elétrica (Obrigações Especiais), sobre o qual foi calculada a remuneração, bem como o AIS que gerou a cota de depreciação, que fazem parte da Parcela “B” da Receita Requerida – RR da Concessionária, homologada pela Resolução Homologatória ANEEL nº 1324, de 14/08/2012, se atualizados pelo IGPM, Líquido do Fator “X”, nos Reajustes Tarifários Anuais, já ocorridos, estariam assim formados:

Componentes do Investimento Remunerável	Revisão 03/12	REAJUSTE 03/13	REAJUSTE 03/14	REAJUSTE 03/15
a) Ativo Imobilizado em Serviço Bruto	10.783,86	11.145,12	11.929,74	12.472,54
b) (-) Depreciação Acumulada	-4.379,52	-4.526,23	-4.844,88	-5.065,32
c) (-) Obrigações Vinculadas ao SPEE	-33,07	-34,18	-36,58	-38,24
d) = Ativo Imobilizado em Serviço Líquido	6.371,27	6.584,71	7.048,28	7.368,98
e) (+) Almoxarifado	32,35	33,44	35,79	37,42
f) = Investimento Remunerável (B.Remuneração)	6.403,63	6.618,15	7.084,06	7.406,40
g) (+) Investimento previsto no Xe	0,00	0,00	0,00	0,00
h) = Investimento total Remunerável na tarifa	6.403,63	6.618,15	7.084,06	7.406,40
i) Bens 100% depreciados	1.176,16	1.215,56	1.301,13	1.360,33
j) Variação do IGPM		3,35%	7,04%	4,55%
k) Cota de Depreciação – Taxa média Anual 4,00%				

40. Reajuste Tarifário

O ano de 2013 foi atípico, uma vez que, em função da MP 579/2012, posteriormente convertida em Lei, a CERES teve suas tarifas reajustadas em julho/2013 através da edição de RTE. Esta RTE visou

obedecer à determinação governamental da concessão de descontos ao preço de energia, em contrapartida a diminuição de encargos setoriais, bem como ao compromisso de depósito mensal de subsídios via CDE.

Em Dezembro de 2013 foi homologada através da Resolução Homologatória nº 1.670 o resultado da primeira Revisão Tarifária Periódica (RTP) relativo ao período de 22 de março de 2012 a 21 de março de 2013.

Em Fevereiro de 2014 tivemos a Resolução Homologatória nº 1.686, homologando as tarifas do IRT de 2013, com vigência 22 de março de 2013 a 18 de julho de 2013.

Em Abril de 2014 tivemos a homologação das tarifas da CERES através da Resolução Homologatória nº 1.707, com vigência de 22 de março de 2014 a 21 de março de 2015.

Em Março de 2015 tivemos a suspensão do reajuste tarifário anual através da Resolução Homologatória 1.862/2015, prorrogando a vigência das tarifas de aplicação constantes da Resolução Homologatória ANEEL 1.707 de 08/04/2014.

E em Setembro de 2015 tivemos a homologação das tarifas da CERES através da Resolução Homologatória 1.946/2015, com vigência de 22 de março de 2015 a 21 de março de 2016.

41. Fusões, Cisões e Incorporações

Não ocorreram processos de Fusões, Cisões e Incorporações no exercício de 2015 e anteriores.

42. Provisão para Ajuste a Valor de Recuperação de Ativos

No exercício de 2015 e 2014 não houve necessidade da contabilização da Provisão para Ajuste a Valor de Recuperação de Ativos, uma vez que, sendo todos os bens da CERES vinculados à seu serviço Concedido, todos são periodicamente avaliados conforme determinação do Órgão Regulador.

43. Nota Explicativa Conciliação LAJIDA/EBTIDA

Na composição da formação do saldo de R\$ (543,24) mil reais da LAJIDA/EBTIDA do exercício contábil de 2015 foram utilizados as seguintes contas:

2015

2014

Lucro/Prejuízo Líquido	-1.004,48	339,00
Juros sobre Empréstimos e Financiamentos	207,46	119,03
Impostos (Imposto de Renda e Contribuição Social sobre Lucro)	0,00	0,00
Depreciação e Amortização	253,78	249,72
	-543,24	707,75

44. Balanço Patrimonial Fiscal

Conforme Artigo 10 da Instrução Normativa 1397/2013, demonstramos abaixo a Demonstração Contábil Fiscal - Balanço Patrimonial Fiscal, composto do quadro do Ativo Fiscal, Passivo Fiscal, DREF - Demonstração de Resultado do Exercício Fiscal e DMPLR - Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido Fiscal.

BALANÇO PATRIMONIAL FISCAL 2015						
Descrição	Nota	Regulatório	Ajustes REG/SOC	Societário	Ajustes SOC/FIS	Fiscal
Ativos						
Ativo circulante		3.017,44	(309,91)	2.707,53	309,91	3.017,44
Caixa e equivalentes de caixa		23,04	-	23,04	-	23,04
Consumidores	14.1	1.589,61	-	1.589,61	-	1.589,61
Concessionárias e permissionárias		-	-	-	-	-
Serviços em curso		58,38	-	58,38	-	58,38
Tributos compensáveis		117,61	-	117,61	-	117,61
Depósitos judiciais e cauções		494,91	-	494,91	-	494,91
Almoxarifado operacional		87,72	-	87,72	-	87,72
Investimentos temporários		3,99	-	3,99	-	3,99
Empréstimos		-	-	-	-	-
Ativos financeiros setoriais	14.2	309,91	(309,91)	-	309,91	309,91
Despesas pagas antecipadamente		20,00	-	20,00	-	20,00
Ativos de operação descontinuada e bens de	14.3	-	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos		-	-	-	-	-
Outros ativos circulantes		312,27	-	312,27	-	312,27
Ativo não circulante		11.211,20	(3.319,22)	7.891,98	-	7.891,98
Consumidores		-	-	-	-	-
Concessionárias e permissionárias		-	-	-	-	-
Serviços em curso		-	-	-	-	-
Tributos compensáveis		-	-	-	-	-
Depósitos judiciais e cauções		153,97	-	153,97	-	153,97
Investimentos temporários		-	-	-	-	-
Empréstimos		-	-	-	-	-
Tributos diferidos		-	-	-	-	-
Ativos financeiros setoriais	14.1	-	-	-	-	-
Despesas pagas antecipadamente		-	-	-	-	-
Bens e direitos para uso futuro		-	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos		-	-	-	-	-
Outros ativos não circulantes		2.587,73	1.783,72	4.371,45	(1.783,72)	2.587,73
Bens e atividades não vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica		0,21	-	0,21	-	0,21
Imobilizado	14.4	8.406,25	(7.853,87)	552,38	4.534,65	5.087,03
Intangível	14.5	63,04	2.750,93	2.813,97	(2.750,93)	63,04
Total do ativo		14.228,64	(3.629,13)	10.599,51	309,91	10.909,42

Passivo						
Passivo circulante						
		4.979,63	(242,09)	4.737,54	242,09	4.979,63
Fornecedores		1.328,94	-	1.328,94	-	1.328,94
Empréstimos, financiamentos e debêntures		1.220,80	-	1.220,80	-	1.220,80
Obrigações sociais e trabalhistas		442,49	-	442,49	-	442,49
Benefício pós-emprego		-	-	-	-	-
Tributos		525,86	-	525,86	-	525,86
Provisão para litígios		-	-	-	-	-
Dividendos declarados e juros sobre capital próprio		-	-	-	-	-
Encargos setoriais		434,03	-	434,03	-	434,03
Provisão para descomissionamento		-	-	-	-	-
Passivos financeiros setoriais	14.1	242,09	(242,09)	-	242,09	242,09
Provisão para uso do bem público		-	-	-	-	-
Passivos de operações descontinuadas		-	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos		-	-	-	-	-
Obrigações com associados		-	-	-	-	-
Outros passivos circulantes		785,42	-	785,42	-	785,42
Passivo não circulante		8.227,28	(2.346,77)	5.880,51	2.346,77	8.227,28
Fornecedores		487,26	-	487,26	-	487,26
Empréstimos, financiamentos e debêntures		864,36	-	864,36	-	864,36
Benefício pós-emprego		-	-	-	-	-
Tributos		3.675,61	-	3.675,61	-	3.675,61
Provisão para litígios		97,61	-	97,61	-	97,61
Encargos setoriais		-	-	-	-	-
Provisão para descomissionamento		-	-	-	-	-
Tributos diferidos		-	-	-	-	-
Passivos financeiros setoriais	14.1	2.346,77	(2.346,77)	-	2.346,77	2.346,77
Provisão para uso do bem público		-	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos		-	-	-	-	-
Obrigações com associados		-	-	-	-	-
Outros passivos não circulantes		451,81	-	451,81	-	451,81
Obrigações vinculadas à concessão do Serviço Público de E		303,86	-	303,86	-	303,86
Total do passivo		13.206,91	(2.588,86)	10.618,05	2.588,86	13.206,91

Patrimônio líquido						
Capital social		63,81	-	63,81	-	63,81
Reservas de capital		(2.698,02)	2.698,02	-	(2.698,02)	(2.698,02)
Outros resultados abrangentes		3.319,22	(3.319,22)	-	-	-
Reservas de lucros		-	-	-	-	-
Recursos destinados a aumento de capital		-	-	-	-	-
Lucros ou Prejuízos Acumulados		(6,56)	6,56	-	(6,56)	(6,56)
(-) Ações Próprias em Tesouraria		-	-	-	-	-
Proposta para distribuição de dividendos adicionais		-	-	-	-	-
Participação de Não Controladores		-	-	-	-	-
Reserva de sobras		922,13	-	922,13	-	922,13
Sobras à disposição da Assembleia		(578,85)	(425,63)	(1.004,48)	425,63	(578,85)
Perdas não cobertas pelos cooperados		-	-	-	-	-
Participação de não controladores		-	-	-	-	-
Total do patrimônio líquido		1.021,73	(1.040,27)	(18,54)	(2.278,95)	(2.297,49)
Total do passivo e do patrimônio líquido		14.228,64	(3.629,13)	10.599,51	309,91	10.909,42

DEMONSTRAÇÃO FISCAL DO RESULTADO DO EXERCÍCIO 2015						
	Nota	Regulatório	Ajustes REG/SOC	Societário	Ajustes SOC/FIS	Fiscal
Operações em continuidade						
Receita / Ingresso		8.532,51	32,81	8.565,32	(32,81)	8.532,51
Fornecimento de energia elétrica		619,71	-	619,71	-	619,71
(-) Transferências		-	-	-	-	-
Suprimento de energia elétrica		-	-	-	-	-
Energia Elétrica de Curto Prazo		-	-	-	-	-
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição		6.923,31	-	6.923,31	-	6.923,31
Ativos e Passivos Financeiros Setoriais		257,73	-	257,73	-	257,73
Serviços cobráveis		38,45	-	38,45	-	38,45
Doações, contribuições e subvenções vinculadas ao ser		321,08	32,81	353,89	(32,81)	321,08
Outras receitas vinculadas		372,23	-	372,23	-	372,23
Tributos		(62,99)	-	(62,99)	-	(62,99)
ICMS		-	-	-	-	-
PIS-PASEP		(11,17)	-	(11,17)	-	(11,17)
Cofins		(51,82)	-	(51,82)	-	(51,82)
ISS		-	-	-	-	-
Encargos - Parcela "A"		(1.250,53)	-	(1.250,53)	-	(1.250,53)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		(38,19)	-	(38,19)	-	(38,19)
Conta de Desenvolvimento Econômico - CDE		(726,03)	-	(726,03)	-	(726,03)
Programa de Eficiência Energética – PEE		(38,19)	-	(38,19)	-	(38,19)
Taxa de fiscalização		(28,43)	-	(28,43)	-	(28,43)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH		-	-	-	-	-
Outros encargos		(419,69)	-	(419,69)	-	(419,69)
Receita líquida / Ingresso líquido		7.218,99	32,81	7.251,80	(32,81)	7.218,99
Custos não gerenciáveis - Parcela "A"		(2.691,57)	-	(2.691,57)	-	(2.691,57)
Energia elétrica comprada para revenda		(2.580,99)	-	(2.580,99)	-	(2.580,99)
Energia elétrica comprada para revenda – Proinfa		(110,58)	-	(110,58)	-	(110,58)
Encargo de uso do sistema de transmissão e distribuição		-	-	-	-	-
Encargos e Demais Despesas Setoriais		-	-	-	-	-
Matéria-prima / Insumo para geração de energia elétrica Combustíveis		-	-	-	-	-

Resultado antes dos custos gerenciáveis	4.527,42	32,81	4.560,23	(32,81)	4.527,42
Custos gerenciáveis - Parcela "B"	(4.564,38)	(49,82)	(4.614,20)	294,94	(4.319,26)
Pessoal e administradores (inclui 609,96 de remuneração a administradores)	(3.051,76)	-	(3.051,76)	-	(3.051,76)
Entidade de previdência privada	-	-	-	-	-
Material	(191,34)	-	(191,34)	-	(191,34)
Serviços de terceiros	(830,89)	-	(830,89)	-	(830,89)
Arrendamento e aluguéis	(59,69)	-	(59,69)	-	(59,69)
Seguros	(3,63)	-	(3,63)	-	(3,63)
Doações, contribuições e subvenções	(17,22)	-	(17,22)	-	(17,22)
Provisões	(31,65)	-	(31,65)	3,37	(28,28)
Recuperação de despesas	73,36	-	73,36	-	73,36
Tributos	(27,28)	-	(27,28)	-	(27,28)
Depreciação e amortização	(495,53)	241,75	(253,78)	-	(253,78)
Gastos diversos da atividade vinculada	(161,77)	(291,57)	(453,34)	291,57	(161,77)
Outras Receitas Operacionais	298,41	-	298,41	-	298,41
Outras Gastos Operacionais	(65,39)	-	(65,39)	-	(65,39)
Resultado da Atividade	(36,96)	(17,01)	(53,97)	262,13	208,16
Equivalência patrimonial	-	-	-	-	-
Resultado Financeiro	(950,51)	-	(950,51)	-	(950,51)
Despesas financeiras	287,70	-	287,70	-	287,70
Receitas financeiras	(1.238,21)	-	(1.238,21)	-	(1.238,21)
Lucro antes dos impostos sobre o lucro	(987,47)	(17,01)	(1.004,48)	262,13	(742,35)
Despesa com impostos sobre os lucros	-	-	-	-	-
Resultado líquido das operações em continuidade	(987,47)	(17,01)	(1.004,48)	262,13	(742,35)
Operações descontinuadas					
Lucro (prejuízo) após o imposto do exercício resultante de operações descontinuadas	-	-	-	-	-
Resultado líquido do exercício	(987,47)	(17,01)	(1.004,48)	262,13	(742,35)
Atribuível aos:					
Acionistas controladores	-	-	-	-	-
Acionistas não controladores	-	-	-	-	-
Lucro por ação	(15,48)	(0,26)	(15,74)	0,26	(15,47)
básico - lucro do exercício atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias	(15,48)	(0,26)	(15,74)	0,26	(15,47)
diluído - lucro do exercício atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias	-	-	-	-	-
Lucro por ação originado das operações em continuidade					
básico - lucro de operações continuadas atribuíveis a acionistas controladores detentores de ações ordinárias	-	-	-	-	-
diluído - lucro de operações continuadas atribuíveis a acionistas controladores detentores de ações ordinárias	-	-	-	-	-

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Fiscal 2015									
	Capital Social	Reservas de capital	Outros Resultados Abrangentes	Reservas de lucros	Lucros (prejuízos) acumulados	Reservas de Sobras	Sobras/Perdas a disposição da Assembleia	Recursos destinados a aumento de capital	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2014	63,81	-	-	915,15	-	-	203,40	-	1.182,36
Remuneração das imobilizações em curso	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de Capital Social	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realização de reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	-	-	-	-	-	-	(1.004,48)	-	(1.004,48)
Destinação proposta à A.G.O.:	-	-	-	-	-	-	(203,40)	-	(203,40)
Reserva legal	-	-	-	(395,12)	-	402,10	-	-	6,98
FATES	-	-	-	(520,03)	-	520,03	-	-	-
RATES	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendo	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva para Fundos de Investimentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva para Equalização	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reavaliação Regular Compulsoria de Imobilizações	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Efeitos IFRS	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Efeitos Fiscais	-	(2.698,02)	-	-	(6,56)	-	425,63	-	(2.278,95)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	63,81	(2.698,02)	-	-	(6,56)	922,13	(578,85)	-	(2.297,49)

45. Quotas da CDE repassadas as Distribuidoras pela Eletrobrás.

Conforme programa governamental instalado após a edição da MP 579/2012 e publicação da RTE, a CERES realizou e recebeu os subsídios abaixo descritos, apresentando, em dezembro/2015, o saldo de 0,00 R\$/MIL.

	SALDO 2014	REALIZADO	RECEBIDO	A RECEBER
SUBVENÇÃO CDE - Água, Esgoto e Saneamento	0,20	0,77	-0,97	0,00
SUBVENÇÃO CDE - Rural Convencional	315,31	334,79	-650,10	0,00
				0,00

46. Formatação Básica das Notas Explicativas

As Notas Explicativas da Administração, parte integrantes destas Demonstrações Contábeis, foram redigidas obedecendo rigorosamente à Legislação pertinente e teve autorização para a sua divulgação em 30/04/2016 pela Diretoria, não podendo os senhores sócios proceder nenhuma alteração após sua divulgação. As bases para a elaboração obedeceram aos Princípios Contábeis aplicados no Brasil, as Políticas Contábeis específicas para o Setor Elétrico e estão todas apresentadas em R\$ mil, com 2 casas decimais.

Vander Leite Gomes

Presidente

Elias de Oliveira Rodrigues

Contador CRC: RJ094000/O-3

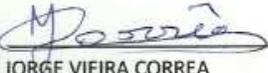
PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Cooperativa de Eletrificação Rural de Resende LTDA - CERES, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, após análise e discussão sobre as contas referentes ao ano de 2015 levando em consideração o parecer favorável dos auditores independentes AUDICONSULT AUDITORES S/S, opina, por unanimidade, pela aprovação das contas.

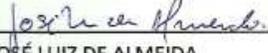
Resende, 29 de março de 2016.


AGNALDO TIMÓTEO DA CONCEIÇÃO SANTANA


MAGNO LOPES PESTANA


JORGE VIEIRA CORREA


WALBIA FERREIRA DA LUZ


JOSÉ LUIZ DE ALMEIDA


LUCIANO MOREIRA DA SILVA

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos

Diretores, Conselheiros e Associados da
COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO RURAL DE RESENDE LTDA - CERES
Resende - RJ

Examinamos as demonstrações contábeis da **COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO RURAL DE RESENDE LTDA - CERES**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da **COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO RURAL DE RESENDE LTDA - CERES**, é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da **COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO RURAL DE RESENDE LTDA - CERES**, para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da **COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO RURAL DE RESENDE LTDA - CERES**. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes a posição patrimonial e financeira da **COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO RURAL DE RESENDE LTDA - CERES**, em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e do fluxo de caixa, referente ao exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

AUDICONSULT
AUDICONSULT Auditores S/S

Parágrafo de Ênfase

Sobre os resultados negativos, chamamos atenção para o valor das perdas apuradas no exercício no montante de R\$ 1.004.479,03, classificada no Patrimônio Líquido em Perdas a Disposição da Assembleia, e perdas de exercícios anteriores, no montante de R\$ 2.582.529,96, classificados no Ativo Não Circulante, as quais ainda não foram cobertas pelos associados, podendo influenciar na continuidade normal de suas atividades.

Outros assuntos

As demonstrações Contábeis da Cooperativa em 31 de dezembro de 2014 foram auditadas por outros auditores independentes, cujo relatório, datado de 20 de março de 2015, expressa uma opinião com **ressalva** por não ter sido possível confirmar e conseqüentemente concluir sobre o saldo do capital social no valor de R\$ 63.812,00 e reflexos no resultado do exercício e no patrimônio líquido, e **ressalva** sobre as perdas operacionais de exercícios anteriores no montante de R\$ 2.785.928,99, classificados no Ativo Não Circulante, as quais ainda não foram cobertas pelos associados, podendo influenciar na continuidade normal de suas atividades.

São José (SC), 30 de março de 2016.



Hermenegildo João Vanoni
Sócio Responsável - Contador-CRC-SC 14.874/O-7^oS^oRJ

AUDICONSULT Auditores S/S
CRC-SC 4.012 "S"RJ



Relatório Anual Regulatório 2015

**CERES - Cooperativa de Eletrificação Rural de
Resende Ltda.**

Rua Agulhas Negras 85, Montese

Resende- RJ CEP 27.541-040

CNPJ 31.465.487/0001-01

Inscrição Estadual 85.512.854

www.ceres.coop.br

presidencia@ceres.coop.br

Relatório da Administração 2015

(Regulatório)

Relatório da Administração Regulatório

Senhoras e Senhores Acionistas/Associados,

Apresentamos a seguir, relatório das principais atividades no exercício de 2015, em conjunto com as Demonstrações Contábeis Regulatórias elaboradas de acordo com a legislação societária brasileira e com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, os quais consideramos importantes para divulgar o desempenho da CERES - Cooperativa de Eletrificação Rural de Resende Ltda. para a sociedade, parceiros, investidores, associados e consumidores.

Carta do Presidente

A Permissionária CERES, fundada em 30 de agosto de 1968 por um grupo de fazendeiros para levar a energia elétrica a suas propriedades, tornou-se ao longo desses 47 anos, uma instituição forte e comprometida com a excelência no atendimento a seus consumidores. Presta serviços de distribuição de energia em seis áreas nos municípios de Resende e Itatiaia e ainda em pequenos trechos dos Estados de Minas Gerais e São Paulo, levando energia e desenvolvimento às áreas onde atua.

Com espírito de continuidade e preservação do desenvolvimento contínuo, completamos o ano de 2015 na busca por melhores resultados na entrega do serviço ao consumidor, primando diuturnamente por uma gestão moderna e transparente, seguindo as normas e regulamentações da ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica.

Dentro do aspecto Regulatório, as tarifas da CERES tiveram reajuste médio de 45,8% a partir de 02 de Setembro de 2015, influenciado principalmente pela crise hídrica com impacto significativo no custo do suprimento e nos encargos setoriais, e também pela recomposição de outros componentes financeiros. É importante destacar que os custos operacionais da empresa impactaram o reajuste tarifário em apenas 3,4%, o que traduz e reflete nossos esforços na superação das dificuldades frente à regularização e manutenção dos certificados de adimplemento, exigidos no enquadramento legal e nos procedimentos regulamentares da Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel.

Para o ano de 2016 é fato que enfrentaremos um cenário de obstáculos, no qual a CERES assume o compromisso de que não poupará esforços para permanecer fiel ao seu legado de empresa comprometida com a sociedade bem como com adequada observância ao que determina o Órgão Regulador.

Vander Leite Gomes

Presidente

Cenário

CERES - Cooperativa de Eletrificação Rural de Resende Ltda. atua no segmento de distribuição de energia elétrica, aproveitando seu acervo de conhecimentos técnicos e gerenciais acumulados ao longo de 47 anos de existência.

Em 2015, o mau desempenho da economia na área da concessão teve um reflexo neutro sobre a demanda por energia elétrica, com destaque para o setor industrial com um incremento de 10,85% com relação à 2014. O consumo do setor comercial também foi representativo, atingindo o patamar de 7,26 GWh (6,69 GWh em 2014). Somada, a demanda dos dois setores representa 39,73% de toda a energia comercializada pela Outorgada em 2015 (39,58% em 2014).

Geração, Transmissão e Distribuição de energia elétrica

Distribuição

A Permissionária distribui Energia Elétrica em pequenas áreas pertencentes a 5 municípios, sendo 3 no Estado do Rio de Janeiro, 1 no Estado de Minas Gerais e 1 no Estado de São Paulo, atendendo 4.454 unidades consumidoras.

Atualmente não atendemos a nenhum Consumidor que já detenha o Status de “Consumidor Livre”.

Ligação de consumidores - foram realizadas, no ano, 106 novas ligações com destaque 3.707 residenciais, 548 comerciais, 273 rurais e 4 industriais, totalizando 4.558 consumidores atendidos pela Outorgada, número 2,36% superior ao de 2014.

Número de Consumidores

Consumidores	2011	2012	2013	2014	2015
Residencial	3.181	3.335	3.436	3.601	3.707
Comercial	500	502	529	548	548
Industrial	5	5	5	4	4
Rural	265	267	271	275	273
Poderes Públicos	14	14	14	16	17
Iluminação Pública	13	8	8	8	8
Serviço Público	1	1	1	1	1

Total	3.979	4.132	4.264	4.453	4.558
Varição	5,18%	3,85%	3,19%	4,43%	2,36%

Comportamento do mercado - A distribuição de energia da Outorgada no período de janeiro a dezembro de 2015 foi de 18,79 GWh (17,37 GWh em 2014).

Os segmentos do mercado que mais contribuíram para esse resultado foram o Residencial e Industrial, com aumentos de 11,50% e 10,85% respectivamente.

A seguir são apresentados resultados sobre o consumo e sua variação no período:

Mercado Atendido

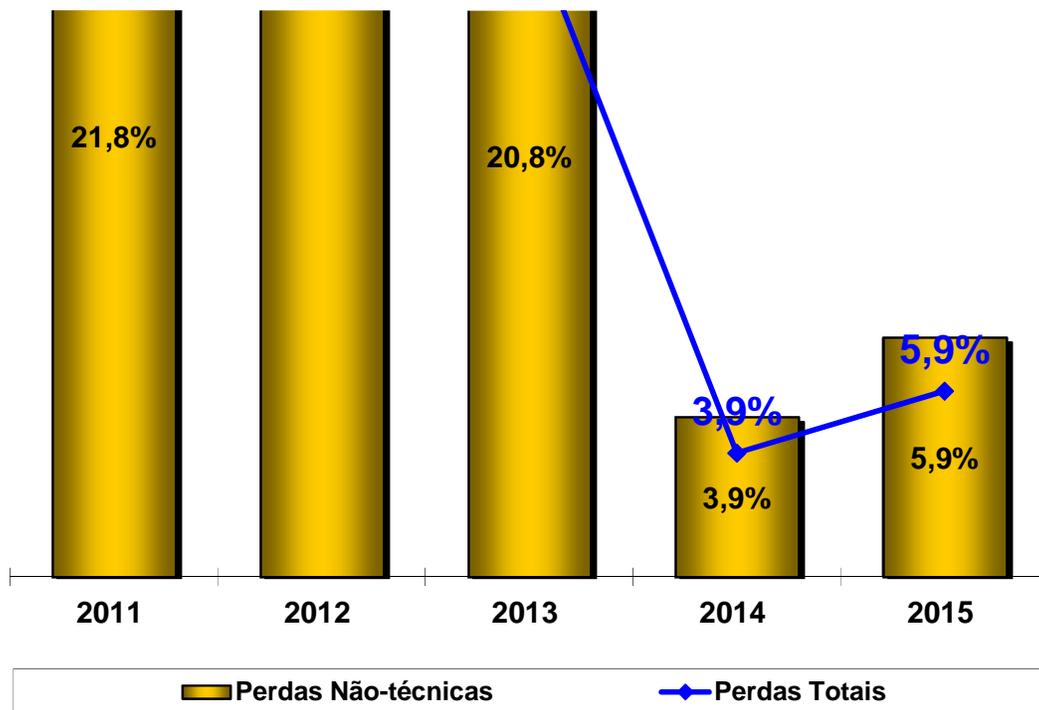
Mercado Atendido - GWh	2011	2012	2013	2014	2015
Energia Faturada	14	15	16	17	19
Fornecimento	14	15	16	17	19
Residencial	5	6	6	7	8
Comercial	6	6	0	0	7
Industrial	0	0	6	7	0
Rural	2	2	2	2	2
Poderes Públicos	0	0	0	0	0
Iluminação Pública	1	1	1	2	2
Serviço Público	0	0	0	0	0
Suprimento p/ agentes de distribuição	-	-	-	-	-
Uso da Rede de Distribuição	-	-	-	-	-
Consumidores Livres/Dist./Ger.	-	-	-	-	-
Consumidores Rede Básica	-	-	-	-	-
Total	14	15	16	17	19
Varição	8,00%	5,29%	3,83%	10,34%	8,17%

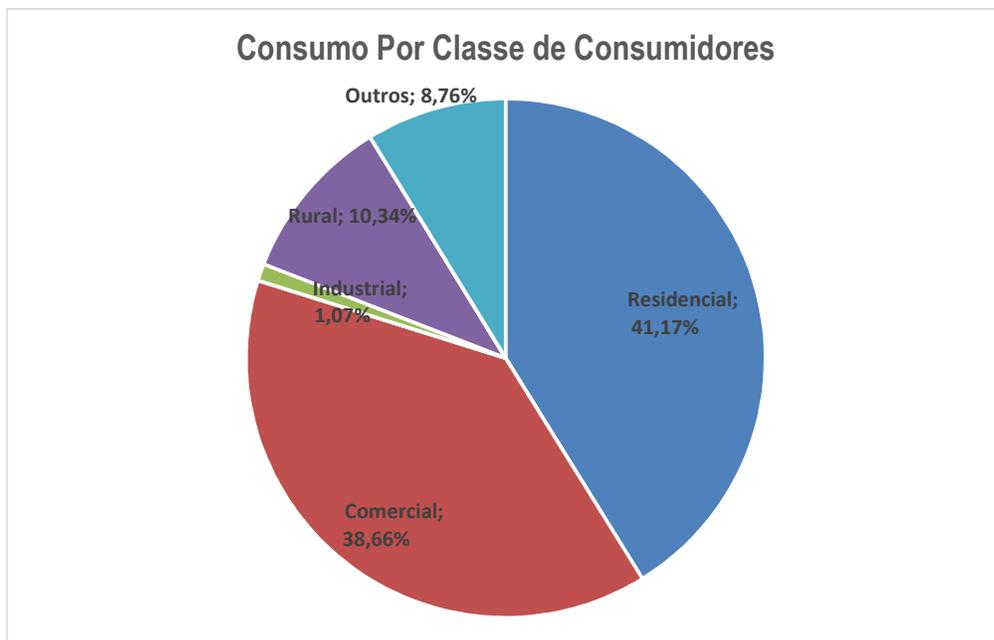
As perdas totais de energia sobre a energia requerida (comprada) apresentou uma evolução negativa de 5,66% em 2014 para 2015.

Balanco Energético

Energia Requerida - GWh	2011	2012	2013	2014	2015
Venda de Energia	14	15	15	16	16
- Fornecimento	14	15	15	16	16
- Suprimento p/ agentes de distribuição	-	-	-	-	-
Consumidores Livres/Dist./Ger.	-	-	-	-	-
Consumidores Rede Básica	-	-	-	-	-
Mercado Atendido	14	15	15	16	16

Perdas na Rede Básica					
Pernas na Distribuição	4	8	4	1	1
Perdas Técnicas					
Perdas não Técnicas - PNT	4	8	4	1	1
PNT / Energia Requerida %	21,8%	33,9%	20,8%	3,9%	5,9%
Perdas Totais - PT	4	8	4	1	1
PT / Energia Requerida %	21,8%	33,9%	20,8%	3,9%	5,9%
Total	18	23	20	17	17

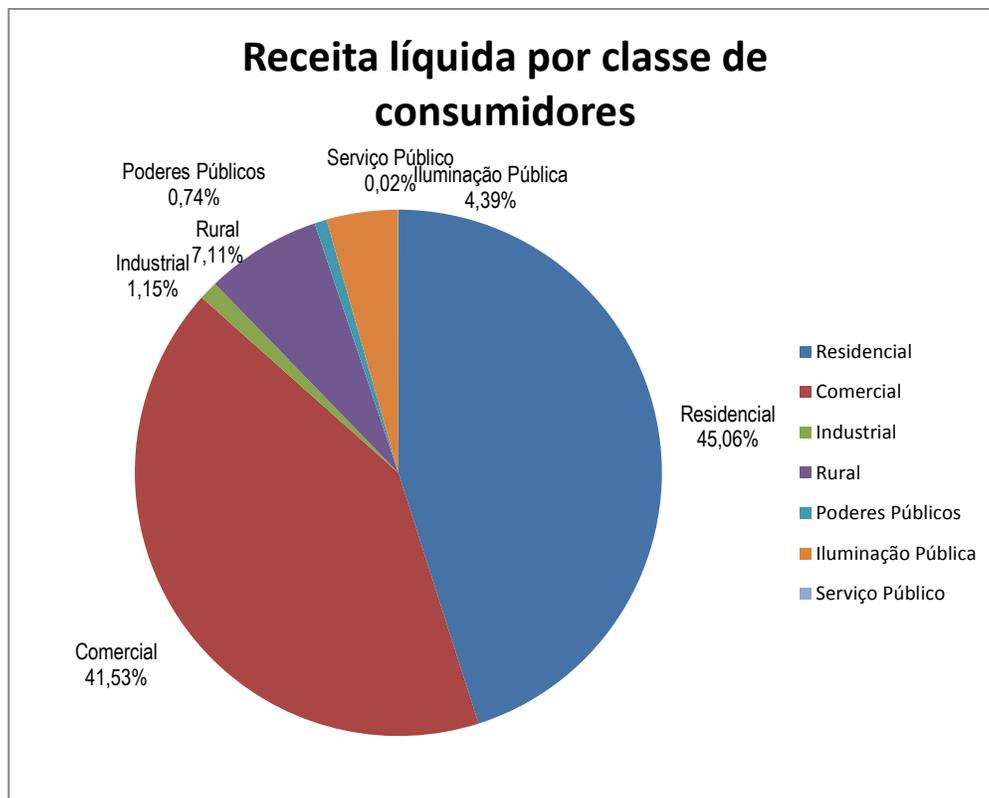




Receita - A receita decorrente do fornecimento de energia elétrica no exercício, líquida do ICMS, importou em R\$ 7.228,53 mil, conforme quadro a seguir:

Receita Líquida em R\$ Mil

Classe	2015	2014	%
Residencial	3.257,25	2.509,32	29,81%
Comercial	3.001,95	2.290,30	31,07%
Industrial	83,23	65,51	27,05%
Rural	513,97	422,93	21,53%
Outros	372,12	317,03	35,07%
Poderes Públicos	53,55	48,50	10,42%
Iluminação Pública	317,15	267,19	18,70%
Serviço Público	1,42	1,34	5,95%
Total	7.228,53	5.605,08	28,96%



Número de consumidores - O número de consumidores faturados em dezembro de 2015 apresentou um crescimento de 2,36 % sobre o mesmo mês do ano anterior, como se pode observar no quadro a seguir:

Número de Consumidores

Classe	2015	2014	Var %
Residencial	3.707	3.601	2,94%
Comercial	548	548	0,00%
Industrial	4	4	0,00%
Rural	273	275	-0,73%
Outros	26	25	6,25%
Poderes Públicos	17	16	6,25%
Iluminação Pública	8	8	0,00%
Serviço Público	1	1	0,00%
Total	4.558	4.453	2,36%

Tarifas - A tarifa média de fornecimento de energia elétrica em dezembro de 2015, atingiu R\$ 371,16/MWh, com aumento de 26,77% em relação a dezembro de 2014. Por meio da Resolução ANEEL nº 1.946 de 01/09/15, a Cooperativa de Eletrificação Rural de Resende Ltda.- CERES foi autorizada a aplicar sobre a venda de Energia Elétrica, reajuste médio da ordem de 45,77%.

Classe	Tarifa média de Fornecimento em R\$/MWh
Residencial	421,19
Comercial	391,41
Industrial	413,66
Rural	258,39

Tarifa por faixa de Consumo	KWh	KWh	KWh	KWh
Tarifas Brutas	0,45748	0,45149	0,45193	0,29015

Qualidade do fornecimento - Os dois principais indicadores da qualidade do fornecimento de energia elétrica são o DEC (duração equivalente de interrupções por consumidor) e o FEC (frequência equivalente de interrupções por consumidor). A evolução desses indicadores é apresentada no quadro a seguir:

Ano	DEC (Horas)	FEC (Interrupções)	Tempo de Espera (horas)
2011	17,50	9,18	4,09
2012	38,78	16,24	2,14
2013	59,19	19,17	1,91
2014	14,48	7,73	1,87
2015	25,95	9,49	1,94

Atendimento ao consumidor - Dando sequência ao intenso processo de melhoria e modernização dos processos relacionados ao atendimento ao consumidor, a CERES, no ano de 2012, inaugurou o SAC – Serviço de Atendimento ao Consumidor, que poderá realizar reclamações, críticas, elogios etc, através de nosso sistema telefônico de tarifação reversa

(0800), o que logicamente diminui os custos do cooperado/consumidor e aproxima a comunidade de nossa organização.

Tecnologia da informação

O desenvolvimento das diversas áreas de negócios de uma Outorgada de energia depende substancialmente de soluções adequadas de Tecnologia da Informação, a qual permeia e dá suporte a praticamente tudo o que a Outorgada faz, mediante sistemas de informação (*software*), redes de computadores (comunicação lógica) e atendimento ao consumidor (processamento, suporte e infraestrutura).

Externamente, buscou aprimorar a transparência da Empresa perante seus consumidores e sociedade, divulgando certificados de obrigatoriedade municipal, estadual e federal através do seu Site Institucional, além disso, investiu em uma nova ferramenta para emissão de segunda via de faturas, utilizada diretamente pelos cooperados. Este novo módulo, totalmente integrado com o Sistema de Informação utilizado para sua gestão, gerou benefícios no acompanhamento de baixas dessas faturas.

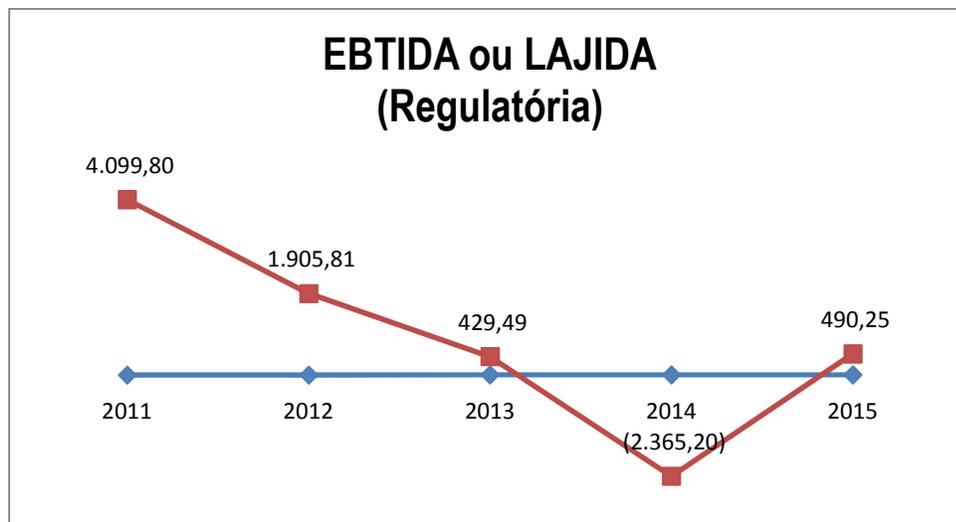
Internamente, foi estabelecida a padronização das estações de trabalho dos colaboradores, a evolução de mecanismos de proteção aos dados e computadores, ampliação do armazenamento de dados e por consequência backups de todas as informações.

Desempenho econômico-financeiro

Em 2015, as perdas líquidas foram de R\$ (987,47) mil, contra R\$ (2.709,21) mil em 2014, uma diminuição de 174,36%. A receita operacional líquida atingiu R\$ 7.218,98 mil, enquanto em 2014 situou-se em R\$ 3.281,09 mil.

As despesas operacionais totalizaram em 2015 R\$ 7.488,96 mil, 23,48% superiores em relação à 2014, destacando-se os custos com: total das taxas regulamentares que tiveram um crescimento de 703,59% no ano. A rentabilidade do Patrimônio Líquido do exercício foi de (3,35)% contra (17,33)% em 2014.

O EBITDA ou LAJIDA, lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização foi de R\$ 490,25 mil, superior em 482,44% a 2014, que foi de R\$ (2.365,20) mil, conforme evolução abaixo:



Investimentos: Em 2015, os investimentos da Companhia, importaram em R\$ 1.204,20 mil, 245,04% superiores em relação à 2014, dos quais R\$ 1.204,20 mil foram realizados em Máquinas e Equipamentos da Atividade de Distribuição.

Distribuição - Máquinas e Equipamentos - R\$ Mil	R\$ Mil Nominais			R\$ Mil em moeda constante de 31/dez/2015				
	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
AIS Bruto ¹	396	349	1.204	416	374	337	303	273
Transformador de Distribuição	143,40	65,00	126,41	150,57	135,51	121,96	109,77	98,79
Medidor	75,57	50,00	58,28	79,35	71,41	64,27	57,85	52,06
Redes Baixa Tensão (< 2,3 kV)	104,06	126,00	102,58	109,26	98,34	88,50	79,65	71,69
Redes Média Tensão (2,3 kV a 44 kV)	73,25	108,00	916,93	76,91	69,22	62,30	56,07	50,46
Redes Alta Tensão (69 kV)	-	-	-	-	-	-	-	-
Redes Alta Tensão (88 kV a 138 kV)	-	-	-	-	-	-	-	-
Redes Alta Tensão (>= 230 kV)	-	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Média Tensão (primário 30 kV a 44 kV)	-	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Alta Tensão (primário de 69 kV)	-	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Alta Tensão (primário 88 kV a 138 kV)	-	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Alta Tensão (primário >= a 230 kV)	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais Máquinas e Equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-
Obrigações Especiais do AIS Bruto	-	-	-	-	-	-	-	-
Participações, Doações, Subvenções, PEE, P&D, Universalização	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.

Originadas da Receita	-	-	-	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.
Ultrapassagem de demanda				n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.
Excedente de reativos				n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.
Diferença das perdas regulatórias				n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.
Outros				n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.
Outros				n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.

Comparativo dos Investimentos em Máquinas e Equipamentos da Distribuição:

R\$ Mil	2015R	2016P	2017P	2018P	2019P	2020P
Plano de Investimentos 2015	1.204	416	374	337	303	273

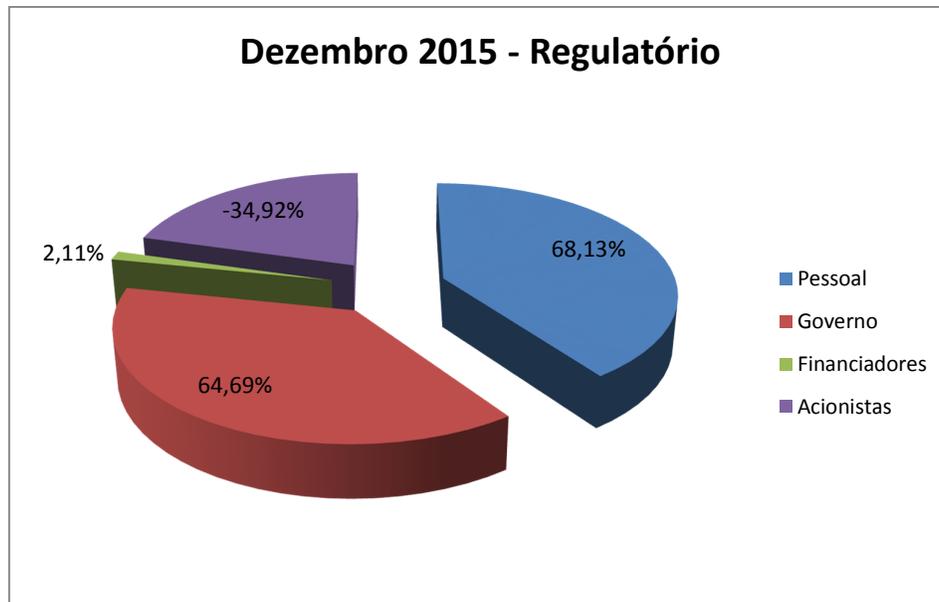
R\$ Mil	2015P	2016P	2017P	2018P	2019P	2020P
Plano de Investimentos 2014	809	465	225	177	132	-

Diferença	48,8%	-10,6%	66,8%	90,9%	130,2%	-
------------------	--------------	---------------	--------------	--------------	---------------	----------

Os principais motivos das diferenças apresentadas são:

- 2015 - Antecipação de melhorias previstas para os anos seguintes, reajuste no orçamento e no preço dos materiais;
- 2016 - Reformulação do planejamento, atualização do orçamento e dos preços médios;
- 2017 - Reformulação do planejamento, atualização do orçamento e dos preços médios;
- 2018 - Reformulação do planejamento, atualização do orçamento e dos preços médios;
- 2019 - Reformulação do planejamento, atualização do orçamento e dos preços médios;
- 2020 - Reformulação do planejamento, atualização do orçamento e dos preços médios.

Valor adicionado regulatório: Em 2015, o valor adicionado líquido gerado como riqueza pela Outorgada foi de R\$ 3.778,07 mil, representando 44,28% da Receita operacional bruta, com a seguinte distribuição:



Política de reinvestimento e distribuição de dividendos: Sendo a entidade uma Cooperativa seu objetivo é o de aplicar todas as sobras na melhoria de seus serviços aos seus Cooperados e Consumidores mediante aprovação da AGO de cada exercício.

Além disso, a Outorgada com base na Lei 5764/71 e no seu Estatuto Social constituiu Reservas sobre as suas sobras líquidas no montante de: 10% para Reserva Legal e 5% de FATES.

Composição acionária: Em 31 de dezembro de 2015 o capital social da Outorgada ou permissionária era de R\$ 63,81 mil, composto por 63.812 mil de quotas, com valor nominal R\$ 1,00.

Atendimento a associados: Coerente com a filosofia de postar-se diante do mercado como uma empresa transparente, moderna e aberta, a Outorgada coloca à disposição dos seus cooperados, colaboradores capacitados a esclarecer suas dúvidas e solicitações de forma presencial ou telefone da empresa.

Gestão

Administração: Durante o ano de 2015 a permissionária manteve o franco processo de adaptação e reestruturação organizacional em conformidade com os parâmetros do novo modelo

institucional do setor elétrico e os novos cenários da economia brasileira, sem esquecer-se de manter a essência Cooperativista. Medida que atende às exigências da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, que por sua vez, visa assegurar total clareza e transparência nas relações comerciais entre os agentes que atuam nas diferentes etapas do processo de produção e venda de energia elétrica para garantir ao consumidor que as tarifas cobradas espelhem com fidelidade toda a cadeia de custos.

Planejamento empresarial: O êxito que a Outorgada vem obtendo em seu processo de adaptação às mudanças aceleradas no setor elétrico se deve em grande parte à qualidade de seu planejamento empresarial.

Essa nova concepção de planejamento proporcionou o desenvolvimento do pensamento estratégico no âmbito gerencial das unidades e, ao mesmo tempo, criou um conjunto de estratégias adequadas aos diferentes cenários, possibilitando antecipar ações de reação às mudanças ambientais.

As tendências identificadas, juntamente com os resultados dos cenários empresariais, serviram de base para a definição das recomendações, metas e ações estratégicas das Unidades de Negócios para os horizontes de curto e médio prazos.

Gestão pela qualidade total: Em 2015, as atividades relacionadas com a Gestão da Qualidade compreenderam o desenvolvimento de estudos e projetos, implantação do manual da qualidade, preparação para certificações de qualidade de gestão.

Recursos humanos: Em 2015 implantou-se e executaram-se diversos programas de capacitação, treinamento e desenvolvimento do corpo funcional da permissionária, que já inicialmente apresentou melhora das práticas laborativas e técnicas.

Responsabilidade social: Cada vez mais, a Outorgada vem reforçando seu papel de empresa cidadã. Ciente de sua responsabilidade social, tem atuado por meio de políticas, programas e práticas voltadas para o meio ambiente, o desenvolvimento econômico, social e cultural junto à comunidade.

Outorgada em números	2015	2014	%
Atendimento			
Número de consumidores	4559	4.453	2,13%
Número de empregados	47	42	11,90%
Número de consumidores por empregado	97	106	-8,52%
Número de localidades atendidas	5	5	0,00%
Número de agências	1	2	0,00%
Número de postos de atendimento	1	2	0,00%
Número de postos de arrecadação	0	0	0,00%
Mercado			
Área de Permissao (Km ²)	274,00	274,00	0,00%
Geração própria (GWh)	0	0	0,00%
Demanda máxima (MWh/h)	5,22	3,93	32,82%
Distribuição direta (GWh)	18,80	17,38	0,00%
Consumo residencial médio (kWh/ano)	644.743	578.258	11,50%
Tarifas médias de fornecimento (R\$ por MWh)	350,46	292,78	19,70%
Total (exceto curto prazo)	0	0	0,00%
Residencial	421,19	337,64	24,75%
Comercial	391,41	292,57	33,78%
Industrial	413,66	415,73	-0,50%
Rural	258,39	182,17	41,84%
Suprimento	34,72	24,54	0,00%
DEC (horas)	25,95	14,48	79,21%
População atendida - Urbana Atendida (em milhares de habitantes)	14,39	14,23	1,12%
População atendida - Rural (em milhares de habitantes)	3,85	3,58	7,54%
FEC (número de interrupções)	9,49	7,73	22,77%
Número de reclamações por 1.000 consumidores	2,61	2,09	24,88%
Operacionais			
Número de usinas em operação	0,00	0,00	0,00%
Número de subestações	0,00	0,00	0,00%
Linhas de transmissão (Km)	0,00	0,00	0,00%
Linhas de distribuição (Km)	405,16	329,74	22,87%
Capacidade instalada (MW)	16,41	16,27	0,84%

Financeiros			
Receita operacional bruta (R\$ mil)	8.532,52	3.448,89	147,40%
Receita operacional líquida (R\$ mil)	7.218,98	3.281,09	120,02%
Margem operacional do serviço líquida (%)	18,20%	5,11%	255,79%
EBITDA OU LAJIDA	490,25	(2.365,20)	-120,73%
Lucro líquido (R\$ mil)	-987,47	-2.709,21	-63,55%
Lucro líquido por mil cotas	-987,47	-2.709,21	-63,55%
Patrimônio líquido (R\$ mil)	1.021,74	2.308,99	-55,75%
Valor patrimonial por cota R\$	1.021,74	2.308,99	-55,75%
Rentabilidade do patrimônio líquido (%)	-0,97	-1,17	-17,63%
Endividamento do patrimônio líquido (%)	12,93	4,77	170,99%
Em moeda nacional (%)	12,93	4,77	170,99%
Em moeda estrangeira (%)	0,00	0,00	0,00%
Indicadores de Performance			
Salário Médio dos Funcionários	1,93	1,86	0,00%
Energia Gerada/Comprada por Funcionário	396,10	433,44	0,00%
Energia Gerada/Comprada por Consumidor	4,08	4,09	0,00%
Retorno de ativos por unidade	0,00	-0,33	0,00%

Agradecimentos

Registramos nossos agradecimentos aos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da Outorgada. Nossos reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional, extensivamente a todos os demais que direta ou indiretamente contribuíram para o cumprimento da missão da Outorgada.

Resende (RJ), 22 de abril de 2016.

A Administração

Cooperativa de Eletrificação Rural de Resende Ltda
CNPJ no 31.465.487/0001-01
Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Valores expressos em milhares de reais)

Balanço Patrimonial

	Consolidado	
	2015	2014
Ativos		
Ativo Circulante	3.017,44	1.992,61
Caixa e equivalentes de caixa	23,04	83,23
Consumidores	1.589,61	947,45
Concessionárias e permissionárias	-	-
Serviços em curso	58,38	69,29
Tributos compensáveis	117,61	116,95
Depósitos judiciais e cauções	494,91	-
Almoxarifado operacional	87,72	83,32
Investimentos temporários	3,99	-
Empréstimos	-	-
Ativos financeiros setoriais	309,91	18,33
Despesas pagas antecipadamente	20,00	20,92
Instrumentos financeiros derivativos	-	-
Outros ativos circulantes	312,27	653,12
Ativos de operações descontinuadas	-	-
Bens destinados à alienação	-	-
Ativo Não-Circulante	11.211,20	11.330,12
Consumidores	-	-
Concessionárias e permissionárias	-	-
Serviços em curso	-	-
Tributos compensáveis	-	-
Depósitos judiciais e cauções	153,97	153,00
Investimentos temporários	-	-
Empréstimos	-	-

Tributos diferidos	-	-
Ativos financeiros setoriais	-	-
Despesas pagas antecipadamente	-	-
Bens e direitos para uso futuro	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-
Outros ativos não circulantes	2.587,73	2.791,12
Bens e atividades não vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	0,21	-
Imobilizado	8.406,25	8.341,89
Intangível	63,04	44,11

Total do ativo	14.228,64	13.322,73
-----------------------	------------------	------------------

Passivo

Passivo Circulante	4.979,63	3.466,24
Fornecedores	1.328,94	1.394,12
Empréstimos, financiamentos e debêntures	1.220,80	208,45
Obrigações sociais e trabalhistas	442,49	386,26
Benefício pós-emprego	-	-
Tributos	525,86	517,22
Provisão para litígios	-	-
Dividendos declarados e juros sobre capital próprio	-	-
Encargos setoriais	434,03	174,62
Provisão para descomissionamento	-	-
Passivos financeiros setoriais	242,09	132,92
Provisão para uso do bem público	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-
Obrigações com associados	-	-
Outros passivos circulantes	785,42	652,65
	-	-
Passivos de operações descontinuadas	-	-

Passivo Não-Circulante	8.227,28	7.547,50
Fornecedores	487,26	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	864,36	173,56
Benefício pós-emprego	-	-

Tributos	3.675,61	4.184,80
Provisão para litígios	97,61	84,33
Encargos setoriais	-	-
Provisão para descomissionamento	-	-
Tributos diferidos	-	-
Passivos financeiros setoriais	2.346,77	2.423,12
Provisão para uso do bem público	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-
Obrigações com associados	-	-
Outros passivos não circulantes	451,81	456,93
Obrigações vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	303,86	224,76

Total do passivo	13.206,91	11.013,74
-------------------------	------------------	------------------

Patrimônio líquido	1.021,73	2.308,99
Capital social	63,81	63,81
Reservas de capital	(2.698,02)	(2.715,02)
Outros resultados abrangentes	3.319,22	3.841,65
Reservas de lucros	-	915,15
Recursos destinados a aumento de capital	-	-
Lucros ou prejuízos acumulados	(6,56)	203,40
Ações em tesouraria	-	-
Proposta para distribuição de dividendos adicionais	-	-
Participação de não controladores	-	-
Reserva de sobras	922,13	-
Sobras à disposição da Assembleia	(578,85)	-
Perdas não cobertas pelos cooperados	-	-

Total do patrimônio líquido	1.021,73	2.308,99
------------------------------------	-----------------	-----------------

Total do passivo e do patrimônio líquido	14.228,64	13.322,73
---	------------------	------------------

Cooperativa de Eletrificação Rural de Resende Ltda

CNPJ no 31.465.487/0001-01

Demonstrações do resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais)

Demonstração do Resultado do Exercício

	Consolidado	
	2015	2014
Operações em continuidade		
Receita / Ingresso	8.532,51	3.448,88
Fornecimento de energia elétrica	619,71	(2.156,28)
Suprimento de energia elétrica	-	-
Energia Elétrica de Curto Prazo	-	-
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição	6.923,31	4.934,96
Ativos e Passivos Financeiros Setoriais	257,73	308,23
Serviços cobráveis	38,45	24,96
Doações, contribuições e subvenções vinculadas ao serviço concedido	321,08	324,98
Outras receitas	372,23	12,03
Tributos	(62,99)	(41,28)
ICMS	-	-
PIS-PASEP	(11,17)	(7,31)
Cofins	(51,82)	(33,97)
ISS	-	-
Encargos - Parcela "A"	(1.250,53)	(155,61)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(38,19)	(29,06)
Programa de Eficiência Energética - PEE	(38,19)	(29,06)
Reserva Global de Reversão - RGR	-	-
Conta de Desenvolvimento Econômico - CDE	(726,03)	(68,38)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH	-	-
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica – TFSEE	(28,43)	(29,11)
Outros encargos	(419,69)	-
Receita líquida / Ingresso líquido	7.218,99	3.251,99

Custos não gerenciáveis - Parcela "A"	(2.691,57)	(1.789,51)
Energia elétrica comprada para revenda	(2.691,57)	(1.789,51)
Encargo de transmissão, conexão e distribuição	-	-
Encargos e demais despesas setoriais	-	-
Perdas pelo valor de indenização / renovação	-	-
Provisão de baixa ou Baixa de RTP diferida	-	-
Provisão de baixa ou Baixa de CVA Ativa e Demais ativos regulatórios	-	-
(-) Reversão de devolução tarifária	-	-
(-) Reversão de CVA Passiva e Demais passivos regulatórios	-	-
Outros	-	-
Matéria-prima e Insumos para produção de energia elétrica	-	-
Reembolso de CCC/CDE de combustível para produção de energia elétrica	-	-

Resultado antes dos custos gerenciáveis	4.527,42	1.462,48
--	-----------------	-----------------

Custos gerenciáveis - Parcela "B"	(4.564,38)	(4.298,10)
Pessoal e administradores	(3.051,76)	(2.965,70)
Material	(191,34)	(196,36)
Serviços de terceiros	(830,89)	(835,78)
Arrendamento e aluguéis	(59,69)	(67,33)
Seguros	(3,63)	(3,90)
Doações, contribuições e subvenções	(17,22)	(17,42)
Provisões	(31,65)	18,75
Perdas na alienação de bens e direitos	-	-
(-) Recuperação de despesas	73,36	334,34
Tributos	(27,28)	(27,61)
Depreciação e amortização	(495,53)	(427,03)
Gastos diversos	(161,77)	(58,14)
Outras Receitas Operacionais	298,41	151,57
Outras Despesas Operacionais	(65,39)	(203,49)

Resultado da Atividade	(36,96)	(2.835,62)
-------------------------------	----------------	-------------------

Equivalência patrimonial	-	-
---------------------------------	----------	----------

Resultado Financeiro	(950,51)	126,41
Despesas financeiras	287,70	(2.049,98)
Receitas financeiras	(1.238,21)	2.176,39
Resultado antes dos impostos sobre os lucros	(987,47)	(2.709,21)
Despesa com impostos sobre os lucros	-	-
Resultado líquido das operações em continuidade	(987,47)	(2.709,21)
Operações descontinuadas	-	-
Lucro (prejuízo) após o imposto do exercício resultante de operações descontinuadas	-	-
Resultado líquido do exercício	-	-
Atribuível aos:		
Acionistas controladores	-	-
Acionistas não controladores	-	-
Lucro por ação	(15,48)	(42,46)
básico - lucro do exercício atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias	(15,48)	(42,46)
diluído - lucro do exercício atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias	-	-
Lucro por ação originado das operações em continuidade	-	-
básico - lucro de operações continuadas atribuíveis a acionistas controladores detentores de ações ordinárias	-	-
diluído - lucro de operações continuadas atribuíveis a acionistas controladores detentores de ações ordinárias	-	-

Demonstrações do resultado abrangente dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Valores expressos em milhares de reais)

Demonstração do Resultado Abrangente do Exercício

	Consolidado	
	2015	2014
Resultado do exercício		
Outros resultados abrangentes	-	-
Reserva de reavaliação	-	-
Efeito de imposto de renda	-	-
Ganho líquido sobre instrumentos financeiros	-	-
Efeito de imposto de renda	-	-
Equivalência sobre ganhos abrangentes de coligadas	-	-
Efeito de imposto de renda	-	-
Diferenças cambiais sobre conversão de operações estrangeiras	-	-
Efeito de imposto de renda	-	-
Previdência Privada – Superávit (Déficit) Atuarial	-	-
Diferenças atuariais	-	-
Efeito de imposto de renda	-	-
Outros resultados abrangentes	-	-
Efeito de imposto de renda	-	-
Outros resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos	-	-
Total de resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos	-	-
Atribuível a:		
Acionistas Controladores	-	-
Acionistas Não Controladores	-	-

Observação: O modelo apresentado acima demonstra os efeitos tributários de forma individual, de forma que nenhuma divulgação adicional em nota explicativa é requerida.

Cooperativa de Eletrificação Rural de Resende Ltda
 CNPJ no 31.465.487/0001-01
 Demonstração das mutações do patrimônio líquido dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
 (Valores expressos em milhares de reais)

DMPL - Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

	Capital Social	Reservas de capital	Reserva de reaval.	Reservas de lucros	Lucros (prejuízos) acumulados	Reservas de Sobras	Sobras/Perdas a disposição da Assembléia	Recursos destinados a aumento de capital	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2013	63,69	333,19		780,12		-	-	-	1.177,00
Remuneração das imobilizações em curso	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital social	0,12	-	-	-	-	-	-	-	0,12
Incentivos fiscais	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realização de reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Destinações	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Proventos excedentes da contabilidade societária	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	-	-	-	-	-	-	339,00	-	339,00
(+/-) Ajustes Societários - IFRS	-	(3.048,21)	3.841,65	-	-	-	-	-	793,44
Destinação proposta à A.G.O.:	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	-	-	-	-	-	-	-	-
FATES	-	-	-	67,24	-	-	(67,80)	-	(0,56)
Reservas de Lucros	-	-	-	67,79	-	-	(67,80)	-	(0,01)
Reserva de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva para Fundos de Investimentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2014	63,81	(2.715,02)	3.841,65	915,15	-	-	203,40	-	2.308,99
Remuneração das imobilizações em curso	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital social	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realização de reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Destinações	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	-	-	-	-	-	-	(1.004,48)	-	(1.004,48)
(+/-) Ajustes Societários - IFRS	-	17,00	(522,43)	-	(6,56)	-	425,64	-	(86,35)
Destinação proposta à A.G.O.:	-	-	-	-	-	-	(203,40)	-	(203,40)
Reserva legal	-	-	-	(395,12)	-	402,10	-	-	6,98
FATES	-	-	-	(520,03)	-	520,03	-	-	-
Reserva de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendo	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva para Equalização	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva para Fundos de Investimentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2015	63,81	(2.698,02)	3.319,22	-	(6,56)	922,13	(578,84)	-	1.021,74

Cooperativa de Eletrificação Rural de Resende Ltda

CNPJ no 31.465.487/0001-01

Demonstrações do Fluxo de Caixa dos exercícios findos em 31 de

dezembro de 2015 e 2014

em 31 de dezembro de 20X1 e 20X0

(Valores expressos em milhares de reais)

Demonstração do Fluxo de Caixa

	Consolidado	
	2015	2014
Atividades operacionais		
Recebimentos de clientes	8.041,58	5.659,67
Outros recebimentos	147,63	-
Pagamentos a fornecedores	(1.569,47)	(1.454,84)
Fornecedores Energia Elétrica Comprada	(2.795,57)	(674,42)
Pagamentos a empregados	(2.484,08)	(2.348,29)
Juros pagos	-	-
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-
Imposto de renda na fonte sobre dividendos recebidos	-	-
Tributos Federais	(147,80)	(138,46)
Tributos Estaduais e Municipais	(487,84)	(232,21)
Encargos Setoriais	(905,74)	(115,19)
Outros Pagamentos	(518,33)	(350,20)
Fluxo de caixa líquido originado de atividades operacionais	(719,62)	346,06
Atividades de investimento		
Recebimento (pagamento) de venda de imobilizado	0,61	-
Aquisição de imobilizado	(128,97)	(118,99)
Aquisição de propriedades para investimento	-	-
Aquisição de instrumentos financeiros	-	-
Recebimento (pagamento) da venda de instrumentos financeiros	-	-
Aquisição de intangíveis	-	-
Aquisição de controlada, líquida de caixa adquirido	-	-
Recebimento de incentivos	-	-

Juros recebidos	-	-
Dividendos e juros sobre capital próprio recebidos	-	-

Fluxo de caixa líquido aplicado em atividades de investimento	(128,36)	(118,99)
--	-----------------	-----------------

Atividades de financiamento		
Recebimento (pagamento) do exercício de opções	(5,00)	15,23
Aquisição de participação de não controladores	-	-
Recebimento pela emissão de ações	-	-
Pagamento de passivos de arrendamento	-	-
Captações de empréstimos obtidos	4.063,48	3.215,22
Pagamento de empréstimos	(2.567,88)	(3.148,05)
Outras Despesas Financeiras	(702,81)	(366,49)
Dividendos pagos	-	-

Fluxo de caixa líquido aplicado em atividades de financiamento	787,79	(284,09)
---	---------------	-----------------

Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	(60,19)	(57,02)
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	83,23	140,25
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	23,04	83,23

-60,19 -57,02

O modelo de fluxo de caixa apresentado acima se refere ao fluxo de caixa preparado por meio do método direto, sendo que também é permitida a apresentação do fluxo de caixa preparado por meio do método indireto.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais)

1. Setor Elétrico no Brasil

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia (“MME”), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).

O fornecimento de energia elétrica a varejo pela Companhia e suas controladas e controladas em conjunto é efetuado de acordo com o previsto nas cláusulas de seus contratos de concessão de longo prazo de venda de energia.

De acordo com os contratos de concessão de distribuição, essa Outorgada está autorizada a cobrar de seus consumidores uma taxa pelo fornecimento de energia consistindo em dois componentes: (1) uma parcela referente aos custos de geração, transmissão e distribuição de energia não gerenciáveis (“Custos da Parcela A”); e (2) uma parcela de custos operacionais (“Custos da Parcela B”). Ambas as parcelas são estabelecidas como parte da concessão original para determinados períodos iniciais. Subsequentemente aos períodos iniciais, e em intervalos regulares, a ANEEL tem a autoridade de rever os custos da Companhia, a fim de determinar o ajuste da inflação (ou outro fator de ajuste similar), caso existente, aos Custos da Parcela B (“Ajuste Escalar”) para o período subsequente. Esta revisão poderá resultar num ajuste escalar com valor positivo, nulo ou negativo.

Adicionalmente aos ajustes referentes aos Custos da Parcela A e Parcela B mencionados acima, as concessões para fornecimento de energia elétrica têm um ajuste tarifário anual, baseado em uma série de fatores, incluindo a inflação. Adicionalmente, como resultado das mudanças regulatórias ocorridas em dezembro de 2001, a Outorgada pode agora requisitar reajustes tarifários resultantes de eventos significativos que abalem o equilíbrio econômico-financeiro dos seus negócios. Outros eventos normais ou recorrentes (como altas no custo da energia comprada, impostos sobre a receita ou ainda a inflação local) também têm permissão para serem absorvidos por meio de aumentos tarifários específicos. Quando a Outorgada solicita um

reajuste tarifário, se faz necessário comprovar o impacto financeiro resultante destes eventos nas operações.

No negócio de geração, a Outorgada além de vender energia por meio dos leilões para as distribuidoras por meio do mercado cativo, também vende energia à Consumidores Livres no mercado livre – ACL. No mercado livre - ACL, a energia é negociada por meio das concessionárias de geração, PCH – Pequenas Centrais Hidrelétricas, autogeradores, comercializadores e importadores de energia.

Consumidores livres são aqueles cuja demanda excede a 3 MW em tensão igual ou superior a 69kV ou em qualquer nível de tensão, desde que o fornecimento começou após julho de 1995. Uma vez que um consumidor tenha optado pelo mercado livre, só poderá voltar ao sistema regulado se comunicar ao distribuidor de sua região com cinco anos de antecedência. Este período de aviso prévio procura assegurar que, se necessário, a distribuidora poderá comprar energia adicional para suprir a reentrada de Consumidores Livres no mercado regulado. As geradoras estatais podem vender energia a consumidores livres, mas em vez de geradores privados, são obrigados a fazê-lo através de um processo de leilão.

De acordo com os contratos de concessão de transmissão, a Companhia está autorizada a cobrar a TUST - tarifas de uso do sistema de transmissão. As tarifas são reajustadas anualmente na mesma data em que ocorrem os reajustes das Receitas Anuais Permitidas - RAP das concessionárias de transmissão. Esse período tarifário inicia-se em 1º de julho do ano de publicação das tarifas até 30 de junho do ano subsequente.

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da Rede Básica é atribuição do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica. O ONS tem a responsabilidade de gerenciar o despacho de energia elétrica das usinas em condições otimizadas, envolvendo o

uso dos reservatórios das hidrelétricas e o combustível das termelétricas do sistema interligado nacional.

O pagamento do uso da transmissão aplica-se também à geração da Itaipu Binacional. Entretanto, devido às características legais dessa usina, os encargos correspondentes são assumidos pelas concessionárias de distribuição detentoras das respectivas quotas-partes da potência da usina.

2. Base de preparação e apresentação das Demonstrações Contábeis Regulatórias

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador e conforme as políticas contábeis estabelecidas a declaração de práticas contábeis.

Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para Demonstrações Contábeis. As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios são separadas das Demonstrações contábeis estatutárias societárias da outorgada. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma empresa apresentar diferença de valores pela aplicação diferenciadas de algumas normas contábeis societária e regulatória, estas diferenças estão explicadas em notas explicativas, para melhor entendimento do leitor, conforme apresentado nas Demonstrações contábeis preparadas de acordo com estas práticas.

3. Principais Práticas Contábeis Regulatórias

As práticas contábeis utilizadas são as mesmas adotadas nas Demonstrações Contábeis societárias, conforme apresentado no item 4 das notas explicativas societárias exceto ao que se estabelece abaixo.

Ativos e passivos financeiros setoriais: O mecanismo de determinação das tarifas no Brasil garante a recuperação de determinados custos relacionados à compra de energia e encargos regulatórios por meio de repasse anual. Seguindo orientação do Órgão Regulador, a empresa contabiliza as variações destes custos como ativos e passivos financeiros setoriais, quando existe uma expectativa provável de que a receita futura, equivalente aos custos incorridos, será faturada e cobrada, como resultado direto do repasse dos custos em uma tarifa ajustada de acordo com a fórmula paramétrica definida no contrato de concessão. O Ativo e Passivo Financeiro Setorial serão realizados quando o poder concedente autorizar o repasse na base tarifária da empresa, ajustada anualmente na data de aniversário do seu contrato de concessão.

Imobilizado em serviço: Registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescidos do valor de reavaliação registrado em 02 de abril de 2014. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução vigente emitida pelo Órgão Regulador.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da outorga (concessão, permissão e/ou autorização). O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

Imobilizado em curso: Os gastos de administração central capitalizáveis são apropriados, mensalmente, às imobilizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços.

A Outorgada agrega mensalmente ao custo de aquisição do imobilizado em curso os juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros incorridos sobre empréstimos e financiamentos diretamente atribuídos à aquisição ou constituição de ativo qualificável considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) período de capitalização correspondente à fase de construção do ativo imobilizado, sendo encerrado quando o item do imobilizado encontra-se disponível para utilização; (b) utilização da taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização; (c) o montante dos juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros capitalizados mensalmente não excedem o valor das despesas de juros apuradas no período de capitalização; e (d) os juros, as variações monetárias e cambiais e demais encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinada para o item do imobilizado ao qual foram incorporados.

No reconhecimento do custo do ativo imobilizado, as empresas de distribuição de energia têm incluído parte dos custos da administração central, o qual por sua vez é incluído no processo de revisão tarifária, ou seja, gerando benefícios econômicos futuros

Intangível: Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear.

Os encargos financeiros, juros e atualizações monetárias incorridos, relativos a financiamentos obtidos de terceiros vinculados ao intangível em andamento, são apropriados às imobilizações intangíveis em curso durante o período de construção do intangível.

Obrigações especiais vinculadas à concessão: Estão representadas pelos valores nominais ou bens recebidos de consumidores das concessionárias e de consumidores não cooperados das permissionárias, para realização de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica. Esta conta é amortizada pela taxa média de depreciação dos ativos correspondentes a essas obrigações, conforme legislação vigente.

Reconhecimento de receita: A receita operacional do curso normal das atividades da Outorgada é medido pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de

maneira confiável. A receita de distribuição de energia elétrica é reconhecida no momento em que a energia é faturada. A receita não faturada, relativa ao ciclo de faturamento mensal, é apropriada considerando-se como base a carga real de energia disponibilizada no mês e o índice de perda anualizado. Historicamente, a diferença entre a receita não faturada estimada e o consumo real, a qual é reconhecida no mês subsequente, não tem sido relevante. Não existe consumidor que isoladamente represente 10% ou mais do total do faturamento. A receita referente à prestação de serviços é registrada no momento em que o serviço foi efetivamente prestado, regido por contrato de prestação de serviços entre as partes.

4. Consumidores e Concessionárias e Permissionárias

DESCRIÇÃO	VALORES CORRENTES						
	CORRENTE A VENCER		CORRENTE VENCIDA				Provisão p/ Devedores Duvidosos
	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Mais de 360 dias	
Fornecimento de Energia	1.019,35	-	411,57	96,32	35,84	540,45	(556,55)
Residencial	354,93	-	130,35	4,06	6,86	47,36	(58,28)
Industrial	9,75	-	2,60	-	-	-	-
Comercial	376,48	-	128,95	8,74	4,12	17,53	(21,65)
Rural	58,40	-	11,35	0,03	0,07	5,10	(5,10)
Poderes Públicos	5,34	-	25,26	6,96	2,69	6,01	(6,01)
Iluminação Pública	41,34	-	112,68	76,08	21,96	464,27	(464,27)
Serviço Público	0,10	-	0,36	0,45	0,14	0,18	(0,18)
Serviço Taxado	6,70	-	-	-	-	-	(1,06)
Fornecimento Não Faturado	166,30	-	-	-	-	-	-
(-) Arrecadação Processo Classif .	-	-	-	-	-	-	-
Suprimento Energia - Moeda Nacional	-	-	-	-	-	-	-
Suprimento Energia - Moeda Estrangeira	-	-	-	-	-	-	-
Encargos de Uso da Rede Elétrica	-	-	-	-	-	-	-
Suprimento \ Encargo Rede Não Faturado	-	-	-	-	-	-	-
Total	1.019,35	-	411,57	96,32	35,84	540,45	(556,55)

VALORES RENEGOCIADOS				
RENEGOCIADA A VENCER		RENEGOCIADA VENCIDA		Provisão p/ Devedores Duvidosos
Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 60 dias	Mais de 60 dias	
36,56	-	-	-	(12,62)
20,65	-	-	-	(10,73)
-	-	-	-	-
15,91	-	-	-	(1,89)
-	-	-	-	-
-	-	-	-	-
-	-	-	-	-
-	-	-	-	-
-	-	-	-	-
-	-	-	-	-
-	-	-	-	-
-	-	-	-	-
-	-	-	-	-
36,56	-	-	-	(12,62)

Total 2015	Total 2014
1.570,93	874,49
495,21	234,14
12,36	5,61
528,20	242,59
69,85	39,48
40,26	21,99
252,06	26,28
1,05	0,47
5,64	4,11
166,30	299,81
-	-
-	-
-	-
-	-
1.570,93	874,49

A Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa foi constituída considerando os principais critérios a seguir elencados:

- 1) Análise criteriosa do Contas a Receber para casos específicos;
- 2) Casos normais, conforme Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, sendo:
 - a) Residenciais vencidos a mais de 90 dias;
 - b) Comerciais vencidos a mais de 180 dias; e
 - c) Industrial, Poder Público e Iluminação Pública vencidos a mais de 360 dias.

Durante o ano de 2015 não houve realização da provisão, uma vez que não "levamos consumidores a reserva" por terem sido esgotados todas as alternativas de cobrança e recuperação de valores.

5. Imobilizado

Ativo Imobilizado em Serviço - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2014	Adições (A)	Baixas (B)	Transferência (C)	Reavaliação	Valor bruto em 31/12/2015	Adições Líquidas (A)-(B)+(C)	Depreciação Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2015	Valor Líquido em 31/12/2014	Obrigações Especiais Brutas	Amortização Acumulada	Obrigações Especiais Líquidas
Geração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Terrenos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reservatórios, barragens e adutoras	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Edificações, obras civis e benfeitorias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Veículos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Móveis e utensílios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transmissão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Terrenos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Veículos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Móveis e utensílios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuição	12.608,28	1.204,22	(141,59)	97,60	(239,80)	13.528,72	1.160,23	(6.104,49)	7.424,23	6.853,92	-	-	-
Terrenos	145,75	-	(43,91)	-	-	101,84	(43,91)	-	101,84	145,75	-	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	271,41	-	(29,73)	-	-	241,68	(29,73)	(77,92)	163,76	192,61	-	-	-
Máquinas e equipamentos	11.595,46	1.204,22	(67,95)	-	(239,80)	12.491,94	1.136,27	(5.454,89)	7.037,05	6.371,07	-	-	-
Veículos	541,63	-	-	72,14	-	613,77	72,14	(519,56)	94,21	120,71	-	-	-
Móveis e utensílios	54,03	-	-	25,46	-	79,49	25,46	(52,12)	27,37	23,78	-	-	-
Administração	688,05	2,15	-	-	-	690,20	2,15	(259,40)	430,79	455,26	-	-	-
Terrenos	52,08	-	-	-	-	52,08	-	-	52,08	52,08	-	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	505,49	-	-	-	-	505,49	-	(168,44)	337,05	353,89	-	-	-
Máquinas e equipamentos	10,47	-	-	-	-	10,47	-	(3,57)	6,90	8,04	-	-	-
Veículos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Móveis e utensílios	120,01	2,15	-	-	-	122,16	2,15	(87,40)	34,76	41,25	-	-	-
Comercialização	97,60	-	-	(97,60)	-	0,00	(97,60)	0,00	0,00	26,36	-	-	-

Terrenos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Veículos	72,14	-	-	(72,14)	-	(0,00)	(72,14)	0,00	0,00	15,52	-	-	-
Móveis e utensílios	25,46	-	-	(25,46)	-	0,00	(25,46)	(0,00)	0,00	10,84	-	-	-
Subtotal	13.393,93	1.206,37	(141,59)	-	(239,80)	14.218,92	1.064,78	(6.363,90)	7.855,02	7.335,54	-	-	-

Ativo Imobilizado em Curso - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2014	Adições (A)	Baixas (B)	Transferência (C)	Reavaliação	Valor bruto em 31/12/2015	Adições Líquidas (A)-(B)+(C)	Depreciação Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2015	Valor Líquido em 31/12/2014	Obrigações Especiais Brutas	Amortização Acumulada	Obrigações Especiais Líquidas
Geração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Terrenos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuição	962,97	1.012,80	(238,23)	(1.204,22)	-	533,31	(429,66)	-	533,31	962,97	-	-	-
Máquinas e equipamentos	277,74	975,34	-	(1.204,22)	-	48,86	(228,89)	-	48,86	277,74	-	-	-
Outros	685,22	37,46	(238,23)	-	-	484,45	(200,77)	-	484,45	685,22	-	-	-
Administração	17,92	2,15	-	(2,15)	-	17,92	-	-	17,92	17,92	-	-	-
Máquinas e equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	17,92	2,15	-	(2,15)	-	17,92	-	-	17,92	17,92	-	-	-
Comercialização	25,46	-	(25,46)	-	-	(0,00)	(25,46)	-	(0,00)	25,46	-	-	-

Máquinas e equipamentos	25,01	-	(25,01)	-	-	(0,00)	(25,01)	-	(0,00)	25,01	-	-	-
Outros	0,45	-	(0,45)	-	-	0,00	(0,45)	-	0,00	0,45	-	-	-
Subtotal	1.006,35	1.014,95	(263,69)	(1.206,37)	-	551,23	(455,12)	-	551,23	1.006,35	-	-	-
Total do Ativo Imobilizado	14.400,28	2.221,32	(405,28)	(1.206,37)	(239,80)	14.770,15	609,67	(6.363,90)	8.406,25	8.341,89	-	-	-

A composição do intangível é como segue :

Intangível - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2014	Adições (A)	Baixas (B)	Transferência (C)	Reavaliação	Valor bruto em 31/12/2015	Adições Líquidas (A)-(B)+(C)	Amortização Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2015	Valor Líquido em 31/12/2014
Ativo Intangível em Serviço										
Geração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidões	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Uso do bem público	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softwares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transmissão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidões	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softwares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuição	186,10	8,25	-	27,00	-	221,35	35,25	(167,93)	53,42	36,88
Servidões	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Softw ares	186,10	8,25	-	27,00	-	221,35	35,25	(167,93)	53,42	36,88
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Administração	9,24	4,20	-	-	-	13,44	4,20	(3,82)	9,62	7,23
Softw ares	9,24	4,20	-	-	-	13,44	4,20	(3,82)	9,62	7,23
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Comercialização	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softw ares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	195,34	12,45	-	27,00	-	234,80	39,45	(171,76)	63,04	44,11
Ativo Intangível em Curso										
Geração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidões	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Uso do bem público	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softw ares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transmissão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidões	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softw ares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuição	-	27,00	-	(27,00)	-	-	-	-	-	-
Servidões	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softw ares	-	27,00	-	(27,00)	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Administração	-	4,20	-	(4,20)	-	-	-	-	-	-
Softw ares	-	4,20	-	(4,20)	-	-	-	-	-	-

Outros	-	-	-	-	-	-	-
Comercialização	-	-	-	-	-	-	-
Softwares	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	-	31,20	-	(31,20)	-	-	-

Total do Ativo Intangível	195,34	43,65	-	(4,20)	-	234,80	39,45	(171,76)	63,04	44,11
----------------------------------	---------------	--------------	---	---------------	---	---------------	--------------	-----------------	--------------	--------------

A composição da conta Máquinas e Equipamentos da Atividade de Distribuição é como segue:

Distribuição - Máquinas e Equipamentos - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2014	Adições (A)	Baixas (B)	Transferencia (C)	Reavaliação	Valor bruto em 31/12/2015	Adições Líquidas (A)-(B)+(C)
AIS Bruto	11.595,46	1.204,22	(67,94)	-	(239,80)	12.491,94	1.136,28
Transformador de Distribuição	3.269,49	126,42	(41,48)	-	(203,93)	3.150,50	84,94
Medidor	785,98	58,28	(10,65)	-	(7,13)	826,48	47,63
Redes Baixa Tensão (< 2,3 kV)	432,92	102,58	-	-	-	1.349,86	916,94
Redes Média Tensão (2,3 kV a 44 kV)	7.107,07	916,94	(15,81)	-	(28,74)	7.165,10	86,77
Redes Alta Tensão (69 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Redes Alta Tensão (88 kV a 138 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Redes Alta Tensão (>= 230 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Média Tensão (primário 30 kV a 44 kV)	-	-	-	-	-	-	-

Subestações Alta Tensão (primário de 69 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Alta Tensão (primário 88 kV a 138 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Alta Tensão (primário >= a 230 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Demais Máquinas e Equipamentos	-	-	-	-	-	-	-
Obrigações Especiais do AIS Bruto	191,81	29,48	-	-	-	221,29	29,48
Participações, Doações, Subvenções, PEE, P&D,	191,81	29,48	-	-	-	221,29	29,48
Universalização	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-
Originadas da Receita	-	-	-	-	-	-	-
Ultrapassagem de demanda	-	-	-	-	-	-	-
Excedente de reativos	-	-	-	-	-	-	-
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-

	2015				2014
	Taxas Anuais médias de depreciação %	Bruto	Depreciação e Amortização Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Em serviço					
Geração	-	-	-	-	-
Custo histórico	-	-	-	-	-
Correção monetária especial	-	-	-	-	-
Reavaliação	-	-	-	-	-
Transmissão	-	-	-	-	-
Custo histórico	-	-	-	-	-
Correção monetária especial	-	-	-	-	-
Reavaliação	-	-	-	-	-
Distribuição	4,34	13.528,72	(6.104,49)	7.424,23	6.890,79
Custo histórico	2,17	6.275,60	(2.170,58)	4.105,02	3.226,45
Correção monetária especial				-	-
Reavaliação	2,17	7.253,12	(3.933,91)	3.319,21	3.664,34
Administração	3,85	690,19	(259,40)	430,79	462,49
Custo histórico	3,85	690,19	(259,40)	430,79	462,49
Correção monetária especial	-	-	-	-	-
Reavaliação	-	-	-	-	-
Comercialização	-	-	-	-	26,36
Custo histórico	-	-	-	-	26,36
Correção monetária especial	-	-	-	-	-
Reavaliação	-	-	-	-	-

Atividades não vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	-	-	-	-	-
Custo histórico	-	-	-	-	-
Correção monetária especial	-	-	-	-	-
Reavaliação	-	-	-	-	-
Em curso	-	551,22	-	551,22	1.006,35
Geração	-	-	-	-	-
Transmissão	-	-	-	-	-
Distribuição	-	533,30	-	533,30	962,97
Administração	-	17,92	-	17,92	17,92
Comercialização	-	-	-	-	25,46
Atividades não vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	-	-	-	-	-

A composição das adições do exercício, por tipo de gastos capitalizado, é como segue:

Adições do Ativo Imobilizado em Curso - R\$ Mil	Material/ Equipamento	Serviços de Terceiro	Mão de obra própria	Juros Capitalizados	Depreciação/Amortização	Outros Gastos	Total
Terrenos	-	-	-	-	-	-	-
Reservatórios, Barragens e Adutoras	-	-	-	-	-	-	-
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	975,34	-	-	-	-	-	975,34
Móveis e Utensílios	-	-	-	-	-	-	-

A Ratear	-	-	-	-	-	-	-
Desenvolvimento de Projetos	-	-	-	-	-	-	-
Transformação, Fabricação e Reparo de	-	-	-	-	-	-	-
Materiais	-	-	-	-	-	-	-
Material em Depósito	-	-	-	-	-	-	-
Compras em Andamento	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamentos a Fornecedores	-	-	-	-	-	-	-
Depósitos Judiciais	-	-	-	-	-	-	-
Outros	39,61	-	-	-	-	-	39,61
Total das Adições	1.014,95	-	-	-	-	-	1.014,95

Observação: Para Outorgadas que tenham contabilizado reavaliação de elementos de ativos imobilizados, deve ser incluído na Nota um texto sobre a reavaliação, informando todos os detalhes pertinentes.

As principais taxas anuais de depreciação por macroatividade, de acordo com a Resolução ANEEL no 367 de 2009, são as seguintes

Taxas Anuais de Depreciação

Geração

Equipamento geral	10,00
Equipamentos da tomada d'água	3,70
Estrutura da tomada d'água	4,00
Reservatórios, barragens e adutoras	2,00
Turbina hidráulica	2,50

Transmissão

Condutor do sistema	2,50
Equipamento geral	10,00
Estrutura do sistema	2,50
Religadores	4,30

Distribuição

Barra de capacitores	6,70
Chave de distribuição	6,70
Condutor do sistema	5,00
Estrutura do sistema	5,00
Regulador de tensão	4,80
Transformador	5,00

Administração central

	-
Equipamento geral	10,00
Veículos	20,00

Comercialização

	-
Descrever os grupos relevantes.....)	-

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto no 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto das alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

As dez principais adições (pelo critério de valor) ao imobilizado em serviço no exercício foram:

CONSOLIDADO

Descrição do Bem	Em R\$ Mil
1 - RELIGADOR 15 KV TERMINAL NEMA	82,02
2 - CUBÍCULO COM CONSTRUÇÃO DE ALVENARIA	51,12
3 - RELIGADOR 15 KV TERMINAL NEMA	44,63
4 - RELIGADOR 15 KV TERMINAL NEMA	44,19
5 - RELIGADOR 15 KV TERMINAL NEMA	44,05
6 - RELIGADOR 15 KV TERMINAL NEMA	43,49
7 - RELIGADOR 15 KV TERMINAL NEMA	42,76
8 - CUBÍCULO COM CONSTRUÇÃO DE ALVENARIA	34,08
9 - CUBÍCULO COM CONSTRUÇÃO DE ALVENARIA	34,08
10 - CUBÍCULO COM CONSTRUÇÃO DE ALVENARIA	34,08

As dez principais baixas (pelo critério de valor) do imobilizado em serviço no exercício foram:

CONSOLIDADO

Descrição do Bem	Em R\$ Mil
1 - TERRENO EM RESENDE-RJ COM ÁREA DE 450 M ²	43,91
2 - EDIFICAÇÃO GARAGEM I COM 117,31 M ²	29,73
3 - TRANSFORMADOR 13,8KV, 220/127V, 15KVA TRIFÁSICO	3,71

CONVENCIONAL	
4 - CHAVE TRIPOLAR S/ ABERT. SOB CARGA 400 A - 15 KV	2,07
5 - TRANSFORMADOR 13,8KV, 220/127V, 75KVA TRIFÁSICO CONVENCIONAL	2
6 - TRANSFORMADOR 13,8KV, 220/127V, 75KVA TRIFÁSICO CONVENCIONAL	2
7 - TRANSFORMADOR 5KVA B 13800/254-127V	1,83
8 - TRANSFORMADOR 13,8KV, 230/115V, 10KVA, BIFÁSICO CONVENCIONAL	1,55
9 - TRANSFORMADOR 7,96KV, 254/127V 15KVA MONOFÁSICO CONVENCIONAL	1,35
10 - MEDIDOR ELETRÔNICO MULTIFUNÇÃO PROGRAMÁVEL TRIFÁSICO	1,11

6. Ativos e Passivos Financeiros Setoriais

O Acordo Geral do Setor Elétrico, assinado em 2001, e a nova regulamentação do setor de energia elétrica implicaram na constituição de diversos ativos e passivos financeiros setoriais, bem como no diferimento dos impostos federais incidentes sobre parte desses ativos e passivos (são quitados à medida que os ativos e passivos são recebidos e/ou pagos).

a) Conta de compensação de variação de custos da “Parcela A”

A CERES não possui contabilização de compensação de variação de custos da Parcela A no exercício de 2015.

b) Demais ativos e passivos financeiros setoriais

i) Programas sociais e governamentais

A Empresa, consciente de sua atuação socialmente responsável, prioriza sua participação em programas e ações governamentais, adotando iniciativas voltadas ao aperfeiçoamento de políticas públicas na área social.

ii) Quota parte de energia nuclear

Em 9 de dezembro de 2009, a Lei nº 12.111/2009 alterou a regulamentação referente à comercialização da energia proveniente da Eletronuclear, estabelecendo que, a partir de 1º de janeiro de 2013, o pagamento à Eletronuclear da receita decorrente da geração da energia de Angra 1 e 2 será rateado entre todas as Outorgadas de serviço público de distribuição no Sistema Interligado Nacional – SIN, sendo a tarifa dessa energia proveniente da Eletronuclear calculada e homologada anualmente pela ANEEL.

Adicionalmente, o art. 12 da Lei nº 12.111/2009 autoriza a Eletronuclear a repassar para Furnas, entre 2013 e 2015, o diferencial verificado, entre 2010 e 2012, entre a variação da tarifa praticada pela Eletronuclear e a tarifa de referência.

iii) Neutralidade da Parcela A

Trata-se do valor referente a uma inconsistência da metodologia de cálculo do reajuste tarifário em anos anteriores conforme contratos de concessão vigentes, que gerou em tarifa superior à devida, uma vez que não foi assegurada a neutralidade dos itens dos custos não gerenciáveis da Parcela A.

iv) Sobrecontratação

O Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, em seu art. 38, determina que no repasse dos custos de aquisição de energia elétrica às tarifas dos consumidores finais, a ANEEL deverá considerar até 103% do montante total de energia elétrica contratada em relação à carga anual de fornecimento do agente de distribuição. Este repasse foi regulamentado pela Resolução ANEEL nº 255, de 6 de março de 2007.

v) Diferimento ou Ressarcimento de reposição tarifária

Não tivemos diferimento de reajustes tarifários em nossa Permissionária nos exercícios de 2014 e 2015. Tivemos, porém, os efeitos da Bolha Financeira ocasionada pelo atraso da Revisão Tarifária Periódica de 2012, cuja publicação foi realizada em exercícios seguintes com efeitos retroativos. Em nosso último IRT, o efeito financeiro desta bolha importava em R\$ (681,00) mil negativos.

A movimentação das contas de Ativos Financeiros Setoriais, bem como a abertura do saldo é a seguinte:

Ativos Financeiros Setoriais - R\$ Mil	Saldo em 31/12/2014	Adição	Amortização	Remuneração	Transferecias	Saldo em 31/12/2015	Valores em Amortizacao	Valores em Constituição	Circulante	Não Circulante
CVA Ativa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aquisição de Energia - (CVAenerg)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Custo da Energia de Itaipu	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Proinfa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transporte Rede Básica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transporte de Energia - Itaipu	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ESS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CDE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CFURH	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais Ativos Financeiros Setoriais	18,34	305,68	-	-	(14,11)	309,91	-	309,91	309,91	-
Majoração PIS/Cofins	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Programas Sociais Governamentais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Quota Parte de Energia Nuclear	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Neutralidade da Parcela A	4,23	305,68	-	-	-	309,91	-	309,91	309,91	-
Sobrecontratação de Energia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferimento de Reposição na RTP	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	14,11	-	-	-	(14,11)	-	-	-	-	-
(-) Provisão p/ Redução ao Valor Recup.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Total Ativos Financeiros Setoriais	18,34	305,68	-	-	(14,11)	309,91	-	309,91	309,91	-
---	--------------	---------------	----------	----------	----------------	---------------	----------	---------------	---------------	----------

A movimentação das contas de Passivos Financeiros Setoriais, bem como a abertura do saldo é a seguinte:

Passivos Financeiros Setoriais - R\$ Mil	Saldo em 31/12/2014	Adição	Amortização	Remuneração	Transf-erencias	Saldo em 31/12/2015	Valores em Amortizacão	Valores em Constituição	Circulante	Não Circulante
CVA Ativa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aquisição de Energia - (CVAenerg)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Custo da Energia de Itaipu	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Proinfa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transporte Rede Básica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transporte de Energia - Itaipu	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ESS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CDE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CFURH	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais Passivos Financeiros Setoriais	2.556,03	200,85	(402,12)	202,83	31,25	2.588,84	2.346,76	242,08	242,08	2.346,76
Majoração PIS/Cofins	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Programas Sociais Governamentais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Quota Parte de Energia Nuclear	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Neutralidade da Parcela A	32,49	-	(22,51)	-	53,58	63,56	-	63,56	63,56	-
Sobrecontratação de Energia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferimento de Reposição na RTP	2.516,18	-	(372,25)	202,83	-	2.346,76	2.346,76	-	-	2.346,76
Outros	7,36	200,85	(7,36)	-	(22,33)	178,52	-	178,52	178,52	-

Total Passivos Financeiros Setoriais	2.556,03	200,85	(402,12)	202,83	31,25	2.588,84	2.346,76	242,08	242,08	2.346,76
---	-----------------	---------------	-----------------	---------------	--------------	-----------------	-----------------	---------------	---------------	-----------------

7. Empréstimos e Financiamentos

Abertura do Endividamento – R\$ Mil

INSTITUIÇÃO / LINHA CREDORA	Juros de Curto Prazo	Principal de Curto Prazo	Principal + Juros LP	Saldo Total	Adimplente	Datas de captação repactuação	Tipo de garantia	Indexador ou Juros	Spread % a.a	Data Próximo Pcto Juros	Frequência Pcto Juros	Data Próxima Amortização	Vencimento Final	Frequência de Amortização	Sistemática de Amortização	Cronograma de Amortização de Principal e Juros de Longo Prazo					Total	
																2T-4T2014	2015	2016	2017	2018		
Financ. / Emprést. Moeda Estrangeira	-	-	-	-					-								-	-	-	-	-	-
Linha 01 (informar instituição ou linha)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Linha 02	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	-	148,40	86,41	234,81					91,86%								315,04	98,20	-	-	-	413,24
EMPRÉSTIMO GIRO BONIFICADO 6630 - BANCO	-	87,15	86,41	173,56	Sim	17/09/2014	Não há	Diversos	37,03%	17/01/2016	Mensal	17/01/2016	17/09/2017	Mensal	Outro, especif. no cronograma		229,16	98,20	-	-	-	327,36

Pensão 01	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pensão 02	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dívidas com Agentes do Setor	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Renegociação 01 (credor ou encargo?)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Renegociação 02	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mútuos Passivos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mútuos 01	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mútuos 02	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diversos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros 01	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros 02	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total por Dívida	-	709,07	7.437,65	8.146,72	-	-	-	-	0,92	-	-	-	-	-	-	315,04	98,20	-	-	-	413,24
Financ. / Emprést. Moeda Estrangeira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	-	148,40	86,41	234,81	-	-	-	-	0,92	-	-	-	-	-	-	315,04	98,20	-	-	-	413,24
Tributária	-	509,19	3.675,62	4.184,81	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fundo de Pensão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Intra-setoriais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mútuos (Empresas)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Dívida Bruta	159,63	1.570,36	4.539,97	6.269,96	382,01
Financ. / Emprést. Moeda Estrangeira	-	-	-	-	-
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	159,63	1.061,17	864,35	2.085,15	382,01
Tributária	-	509,19	3.675,62	4.184,81	-
Fundo de Pensão	-	-	-	-	-
Intrasetoriais	-	-	-	-	-
Mútuos Passivos (Empresas Ligadas)	-	-	-	-	-
Diversos	-	-	-	-	-
Intrasetoriais Corrente em Atraso	-	-	-	-	-
Tributária Corrente em Atraso	-	-	-	-	-
Derivativos a Pagar	-	-	-	-	-
Ativos Financeiros	-	(26,32)	-	(26,32)	(83,23)
Alta Liquidez	-	(22,33)	-	(22,33)	(83,23)
Demais Aplicações Financeiras	-	(3,99)	-	(3,99)	-
Derivativos a Receber	-	-	-	-	-
Mútuos Ativos (Empresas Ligadas)	-	-	-	-	-
Dívida Líquida	159,63	1.544,04	4.539,97	6.243,64	298,78

8. Imposto de renda e contribuição social diferidos

A CERES não possui imposto de renda e a contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias nos exercícios 2014 e 2015.

9. Provisões para Litígios

R\$ Mil	Trabalhis tas	Cíveis	Fiscais	Ambient ais	Regulatóri os	Outros	Total
SalDOS em 31/12/2014	60,80	23,54	-	-	-	-	84,34
Constituição	-	14,47	-	-	-	-	14,47
Baixas/reversão	-	(1,20)	-	-	-	-	(1,20)
Atualização	-	-	-	-	-	-	-
SalDOS em 31/12/2015	60,80	36,81	-	-	-	-	97,61

10. Obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica

São obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica e representam os valores da União, dos Estados, dos Municípios e dos consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador e às subvenções destinadas a investimentos no serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição. Segue a composição destas obrigações:

Obrigações Especiais - R\$ Mil	Depreciação Taxa Média Anual	Custo Histórico	Correção Monetaria Especial	Reavaliação	Total

Em serviço	11,45%	(222,30)	-	-	(222,30)
Participação da União, Estados e Municípios	-	-	-	-	-
Participação Financeira do Consumidor	3,72%	(39,97)	-	-	(39,97)
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido	3,87%	(114,33)	-	-	(114,33)
Programa de Eficiência Energética - PEE	0,00%	-	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento	3,87%	(68,00)	-	-	(68,00)
Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica	-	-	-	-	-
Outros	0,00%	-	-	-	-
Ultrapassagem de demanda	-	-	-	-	-
Excedente de reativos	-	-	-	-	-
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-
(-) Amortização Acumulada - AIS	11,45%	15,94	-	-	15,94
Participação da União, Estados e Municípios	-	-	-	-	-
Participação Financeira do Consumidor	3,72%	2,91	-	-	2,91
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido	3,87%	8,82	-	-	8,82
Programa de Eficiência Energética - PEE	0,00%	-	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento	3,87%	4,21	-	-	4,21
Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-
Ultrapassagem de demanda	-	-	-	-	-
Excedente de reativos	-	-	-	-	-
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-

Total	11,45%	(206,36)	-	-	(206,36)
--------------	---------------	-----------------	----------	----------	-----------------

A movimentação ocorrida no exercício pode assim ser resumida:

	Valor Bruto em 31/12/2014	Adições (a)	Baixas (b)	Transferências (c)	Reavaliação	Valor Bruto em 31/12/2015	Adições Líquidas (a)-(b)+(c)	Amortização Acum.	Valor Líquido em 31/12/2015	Valor Líquido em 31/12/2014
Obrigações Especiais - R\$ Mil										
Em serviço	(192,81)	(29,48)	-	-	-	(222,29)	(29,48)	-	(222,29)	(192,81)
Participação da União, Estados e Municípios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Participação Financeira do Consumidor	(37,48)	(2,48)	-	-	-	(39,96)	(2,48)	-	(39,96)	(37,48)
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido	(114,33)	-	-	-	-	(114,33)	-	-	(114,33)	(114,33)
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento	(41,00)	(27,00)	-	-	-	(68,00)	(27,00)	-	(68,00)	(41,00)
Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ultrapassagem de demanda	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Excedente de reativos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
(-) Amortização Acumulada - AIS	7,39	8,54	-	-	-	15,93	8,54	-	15,93	7,39
Participação da União, Estados e Municípios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Participação Financeira do Consumidor	1,41	1,49	-	-	-	2,90	1,49	-	2,90	1,41
Doações e Subv. a Invest. no Serviço	4,40	4,42	-	-	-	8,82	4,42	-	8,82	4,40

Concedido										
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento	1,58	2,64	-	-	-	4,21	2,64	-	4,21	1,58
Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ultrapassagem de demanda	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Excedente de reativos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	(185,42)	(20,94)	-	-	-	(206,36)	(20,94)	-	(206,36)	(185,42)

	Valor Bruto em 31/12/2014	Adições (a)	Baixas (b)	Transferências (c)	Reavaliação	Valor Bruto em 31/12/2015	Adições Líquidas (a)-(b)+(c)	Amortização Acum.	Valor Líquido em 31/12/2015	Valor Líquido em 31/12/2014
Obrigações Especiais - R\$ Mil										
Em Curso	(39,34)	(87,63)	-	29,48	-	(97,48)	(58,15)	-	(97,48)	(39,34)
Participação da União, Estados e Municípios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Participação Financeira do Consumidor	-	(2,48)	-	2,48	-	-	-	-	-	-
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento	-	(27,00)	-	27,00	-	-	-	-	-	-
Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Valores Pendentes de Recebimento	(39,34)	(58,15)	-	-	-	(97,48)	(58,15)	-	(97,48)	(39,34)
Valores Não Aplicados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ultrapassagem de demanda			-	-	-	-	-	-	-	
Excedente de reativos			-	-	-	-	-	-	-	
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	(39,34)	(87,63)	-	29,48	-	(97,48)	(58,15)	-	(97,48)	(39,34)

As principais adições (pelo critério de valor) de obrigações especiais no exercício foram:

CONSOLIDADO

Descrição do Bem	Em R\$ Mil
1 - TRANSFORMADOR 10KVA M 7969/115-230V	0,54
2 - POSTE DUPLO T 11 X 300 (1.170 KG)	0,30
3 - POSTE MAD. 11M MEDIO	0,81
4 - CABO DE ALUMINIO C.AA 4 AWG	0,36

As principais baixas (pelo critério de valor) de obrigações especiais no exercício foram:

CONSOLIDADO

Descrição do Bem	Em R\$ Mil
1 -	
2 -	
3 -	
4 -	
5 -	
6 -	
7 -	
8 -	
9 -	
10 -	

11. Patrimônio Líquido

Capital Social

O capital social em 31 de dezembro de 2015 representa R\$ 63,81 e sua composição por classe de

ações e principais acionistas é a seguinte:

Reservas de Capital

	2015	2014
Remuneração do imobilizado em curso até 31/12/2001	-	-
Doações e subvenções para investimentos	-	-
Conta de resultados a compensar (CRC)	-	-
Outras	-2.698,02	-2.715,02
Total	(2.698,02)	(2.715,02)

Reservas de lucros

	2015	2014
Reserva legal	-	-
Lucros a realizar	-	-
Reservas para Contingências	-	-
Reserva para investimentos	-	-
Total	-	-

Reservas de Sobras

	2015	2014
Reserva legal	402,10	395,12
Lucros a realizar	-	-
FATES	520,03	520,03
Reservas Estatutárias	-	-
Total	922,13	915,15

Além disso, a Outorgada com base na Lei 5764/71 e no seu Estatuto Social constituiu Reservas sobre as suas sobras líquidas no montante de: 20% para Reserva Legal e 20% de FATES.

12. Receita Operacional Bruta

Receita Bruta	N° de Consumidores		MWh Mil		R\$ Mil	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Fornecimento - Faturado	4.558	4.453	18.790,52	17.371,85	7.717,59	5.645,76
Residencial	3.707	3.601	7.736,91	6.939,10	3.462,62	2.526,54
Industrial	4	4	7.263,92	181,75	89,96	66,86
Comercial	548	548	201,47	6.693,29	3.177,22	2.298,76
Rural	273	275	1.942,07	1.909,81	560,30	424,55
Poder público	17	16	132,24	139,03	59,92	50,34
Iluminação pública	8	8	1.509,65	1.504,31	366,01	277,32
Serviço público	1	1	4,26	4,56	1,56	1,39
Suprimento Faturado	-	-	-	-	-	-
Uso da Rede Elétrica de Distribuição Faturado	-	-	-	-	6.923,31	4.934,96
Consumidores Cativos	-	-	-	-	6.923,31	4.934,96
Consumidores Livres	-	-	-	-	-	-
Encargos de conexão de agentes de geração	-	-	-	-	-	-
Permissionárias	-	-	-	-	-	-

Uso da Rede Elétrica de Transmissão Faturado	-	-	-	-	-	-
(-) Transferências	-	-	-	-	(6.966,14)	(4.948,85)
(-) Trsf p/ Obrig. Espec. do AIC - Ultrapassagem Demanda	-	-	-	-	(40,34)	(13,89)
(-) Trsf p/ Obrig. Espec. do AIC - Excedente de Reativos	-	-	-	-	(2,49)	-
(-) Trsf p/ Obrig. Espec. do AIC - Difer. Perdas Regulatorias	-	-	-	-	-	-
(-) Trsf p/ TUSD - Consumidores Cativos	-	-	-	-	(6.923,31)	(4.934,96)
Fornecimento/Suprimento/Rede Elétrica - Não faturado	-	-	-	-	(131,73)	16,67
Constituição e Amortiz. - CVA Ativa e Passiva	-	-	-	-	-	-
Constituição e Amortiz. - RTP Diferimento ou Devolução	-	-	-	-	372,24	(2.865,67)
Constituição e Amortiz. - Demais Ativos e Passivos Financeiros Setoriais	-	-	-	-	257,73	304,02
Serviços Cobráveis	-	-	-	-	38,45	24,96
Subvenções vinculadas ao serviço concedido	-	-	-	-	321,08	337,01
Total	4.558,00	4.453	#####	17.371,85	8.532,53	3.448,86

13. Compra e venda de energia elétrica de curto prazo no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica– CCEE

Nos exercícios de 2015 e 2014, a Outorgada não efetuou a comercialização de energia de curto prazo no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

14. Pessoal e Administradores

	2015	2014
Pessoal	2.441,81	2.507,81
Remuneração	1.532,23	1.669,59
Encargos	649,95	646,14
Previdência privada - Corrente	-	-
Benefício Pós-emprego - Previdência Privada - Déficit ou superávit atuarial	-	-
Programa de demissão voluntária	-	-
Despesas rescisórias	3,59	-
Participação nos Lucros e Resultados - PLR	-	-
Outros benefícios - Corrente	255,25	288,57
Outros benefícios pós-emprego - Déficit ou superávit atuarial	-	-
(-) Créditos de tributos recuperáveis	-	-
Outros	0,79	(96,49)
Administradores	609,96	457,89
Honorários e encargos (Diretoria e Conselho)	605,25	452,25
Benefícios dos administradores	4,71	5,64
(-) Créditos de tributos recuperáveis	-	-
Total	3.051,77	2.965,70

15. Reconciliação das taxas efetivas e nominais da provisão para o imposto de renda e contribuição social

A reconciliação das taxas efetivas e nominais, utilizadas para cálculo das provisões para o imposto de renda e a contribuição social é demonstrada a seguir:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Sobras (Perdas) antes do imposto de renda e contribuição social	(987,47)	(2.709,21)
Ajustes Efeitos IFRS	(17,01)	3.048,21
Lucro Ajustado	(1.004,48)	339,00
Ajustes Lalur	1.004,48	(339,00)
Base de Calculo Fiscal	-	-
Imposto de renda e contribuição social calculados (15% e 9%)	-	-
Efeitos fiscais sobre:	-	-
Participação nos resultados	-	-
Juros sobre o capital próprio	-	-
Incentivos fiscais	-	-
Encargos capitalizados	-	-
Compensação da CSLL e com a Cofins	-	-
Outros	-	-
Imposto de renda e contribuição social no resultado	-	-

16. Demonstrações do Resultado do Exercício segregado por atividade

Em virtude da empresa ser uma Permissionária, onde apenas apresentamos as atividades de Distribuição e Administração, não reconhecemos a necessidade de preenchimento desse quadro referente as Demonstrações do Resultado do Exercício segregados por atividade.

17.1. Revisão Tarifária Periódica

No ano de 2012, mais precisamente no mês de abril, nossa Permissionária deveria estar concluindo sua primeira Revisão Tarifária Periódica.

Ocorre que, por impasse entre o Órgão Regulador e as Permissionárias, tal metodologia atrasou até meados de 2013, sendo que por duas vezes tivemos nossa tarifa de 2011 prorrogada por um ano.

Tal ação acabou por criar uma diferença grande entre a tarifa de 2011 e a de 2012, publicada, no nosso caso em 2014. Como a nova tarifa foi menor que a de 2011, tivemos que reconhecer uma bolha financeira a devolver de valor muito relevante para nosso porte, no valor de R\$ 2.791,80

Esta bolha financeira, atualmente, no exercício do Reajuste Anual Tarifário base 2015/2016, está ainda avaliada em:

Bolha financeira a ser devolvida no exercício: R\$ 681,00

Bolha financeira diferida para os próximos exercícios: R\$ 1.588,99

Vale salientar a grande dificuldade enfrentada por nossa Permissionária, haja vista a adaptação a uma baixa remuneração imposta pela metodologia, associado à vigência retroativa da mesma, ocasionado pelo atraso de sua publicação.

Por fim, destacamos que na Revisão Tarifária Periódica foram calculados todos os custos da Parcela B da Empresa, bem como o valor da Base de Remuneração Regulatória, totalizado pelo Ativo Imobilizado em Serviço mais a diferença entre o Laudo de Avaliação Regulatório deduzido dos valores contábeis originais.

17.2. Reajuste Tarifário Anual

No reajuste anual, que ocorre entre as revisões tarifárias, as empresas distribuidoras de energia elaboram os pleitos para reajuste das tarifas de energia elétrica, com base em fórmula definida no contrato de concessão, que considera para os custos não gerenciáveis (Parcela A), as variações incorridas no período entre reajustes e, para os custos gerenciáveis (Parcela B), a variação do IPCA, ajustado pela aplicação do Fator X, conforme Legislação Setorial.

A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL estabeleceu por meio da Resolução Homologatória nº 1.946, de 01 de setembro de 2015, as tarifas de fornecimento de energia elétrica e de uso dos sistemas de distribuição da Outorgada resultantes do processo de reajuste tarifário de 2015, cujo reajuste médio foi de 22,54%, correspondendo a um efeito médio de 34,87% percebido pelos consumidores. Conforme explicado no item 13.1. Revisão Tarifária Periódica, essas tarifas não foram alteradas nos próximos meses do ano de 2015.

17.3. Composição da Base de Remuneração Regulatória (adaptar texto quando de atualizações da composição)

Para a avaliação dos ativos das concessionárias vinculados à concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica, visando à definição da base de remuneração no Ciclo de Revisão

Tarifária Periódica - CRTP vigente, devem ser observadas as seguintes diretrizes:

a) A base de remuneração aprovada no CRTP anterior deve ser “blindada”. Entende-se como base

blindada os valores aprovados por laudo de avaliação ajustados, incluindo as movimentações ocorridas (adições, baixas, depreciação) e as respectivas atualizações;

b) As inclusões entre as datas-base do CRTP vigente e anterior, desde que ainda em operação,

compõem a Base Incremental e são avaliadas no processo de revisão tarifária do CRTP vigente;

c) Os valores finais da avaliação são obtidos somando-se os valores atualizados da base de remuneração blindada (item a) com os valores das inclusões ocorridas entre as datas-base do segundo e terceiro ciclos de revisão tarifária – base incremental (item b);

d) Considera-se como data-base do laudo de avaliação o último dia do sexto mês anterior ao mês da

revisão tarifária do CRTP vigente; e

e) A base de remuneração deverá ser atualizada pela variação do IGP-M, entre a data-base do laudo de

avaliação e a data da revisão tarifária.

Os ativos vinculados à concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica somente são

elegíveis a compor a Base de Remuneração Regulatória quando efetivamente utilizados no

serviço

público de distribuição de energia elétrica. São desconsiderados da base de remuneração aqueles ativos

que compõe a Base de Anuidade Regulatória – BAR.

A tabela a seguir resume o cálculo da Base de Remuneração Regulatória, bem como da remuneração e quota de reintegração.

Descrição	Valores
(1) Ativo Imobilizado em Serviço (Valor Novo de Reposição)	10.783,86
(2) Índice de Aproveitamento Integral	-
(3) Obrigações Especiais Bruta	33,07
(4) Bens Totalmente Depreciados	1.176,16
(5) Base de Remuneração Bruta = (1)-(2)-(3)-(4)	9.574,64
(6) Depreciação Acumulada	4.379,52
(7) AIS Líquido (Valor de Mercado em Uso)	-
(8) Índice de Aproveitamento Depreciado	-
(8) Índice de Aproveitamento Depreciado	-
(9) Valor da Base de Remuneração (VBR)	6.404,34
(10) Almojarifado em Operação	32,35
(11) Ativo Diferido	-
(12) Obrigações Especiais Líquida	33,07
(13) Terrenos e Servidões	-
(14) Base de Remuneração Líquida Total = (1)-(6)-(8)+(10)+(11)-(12)+(13)	6.403,63
(15) Saldo RGR PLPT	-
(16) Saldo RGR Demais Investimentos	-
(17) Taxa de Depreciação	0,04
(18) Quota de Reintegração Regulatória	382,99
(19) WACC real antes de impostos	0,04
(20) Taxa RGR PLPT	-
(21) Taxa RGR Demais Investimentos	-
22) Remuneração do Capital (15)*(20)+(16)*(21)+[(14)-(15)-(16)]*(19)	241,42

17.4. Custo Anual das Instalações Móveis e Imóveis - CAIMI.

O Custo Anual das Instalações Móveis e Imóveis, também denominado Anuidades, refere-se aos

investimentos de curto período de recuperação, tais como os realizados em hardware, software, veículos,

e em toda a infraestrutura de edifícios de uso administrativo.

Os ativos que compõem a Base de Anuidade Regulatória (BAR) não são considerados no Ativo

Imobilizado em Serviço (AIS) que comporá a base de remuneração. Esses ativos são determinados

como uma relação do AIS.

A tabela a seguir resume os valores relativos ao CAIMI.

Descrição	Valores
(1) Base de Anuidade Regulatória (BAR)	648,11
(2) Base de Anuidade - Infraestrutura de imóveis e móveis administrativos (BARA)	162,03
(3) Base de Anuidade - Veículos (BARV)	162,03
(4) Base de Anuidade - Sistemas de Informática (BARI)	324,05
(5) Anuidade - Infraestrutura de imóveis e móveis administrativos (CAL)	8,86
(6) Anuidade - Veículos (CAV)	26,20
(7) Anuidade - Sistemas de Informática (CAI)	67,25
(8) CAIMI = (5)+(6)+(7)	102,31

17.5. Ajuste da Parcela B em Função de Investimentos Realizados

Conforme previsto na Legislação Setorial, foi definido no Ciclo de Revisão Tarifária Periódica - CRTP anterior, o mecanismo destinado a comparar os investimentos previstos no cálculo do Fator X com os efetivamente realizados pelas distribuidoras no CRTP vigente, quando da

revisão tarifária de cada Concessionária, são levantados os investimentos efetivamente realizados pela distribuidora entre o CRTP anterior e o CRTP vigente, calculados com base nos registros contábeis da distribuidora, deflacionados pelo IGP-M, mês a mês, para a data-base da revisão tarifária anterior.

Caso os investimentos efetivamente realizados sejam inferiores àqueles considerados no cálculo do Fator X do CRTP anterior, esse item é recalculado, com a substituição dos valores de investimento previstos pelos investimentos realizados, mantendo-se inalterados os demais parâmetros

17.6. Resumo da Revisão Tarifária (ou Reajuste Tarifário)

Aplicando-se as metodologias definidas no Módulo 2 do PRORET, que trata da revisão tarifária das concessionárias de distribuição de energia elétrica, a revisão tarifária da Outorgada é sintetizada na tabela a seguir, onde são apresentados todos os itens da receita requerida da concessionária, as outras receitas, os componentes financeiros e a receita verificada. A tabela apresenta também o quanto cada item de receita contribui para o reposicionamento tarifário apresentado.

Descrição	Receita Ultimo IRT R\$	Receita Verificada	Revisao	Varição Projetada %	Impacto na Revisão Tarifárea %	Part. na Receita %
1. PARCELA A (1.1 + 1.2 + 1.3)	3.246,15	-	-	-	-	-
1.1. Encargos Setoriais	1.146,46	-	-	-	-	-
RGR	-	-	-	-	-	-
CCC	-	-	-	-	-	-
TFSEE	19,81	-	-	-	-	-
CDE	941,97	-	-	-	-	-
PROINFA	111,35	-	-	-	-	-
P&D (Eficiência Energética)	73,33	-	-	-	-	-
NOS	-	-	-	-	-	-
ESS	-	-	-	-	-	-
1.2. Transmissão	1.518,04	-	-	-	-	-
Rede Básica	-	-	-	-	-	-
Rede Básica Fronteira	-	-	-	-	-	-
Itaipu	-	-	-	-	-	-

Conexão	-	-	-	-	-	-
CUSD	1.518,04	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-
1.3. Compra de Energia	581,64	-	-	-	-	-
CCEAR Existente	-	-	-	-	-	-
CCCEAR Nova	-	-	-	-	-	-
Contratos Bilaterais	581,64	-	-	-	-	-
Itaipu	-	-	-	-	-	-
2. PARCELA B (2.1 + 2.2 + 2.3 + 2.4 + 2.5)	5.314,63	-	-	-	-	-
2.1. Custos Operacionais + Anuidades	-	-	-	-	-	-
2.2. Remuneração	-	-	-	-	-	-
2.3. Depreciação	-	-	-	-	-	-
2.4. Receitas Irrecuperáveis	-	-	-	-	-	-
2.5. Outras Receitas	5.314,63	-	-	-	-	-
3. Reposicionamento Econômico	25,38	-	-	-	-	-
4. Componentes Financeiros	(2,84)	-	-	-	-	-
5. Reposicionamento com Financeiros	22,54	-	-	-	-	-
6. Financeiros Retirados do IRT anterior	(10,76)	-	-	-	-	-
7. Efeito para Consumidor	34,87	-	-	-	-	-

18. Conciliação do Balanço Patrimonial Regulatório e Societário

Para fins estatutários, a Outorgada seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das Demonstrações Contábeis Societárias, sendo que para fins regulatórios, a Outorgada seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada neste Manual. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias.

Descrição	Nota	2015			2014		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Ativos							
Ativo circulante		3.017,44	(309,91)	2.707,53	1.992,61	(18,33)	1.974,28
Caixa e equivalentes de caixa		23,04	-	23,04	83,23	-	83,23
Consumidores	14.1	1.589,61	-	1.589,61	947,45	-	947,45
Concessionárias e permissionárias		-	-	-	-	-	-
Serviços em curso		58,38	-	58,38	69,29	-	69,29
Tributos compensáveis		117,61	-	117,61	116,95	-	116,95
Depósitos judiciais e cauções		494,91	-	494,91	-	-	-
Almoxarifado operacional		87,72	-	87,72	83,32	-	83,32
Investimentos temporários		3,99	-	3,99	-	-	-
Empréstimos		-	-	-	-	-	-
Ativos financeiros setoriais	14.2	309,91	(309,91)	-	18,33	(18,33)	-
Despesas pagas antecipadamente		20,00	-	20,00	20,92	-	20,92
Ativos de operação descontinuada e bens destinados à alienação	14.3	-	-	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos		-	-	-	-	-	-
Outros ativos circulantes		312,27	-	312,27	653,12	-	653,12
Ativo não circulante		11.211,20	(3.319,22)	7.891,98	11.330,12	(3.664,34)	7.665,78
Consumidores		-	-	-	-	-	-
Concessionárias e permissionárias		-	-	-	-	-	-
Serviços em curso		-	-	-	-	-	-
Tributos compensáveis		-	-	-	-	-	-
Depósitos judiciais e cauções		153,97	-	153,97	153,00	-	153,00

Investimentos temporários		-	-	-	-	-	-
Empréstimos		-	-	-	-	-	-
Tributos diferidos		-	-	-	-	-	-
Ativos financeiros setoriais	14.1	-	-	-	-	-	-
Despesas pagas antecipadamente		-	-	-	-	-	-
Bens e direitos para uso futuro		-	-	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos		-	-	-	-	-	-
Outros ativos não circulantes		2.587,73	1.783,72	4.371,45	2.791,12	1.233,25	4.024,37
Bens e atividades não vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica		0,21	-	0,21	-	-	-
Imobilizado	14.4	8.406,25	(7.853,87)	552,38	8.341,89	(7.715,78)	626,11
Intangível	14.5	63,04	2.750,93	2.813,97	44,11	2.818,19	2.862,30
Total do ativo		14.228,64	(3.629,13)	10.599,51	13.322,73	(3.682,67)	9.640,06

Passivo							
Passivo circulante		4.979,63	(242,09)	4.737,54	3.466,24	(132,92)	3.333,32
Fornecedores		1.328,94	-	1.328,94	1.394,12	-	1.394,12
Empréstimos, financiamentos e debêntures		1.220,80	-	1.220,80	208,45	-	208,45
Obrigações sociais e trabalhistas		442,49	-	442,49	386,26	-	386,26
Benefício pós-emprego		-	-	-	-	-	-
Tributos		525,86	-	525,86	517,22	-	517,22
Provisão para litígios		-	-	-	-	-	-
Dividendos declarados e juros sobre capital próprio		-	-	-	-	-	-
Encargos setoriais		434,03	-	434,03	174,62	-	174,62
Provisão para descomissionamento		-	-	-	-	-	-

Passivos financeiros setoriais	14.1	242,09	(242,09)	-	132,92	(132,92)	-
Provisão para uso do bem público		-	-	-	-	-	-
Passivos de operações descontinuadas		-	-	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos		-	-	-	-	-	-
Obrigações com associados		-	-	-	-	-	-
Outros passivos circulantes		785,42	-	785,42	652,65	-	652,65
Passivo não circulante		8.227,28	(2.346,77)	5.880,51	7.547,50	(2.423,12)	5.124,38
Fornecedores		487,26	-	487,26	-	-	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures		864,36	-	864,36	173,56	-	173,56
Benefício pós-emprego		-	-	-	-	-	-
Tributos		3.675,61	-	3.675,61	4.184,80	-	4.184,80
Provisão para litígios		97,61	-	97,61	84,33	-	84,33
Encargos setoriais		-	-	-	-	-	-
Provisão para descomissionamento		-	-	-	-	-	-
Tributos diferidos		-	-	-	-	-	-
Passivos financeiros setoriais	14.1	2.346,77	(2.346,77)	-	2.423,12	(2.423,12)	-
Provisão para uso do bem público		-	-	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos		-	-	-	-	-	-
Obrigações com associados		-	-	-	-	-	-
Outros passivos não circulantes		451,81	-	451,81	456,93	-	456,93
Obrigações vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica		303,86	-	303,86	224,76	-	224,76
Total do passivo		13.206,91	(2.588,86)	10.618,05	11.013,74	(2.556,04)	8.457,70
Patrimônio líquido							
Capital social		63,81	-	63,81	63,81	-	63,81

Reservas de capital		(2.698,02)	2.698,02	-	(2.715,02)	2.715,02	-
Outros resultados abrangentes		3.319,22	(3.319,22)	-	3.841,65	(3.841,65)	-
Reservas de lucros		-		-	915,15	-	915,15
Recursos destinados a aumento de capital		-		-	-	-	-
Lucros ou Prejuízos Acumulados		(6,56)	6,56	-	203,40	-	203,40
(-) Ações Próprias em Tesouraria		-		-	-	-	-
Proposta para distribuição de dividendos adicionais		-		-	-	-	-
Participação de Não Controladores		-		-	-	-	-
Reserva de sobras		922,13		922,13	-	-	-
Sobras à disposição da Assembleia		(578,85)	(425,63)	(1.004,48)	-	-	-
Perdas não cobertas pelos cooperados		-	-	-	-	-	-
Participação de não controladores		-	-	-	-	-	-
Total do patrimônio líquido		1.021,73	(1.040,27)	(18,54)	2.308,99	(1.126,63)	1.182,36
Total do passivo e do patrimônio líquido		14.228,64	(3.629,13)	10.599,51	13.322,73	(3.682,67)	9.640,06

	Nota	2015			2014		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Operações em continuidade							
Receita / Ingresso		8.532,51	32,81	8.565,32	3.448,88	2.044,73	5.493,61
Fornecimento de energia elétrica		619,71	-	619,71	(2.156,28)	-	(2.156,28)
(-) Transferências		-	-	-	-	-	-
Suprimento de energia elétrica		-	-	-	-	-	-
Energia Elétrica de Curto Prazo		-	-	-	-	-	-
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição		6.923,31	-	6.923,31	4.934,96	-	4.934,96

Ativos e Passivos Financeiros Setoriais		257,73	-	257,73	308,23	-	308,23
Serviços cobráveis		38,45	-	38,45	24,96	-	24,96
Doações, contribuições e subvenções vinculadas ao serviço concedido		321,08	32,81	353,89	324,98	-	324,98
Outras receitas vinculadas		372,23		372,23	12,03	2.044,73	2.056,76
Tributos		(62,99)	-	(62,99)	(41,28)	-	(41,28)
ICMS		-	-	-	-	-	-
PIS-PASEP		(11,17)	-	(11,17)	(7,31)	-	(7,31)
Cofins		(51,82)	-	(51,82)	(33,97)	-	(33,97)
ISS		-	-	-	-	-	-
Encargos - Parcela "A"		(1.250,53)	-	(1.250,53)	(155,61)	-	(155,61)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		(38,19)	-	(38,19)	(29,06)	-	(29,06)
Conta de Desenvolvimento Econômico - CDE		(726,03)	-	(726,03)	(68,38)	-	(68,38)
Programa de Eficiência Energética – PEE		(38,19)	-	(38,19)	(29,06)	-	(29,06)
Taxa de fiscalização		(28,43)	-	(28,43)	(29,11)	-	(29,11)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH		-	-	-	-	-	-
Outros encargos		(419,69)	-	(419,69)	-	-	-
Receita líquida / Ingresso líquido		7.218,99	32,81	7.251,80	3.251,99	2.044,73	5.296,72
Custos não gerenciáveis - Parcela "A"		(2.691,57)	-	(2.691,57)	(1.789,51)	-	(1.789,51)
Energia elétrica comprada para revenda		(2.580,99)	-	(2.580,99)	(1.704,61)	-	(1.704,61)
Energia elétrica comprada para revenda – Proinfa		(110,58)	-	(110,58)	(84,90)	-	(84,90)
Encargo de uso do sistema de transmissão e distribuição		-	-	-	-	-	-
Encargos e Demais Despesas Setoriais		-	-	-	-	-	-
Matéria-prima / Insumo para geração de energia elétrica Combustíveis		-	-	-	-	-	-

Resultado antes dos custos gerenciáveis		4.527,42	32,81	4.560,23	1.462,48	2.044,73	3.507,21
Custos gerenciáveis - Parcela "B"		(4.564,38)	(49,82)	(4.614,20)	(4.298,10)	1.003,48	(3.294,62)
Pessoal e administradores (inclui 609,96 de remuneração a administradores)		(3.051,76)	-	(3.051,76)	(2.965,70)	-	(2.965,70)
Entidade de previdência privada		-	-	-	-	-	-
Material		(191,34)	-	(191,34)	(196,36)	-	(196,36)
Serviços de terceiros		(830,89)	-	(830,89)	(835,78)	-	(835,78)
Arrendamento e aluguéis		(59,69)	-	(59,69)	(67,33)	-	(67,33)
Seguros		(3,63)	-	(3,63)	(3,90)	-	(3,90)
Doações, contribuições e subvenções		(17,22)	-	(17,22)	(17,42)	-	(17,42)
Provisões		(31,65)	-	(31,65)	18,75	-	18,75
Recuperação de despesas		73,36	-	73,36	334,34	-	334,34
Tributos		(27,28)	-	(27,28)	(27,61)	-	(27,61)
Depreciação e amortização		(495,53)	241,75	(253,78)	(427,03)	177,31	(249,72)
Gastos diversos da atividade vinculada		(161,77)	(291,57)	(453,34)	(58,14)	774,25	716,11
Outras Receitas Operacionais		298,41		298,41	151,57	(151,57)	-
Outras Gastos Operacionais		(65,39)	-	(65,39)	(203,49)	203,49	-
Resultado da Atividade		(36,96)	(17,01)	(53,97)	(2.835,62)	3.048,21	212,59
Equivalência patrimonial		-	-	-	-	-	-
Resultado Financeiro		(950,51)	-	(950,51)	126,41	-	126,41
Despesas financeiras		287,70	-	287,70	(2.049,98)	-	(2.049,98)
Receitas financeiras		(1.238,21)	-	(1.238,21)	2.176,39	-	2.176,39
Lucro antes dos impostos sobre o lucro		(987,47)	(17,01)	(1.004,48)	(2.709,21)	3.048,21	339,00
Despesa com impostos sobre os lucros			-	-		-	-
Resultado líquido das operações em continuidade		(987,47)	(17,01)	(1.004,48)	(2.709,21)	3.048,21	339,00

Operações descontinuadas							
Lucro (prejuízo) após o imposto do exercício resultante de operações descontinuadas		-	-	-	-	-	-
Resultado líquido do exercício		(987,47)	(17,01)	(1.004,48)	(2.709,21)	3.048,21	339,00
Atribuível aos:							
Acionistas controladores		-	-	-	-	-	-
Acionistas não controladores		-	-	-	-	-	-
Lucro por ação							
básico - lucro do exercício atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias		(15,48)	(0,27)	(15,75)	(42,46)	47,77	5,31
diluído - lucro do exercício atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias		-	-	-	-	-	-
Lucro por ação originado das operações em continuidade							
básico - lucro de operações continuadas atribuíveis a acionistas controladores detentores de ações ordinárias		-	-	-	-	-	-
diluído - lucro de operações continuadas atribuíveis a acionistas controladores detentores de ações ordinárias		-	-	-	-	-	-

18.1. Consumidores

Não houveram ajustes na rubrica Consumidores.

18.2. Ativos e passivos financeiros setoriais

Não houveram ajustes na rubrica Consumidores.

18.3. Ativos financeiros da concessão

Os ajustes são decorrentes de contabilização na contabilidade societária de expectativa de direito incondicional de receber caixa (indenização). Estes lançamentos na contabilidade societária foram realizados em atendimento ao disposto na ICPC 01 – Contratos de Concessão, mas que para fins de contabilidade regulatória tais práticas não são adotadas e desta forma, apresenta-se ajustes nesta conciliação de saldos contábeis societários e regulatórios. Nas demonstrações regulatórias esse valor faz parte do ativo imobilizado.

18.4. Imobilizado

18.4.1. Reavaliação compulsória

Os ajustes são decorrentes do laudo de avaliação do 1º ciclo de revisão tarifária periódica, atualizado e depreciado, não aceito na contabilidade societária.

18.4.2. Depreciação

Os ajustes são decorrentes do laudo de avaliação do 1º ciclo de revisão tarifária periódica, atualizado e depreciado, não aceito na contabilidade societária.

18.5. Intangível

18.5.1. Reavaliação compulsória

Não houveram ajustes no grupo intangível com relação a reavaliação regulatória.

18.5.2. Depreciação

Não houveram ajustes no grupo intangível com relação a reavaliação regulatória.

18.6. Obrigações vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica

18.6.1. Reavaliação compulsória

Não houve ajustes nas Obrigações vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica.

18.6.2. Amortização

Não houve ajustes nas Obrigações vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica.

18.7. Efeitos de contabilização de contratos de concessão (ICPC 01)

18.7.1. Ativo financeiro

Não houve efeitos de contabilização de contratos de concessão (ICPC 01).

18.7.2. Ativo intangível

Não houve efeitos de contabilização de contratos de concessão (ICPC 01).

18.7.3. Receita e Custo de construção (resultado)

Os ajustes são decorrentes da aplicação do conceito do ICPC 01 E OCPC 05, que, por se tratar de ativo imobilizado em curso que já é vinculado à Concessão, deve ser reconhecido pelo IFRS como RECEITA DE CONSTRUÇÃO, e, no mesmo instante, reconhecido o CUSTO DE CONSTRUÇÃO do Ativo Intangível da Concessão.

18.7.4. Remuneração do ativo financeiro (resultado)

Não houve efeitos de contabilização de Remuneração de ativo financeiro (ICPC 01).

18.7.5. Imposto de renda e contribuição social diferidos (resultado)

Não houve efeitos de contabilização de Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos (ICPC 01).

18.8. Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

	2015	2014
Saldos no início do exercício	(18,53)	1.182,36
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória	1.040,27	1.126,63
Atualização do ativo financeiro da concessão (ICPC 01)	-	-
Ativos e passivos financeiros setoriais	-	-
Reavaliação regulatória compulsória	3.319,22	3.841,65
Depreciação - reavaliação regulatória compulsória	-	-
Reserva de Capital - Efeitos IFRS	(2.698,02)	(2.715,02)
Lucros ou Prejuízos Acumulados	(6,56)	-
Sobras / Perdas à Disposição da Assembléia	425,63	-
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis	-	-
Saldos no fim do exercício	1.021,74	2.308,99

Os efeitos constatados a título de Reavaliação Regulatória Compulsória, referem-se a reversão da Reserva da Reavaliação Regulatória Compulsória, já que a mesma não é aceita pelas normas da Contabilidade Internacional, sendo revertida contra as contas correspondentes do Ativo Imobilizado em Serviço.

Com relação ao destaque dos efeitos IFRS em outras reservas de capitais, Lucros ou Prejuízos Acumulados e Sobras/Perdas a Disposição da Assembleia, referem-se a reversão da realização da reserva regulatória compulsória ocorrida na Contabilidade Regulatória, revertida conforme regras da Contabilidade Internacional, e, conforme orientação dos auditores, represada como diferenças IFRS em outras Reservas de capital e dos ajustes entre sobras/perdas regulatórias x sobras/perdas societárias do exercício.

18.9. Conciliação do lucro líquido societário e regulatório

	2015	2014
Lucro (prejuízo) líquido conforme contabilidade societária	(1.004,48)	339,00
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória	17,01	(3.048,21)
Atualização do ativo financeiro da concessão (ICPC 01)	-	-
Ativos e passivos financeiros setoriais	258,76	(2.870,89)
Reavaliação regulatória compulsória	-	-
Depreciação – reavaliação regulatória compulsória	(241,75)	(177,32)
Anulação Não Operacional	-	-
Fornecimento - Diferimento Ou Devolução Tarifária	-	-
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis	-	-
Lucro (prejuízo) líquido regulatório	(987,47)	(2.709,21)

Depreciação - Reavaliação Regulatória Compulsória: Trata-se da reversão das cotas de depreciação da reavaliação regulatória compulsória, realizadas no exercício de 2015, cujos efeitos não são reconhecidos na Contabilidade Societária.

Os efeitos constatados em Ativos e passivos financeiros setoriais decorrem da reversão desses ativos e passivos não reconhecidos na contabilidade societária.

19. Formatação Básica das Notas Explicativas

As Notas Explicativas da Administração, parte integrantes destas Demonstrações Contábeis, foram redigidas obedecendo rigorosamente à Legislação pertinente e teve autorização para a sua divulgação em 22/04/2016 pela Diretoria, não podendo os senhores sócios proceder nenhuma alteração após sua divulgação. As bases para a elaboração obedeceram aos Princípios Contábeis aplicados no Brasil, as Políticas Contábeis específicas para o Setor Elétrico e estão todas apresentadas em (R\$/mil), com 2 casas decimais.

Vander Leite Gomes

Presidente

Elias de Oliveira Rodrigues

Contador CRC: RJ094000/O-3

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Cooperativa de Eletrificação Rural de Resende LTDA - CERES, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, após análise e discussão sobre as contas referentes ao ano de 2015 levando em consideração o parecer favorável dos auditores independentes AUDICONSULT AUDITORES S/S, opina, por unanimidade, pela aprovação das contas.

Resende, 29 de março de 2016.


AGNALDO TIMÓTEO DA CONCEIÇÃO SANTANA


MAGNO LOPES PESTANA


JORGE VIEIRA CORREA


WALBIA FERREIRA DA LUZ


JOSÉ LUIZ DE ALMEIDA


LUCIANO MOREIRA DA SILVA

AUDICONSULT
AUDICONSULT Auditores S/S

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Aos Srs. Cotistas e Administradores da
COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO RURAL DE RESENDE LTDA – CERES.
Resende – RJ

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias - DCRs da **COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO RURAL DE RESENDE LTDA – CERES**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas pela administração com base nas disposições do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE instituído pela Resolução Normativa 605/2014 da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da **COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO RURAL DE RESENDE LTDA – CERES** é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE instituído pela Resolução Normativa 605/2014 da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, e pelos controles internos que a administração determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis regulatórias com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis regulatórias. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da **COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO RURAL DE RESENDE LTDA – CERES**, para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da **COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO RURAL DE RESENDE LTDA – CERES**.

Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Rua Vereador Mário Coelho Pires, n.º 1060, Sala 11 - Campinas - CEP 88.101 - 090 – São José – SC
Grande Florianópolis - Fone/Fax (48) 259.2444 – e-mail: audiconsult@audiconsult.com.br

AUDICONSULT
AUDICONSULT Auditores S/S

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO RURAL DE RESENDE LTDA – CERES**, em 31 de dezembro de 2015, e o desempenho de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as disposições para elaboração de relatórios contábeis do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico definido pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

Outros Assuntos

A **COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO RURAL DE RESENDE LTDA – CERES** preparou um conjunto de demonstrações contábeis separado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado aos diretores, conselheiros e associados da **COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO RURAL DE RESENDE LTDA – CERES**, em 30 de março de 2016.

São José (SC), 08 de Abril de 2016.



Hermenegildo João Vanoni
Sócio Responsável – Contador – CRC-SC 14.874/O-7ºS/RJ

AUDICONSULT Auditores S/S
CRC-SC 4.012 "S"RJ